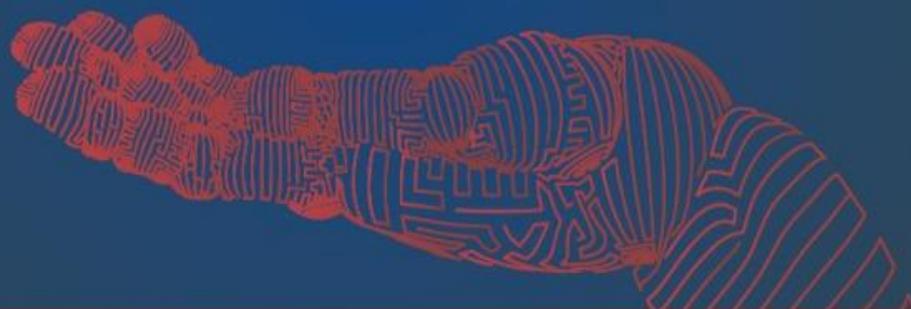
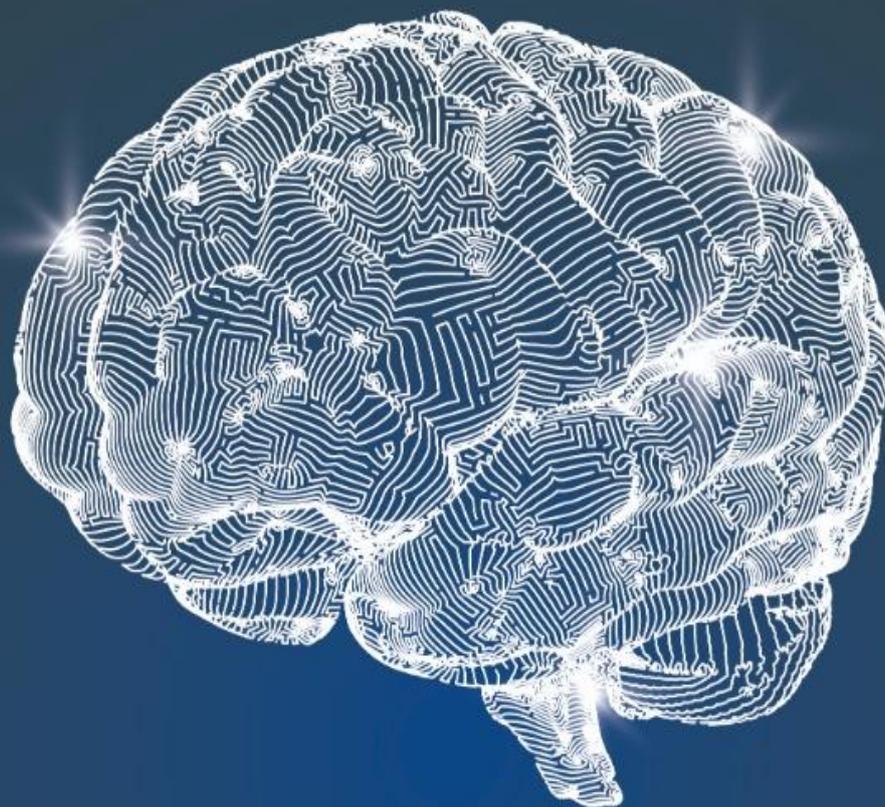


REVISTA RIEC

REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS



ANUÁRIO DE PRODUÇÕES
ACADÊMICOS-CIENTÍFICAS

FANS
A FACULDADE DE NOVA SERRANA



CONSELHO EDITORIAL

Presidente da Fund. Educ. Fausto Pinto da Fonseca
Roney Pedro Soares da Silva

Diretor da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

Helder Mendonça Duarte

Gestora Administrativa da FANS

Vanusa Aparecida de Azevedo

Coordenadora de Pesquisa e Extensão

Franciane Machado Lamóia

Professores da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

Hélder Mendonça Duarte

Harley Christian do Valle Silva

Karina de Souza Dias

Nália Aparecida de Lacerda Viana

Denise Sanches Lopes

Alexandre Luiz Alves de Oliveira

Márcio Geraldo Lomas

Maria Izabel Gonçalves Rocha e Silva

Cristina Mara França Pinto Fonseca

Carlos Corrêa de Lacerda

Rodrigo César da Silva

Karoliny de Cássia Faria

Ciro Antônio Pereira Lemos

Marcelo Agenor Espíndola

Obs.: A autenticidade dos textos é de responsabilidade de seus autores, conforme critérios assumidos no momento da submissão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Franciane Machado Lamóia.....04

INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE AUDITIVO: Aspectos cognitivos e neurológicos e a aquisição da linguagem

Taúane Natalia de Sousa Oliveira Martins, Zilda da Silva Costa, Karina de Souza Dias, Nalia Aparecida de Lacerda Viana, Denise Sanches Lopes..... 06

PROTEÇÃO DA FAMÍLIA E DA MULHER: LEI MARIA DA PENHA E SUAS MODIFICAÇÕES TRAZIDAS PELO “PACOTE ANTICRIME”

Alexandre Luiz Alves de Oliveira, Estefany Samara da Silva de Paula, Harley Christian do Valle Silva..... 17

OS IMPACTOS NEGATIVOS DA PANDEMIA DE COVID 19 NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA

Márcio Geraldo Lomas, Maria Izabel Gonçalves Rocha e Silva.....38

O GÊNERO TEXTUAL PROPAGANDA PUBLICITÁRIA: UM OLHAR PELA TEORIA DA ESTRUTURA RETÓRICA (RST)

Cristina Mara França Pinto Fonseca, Silvana Aparecida Batista e Almeida.....45

PLANO DE NEGÓCIOS PARA ESTUDO DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA CHURRASCARIA NO MERCADO DE NOVA SERRANA/MG

Lucas Campos de Andrade, Marcos Paulo Lacerda, Carlos Corrêa de Lacerda Junior.....68

A NEUROFISIOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM DISLEXIA: ASPECTOS COGNITIVOS E POTENCIAIS DE INTELIGÊNCIA E CONHECIMENTO

Kissila Camargos Pego, Regilane Aparecida Camargos Pego, Karina de Souza Dias, Nália Aparecida de Lacerda Viana, Denise Sanches.....83

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA TRANSFORMAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR: um relato de experiência realizado com alunos do Ensino Fundamental de uma escola pública em Divinópolis - Minas Gerais

Guilherme Henrique Rodrigues Rocha, Ana Paula Moreira Vasconcelos, Hygor Aristides Victor Rossoni, Thiago Casemiro Mendes.....92

O ACESSO À JUSTIÇA DA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL

Rodrigo César da Silva, Karoliny de Cássia Faria.....101

O PROCESSO DE EXPORTAÇÃO: Um Estudo nas Indústrias do Polo Calçadista de Nova Serrana

Ana Caroline Rocha, Ciro Antônio Pereira Lemos, Marcelo Agenor Espíndola, Vanessa Camila Oliveira.....116

O PÓS-PANDEMIA E ENSINO SUPEIOR “OS DESAFIOS E APRENDIZADOS”

Hélder Mendonça Duarte.....134

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hélder Mendonça Duarte142

APRESENTAÇÃO

No mundo acadêmico, a produção de artigos científicos é uma prática essencial para o avanço do conhecimento e a disseminação de novas descobertas. No entanto, muitas vezes, essas produções podem passar despercebidas ou se perder em meio a uma infinidade de informações disponíveis. É nesse contexto que o Anuário de Produções Acadêmico-Científicas surge como uma ferramenta valiosa para a comunidade acadêmica.

Afinal, o que é o Anuário de Produções Acadêmico-Científicas?

O Anuário de Produções Acadêmico-Científicas da FANS, é uma publicação anual que reúne uma seleção dos melhores artigos científicos produzidos em diversas áreas do conhecimento pelos docentes e discentes da FANS – A Faculdade de Nova Serrana. Ele serve como um guia para pesquisadores, professores, acadêmicos e demais interessados em se manter atualizados sobre as últimas descobertas científicas.

O Anuário de Produções Acadêmico-Científicas desempenha um papel fundamental na comunidade acadêmica por diversos motivos. Em primeiro lugar, ele ajuda a filtrar e destacar os artigos mais relevantes e de qualidade, poupando tempo e esforço dos leitores na busca por informações confiáveis. Além disso, ao reunir os principais trabalhos de cada área, o anuário contribui para a disseminação do conhecimento e a troca de informações entre os pesquisadores.

Outro aspecto importante do Anuário é a sua função de incentivo à produção científica. Ao conter a possibilidade de ter seu trabalho selecionado e publicado no anuário, os pesquisadores sentem-se motivados a investir em suas pesquisas e aprimorar suas habilidades de escrita acadêmica. Isso contribui para o crescimento do conhecimento em todas as áreas do saber.

A existência do Anuário de Produções Acadêmico-Científicas traz uma série de benefícios para a comunidade acadêmica. Primeiramente, ele auxilia na identificação de tendências e temas emergentes em diferentes áreas do conhecimento. Ao analisar os artigos selecionados, os pesquisadores podem identificar lacunas no conhecimento e direcionar seus esforços para áreas de pesquisa promissoras.

Além disso, o Anuário também facilita a colaboração entre pesquisadores. Ao conhecer as produções de outros colegas, é possível estabelecer parcerias e trocar conhecimentos, enriquecendo assim o desenvolvimento de novas pesquisas.

O Anuário de Produções Acadêmico-Científicas é uma ferramenta indispensável para a comunidade acadêmica da FANS. Espera-se contribuir para a disseminação do conhecimento, a identificação de tendências e a colaboração entre pesquisadores. Portanto, é fundamental que essa publicação seja valorizada e incentivada, garantindo assim o crescimento e avanço do conhecimento científico em todas as áreas do saber.

Boa Leitura!

Por Franciane Lamóia,

Editora da RIEC.

INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE AUDITIVO: ASPECTOS COGNITIVOS E NEUROLÓGICOS E A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Taúane Natalia de Sousa Oliveira Martins¹

Zilda da Silva Costa²

Karina de Souza Dias³

Nalia Aparecida de Lacerda Viana⁴

Denise Sanches Lopes⁵

RESUMO

Este artigo constituiu-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, na qual, através da observação de especialistas no assunto, visa demonstrar as dificuldades em se ensinar as crianças com deficiência auditiva, observando suas diferenças neurais, cognitivas e em relação a aquisição da linguagem, que nestes casos ocorre de forma tardia. A pesquisa justificou-se pela necessidade de compreender como a neuroplasticidade age no cérebro de alguém com deficiência auditiva, de modo que este não sofra apenas perdas, mas também ganhos, quando as estruturas se adaptam e modificam suas funcionalidades para aumentar a eficiência destas e proporcionar ao sujeito uma vida capaz de aprender e ser.

PALAVRA-CHAVE: Deficiência auditiva. Neuroplasticidade. Inclusão. Aquisição da linguagem.

ABSTRACT

This article consisted of a bibliographic research, where, through the observation of specialists in the subject, it aimed to demonstrate the difficulties in teaching children with hearing impairment, observing their neural, cognitive differences and in relation to language acquisition, which in these cases it occurs late. This article was justified by the need to understand how neuroplasticity acts in the brain of someone with hearing loss, so that it does not only suffer losses, but also gains, when the structures adapt and modify their functionalities to increase their efficiency and provide the subject a life capable of learning and being.

KEYWORDS: Hearing deficiency. Neuroplasticity. Inclusion. Language acquisition.

¹ Formada em Pedagogia FANS; Pós Graduada em Neurociências aplicada a Educação.

² Formada em Pedagogia FANS; Pós Graduada em Neurociências aplicada a Educação.

³ Professora do Curso de Psicologia da FANS. Mestre em Promoção da Saúde.

⁴ Mestre em Educação, Cultura e Organizações Sociais, professora do curso de Pedagogia da FANS

⁵ Professora do Curso de Psicologia da FANS. Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental.

INTRODUÇÃO

Ao nascer, as crianças começam a se atentarem para os sons em seu entorno, como as vozes, os brinquedos e músicas. Segundo Cabral et al (1992), a percepção sonora do recém-nascido, atenta-se grandemente para a voz materna, que se torna um elo entre a mãe e o bebê. O bebê recém-nascido reage a uma vasta gama de sons, movendo-se ou tendo alterações do ritmo cardíaco, as reações indicam sua capacidade ou não de ouvir os sons, como se demonstra na literatura infantil por Bee (1996).

O desenvolvimento da linguagem nas crianças pequenas, depende sobretudo da comunicação, ou seja, da audição, pois assim, ela aprende a emitir ruídos por meio da imitação, evoluindo posteriormente para a emissão de palavras. As crianças já chegam no ambiente escolar com a linguagem muito desenvolvida, sendo extremamente necessária para a construção da aprendizagem no ambiente escolar, por meio das interações e trocas entre pares e com adultos (CABRAL, 1992; NADER, 2011).

A comunicação, com o uso de uma língua, é o meio dos indivíduos adquirirem informações, expressarem ideias e emoções, ou seja, é o meio de obtenção de conhecimentos para a realização da aprendizagem de fato. Uma língua se traduz num conjunto de regras que regulariza a comunicação.

Em casos de surdez, há a indagação sobre os efeitos da obtenção de uma língua, que na maioria dos casos não é materna e familiar, portanto, adquirida posteriormente, mais comumente após se inserir no ambiente escolar, como então se dá o processo de inclusão de alunos que não se comunicam com facilidade e que por aprenderem uma língua mais tarde que os demais e pouco conhecida pelos pares, professores e a família, que muitas vezes não a aprende.

Muitos desses alunos que não conhecem a língua de sinais, chegam às escolas para aprenderem com professores que também não sabem e se encontram completamente despreparados para lidar com a situação. Os monitores “tradutores”, que acompanham estes alunos em sala de aula se veem na difícil tarefa de passar o que o professor diz aos alunos, passando pela dificuldade de vê-los aprender uma nova forma de comunicação, além de ter que aprender também o código escrito que é uma exigência acadêmica, não tendo os mesmos conhecimentos implícitos sobre a

língua portuguesa que as demais crianças constroem desde o nascimento com a linguagem oral.

Utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica, esta pesquisa leva as indagações sobre a preparação da escola para receber esta criança com deficiência auditiva, se a formação do professor é satisfatória para acompanhá-los e se as crianças são realmente incluídas nas escolas, além de apresentar alguns aspectos neurológicos que possibilitem aos professores compreender que o aluno deficiente auditivo não apresenta perdas, mais também ganhos.

A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA ESCOLA

A língua de sinais, diferentemente da oral cujas crianças mantêm contato desde o nascimento, não é comumente aprendida no seio familiar, sendo uma língua aprendida pela maioria em idade escolar, de forma tardia. Essas crianças muitas vezes incompreendidas por sua dificuldade em expressar o que quer, passam por momentos de exclusão, nos quais professores despreparados não sabem como lidar com eles e colegas que podem evitar, ou cometer bullying pelo fato de serem diferentes. Alguns professores tratam estes alunos como seres sem futuro e não oferecem as devidas mudanças para possibilitar um pleno desenvolvimento. A neurociência vem demonstrando que o cérebro se adapta as perdas e pode, através de sua capacidade plástica, estabelecer ligações e fazer o que já dizia o velho ditado “quando se perde um dos sentidos, os outros melhoram”.

A INCLUSÃO

A inclusão é um processo que busca superar dificuldades, e para tanto, é necessário o envolvimento de toda a sociedade, de modo que recebam o diferente com equidade e busquem, principalmente os professores, meios de proporcionar um desenvolvimento pleno, capacidades críticas e de significativa participação na sociedade.

Hugo Otto Beyer (2006, p.73) define a educação inclusiva como:

[...] um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, como situação provocadora de

interações entre crianças com situações pessoais as mais diversas. Além desta interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, propõe-se e busca-se uma pedagogia que se dilate frente às diferenças do alunado.

A aprendizagem ocorre por meio das interações do sujeito com o meio e com o outro: professores e demais colegas. Cabe ao professor promover esta interação, elencando atividades e momentos em que possam agir juntos, de forma inclusiva e que proporcione o bom relacionamento entre os pares. Uma das mais significativas partes do processo é a família, pois a participação desta para a inclusão e a aprendizagem é algo que possibilita um avanço grande e mais rápido, principalmente ao se tratar de alunos com necessidades especiais como a deficiência auditiva, ponto que muitas vezes não ocorre e os professores se veem sem este apoio que é imprescindível. Faz-se necessário, então, que os professores conheçam as famílias e os alunos com quem terão que lidar.

A inclusão fundamenta-se na equiparação de oportunidades, tendo como exigência que toda a sociedade se torne acessível a todas as pessoas, principalmente, mas não só, as que possuem deficiências. Assim, a sociedade deve mudar, remover seus empecilhos para que as pessoas deixem de ser excluídas, como defende Rios e Novais (2009) e Guarinello et al. (2006), este acrescenta que não se trata apenas de criar vagas em escolas regulares e disponibilizar materiais, mas que a escola e a sociedade se mobilizem, contando com professores capacitados e que tenham compromisso com a educação de todos.

Segundo Rios e Novais (2009), em decorrência de dificuldades geradas pela tardia aquisição da linguagem e a comunicação limitada nos ambientes escolares e extraescolares, há uma defasagem na escolarização de crianças surdas, com conhecimentos aquém dos de sua idade e desenvolvimento comprometido.

Em seu estudo, a autora relatou uma experiência de inclusão de aluno surdo em escola regular, com a presença de intérprete de língua de sinais. Os dados indicaram problemas que ocorrem no espaço escolar, alguns identificados pelos entrevistados como: desconhecimento sobre a surdez e sobre suas implicações educacionais, dificuldades na interação professor/intérprete e a incerteza em relação ao papel dos diferentes atores nesse cenário. (RIOS; NOVAES, 2009, p.83)

Silva e Pereira (2003) fizeram a observação de que os professores tratam os alunos surdos como possuidores de dificuldades para acompanhar o ritmo do

processo escolar, julgando estas relacionadas à falta de linguagem, embora os considerem inteligentes, com potencial para aprenderem e com bom comportamento, embora algumas vezes pareça que são satisfeitas todas as condições para que haja a inclusão, as autoras afirmam, que na prática, ainda acabam excluídos.

Diferente da integração, a inclusão pressupõe então mudanças na sociedade, para que esta se torne capaz de receber e acolher adequadamente as pessoas portadoras de necessidades especiais. Essa idéia, defendida por Sasaki (1998), baseia-se no modelo social, segundo o qual a escola comum deve levar em consideração a necessidade do aluno, ocorrendo adaptação do ambiente físico e dos procedimentos educacionais, para que todas as pessoas possam ser incluídas. Não é, portanto, a criança que necessita se mover para se integrar. (RIOS; NOVAES, 2009, p.90)

A educação inclusiva é, segundo Sanchez (2005), uma questão de direitos humanos, mas não apenas isso, pois requer mudanças no processo de formação dos professores, atualizações metodológicas e ações conjuntas que correspondam às necessidades de todos os educandos. Como salienta Laplane (2004), o discurso tão aclamado da inclusão vai contra a realidade educacional atual, que enfrenta superlotação nas salas de aula, escolas que deixam a desejar quanto a estrutura física e a formação docente, que não prepara os professores para o que irão enfrentar quando se depararem com alunos que possuam necessidades especiais. A inclusão, atualmente, resume-se em inserir os alunos nas escolas existentes sem promover alterações estruturais ou pedagógicas, demonstrando uma falha nessa política inclusiva.

Quando se trata de inclusão nas escolas, como lembra Góes (2004), a criança, dita normal aprende a conviver com as diferenças, assim como lida com os iguais, porém, no que se refere à criança “incluída”, só lhe é possibilitado interagir com os diferentes de si, ou seja, deve conviver com um mundo totalmente misterioso, de pessoas que possam talvez não o compreender totalmente, tendo contatos esporádicos em eventos ou ao acaso com seus iguais.

Muitas vezes, os professores não realizam a conexão de relação entre as dificuldades que os alunos com deficiência auditiva possuem na escola e as particularidades relativas a eles, como é observado por Guarinello et al. (2006). Portanto, como cita por Góes (2004), para a inclusão, são necessários mais do que pequenos ajustes no sistema educacional, pois sem oferecer suportes ao docente e

modificar as metodologias e currículos, não há como atender os compromissos para o desenvolvimento pleno e a aprendizagem dos alunos.

NÃO SÃO APENAS PERDAS

Desde o nascimento o cérebro começa a refinar seus circuitos durante o processo de aquisição da fala, utilizando-se de estímulos advindos da via auditiva, começando por balbuciar até a articulação de sentenças, portanto, é esperado que hajam diferenças cerebrais entre as crianças ouvintes e surdas desde o nascimento. Antes mesmo dos estudos da neuroplasticidade, já afirmava o senso comum que quando falta um dos sentidos, há o desenvolvimento de outros. Os estudos atuais da neurociência demonstram que se privado de qualquer sentido, as funções corticais se reorganizam de modo que áreas cerebrais que ficaram sem suas funções biológicas originais, assumem funções diferentes, para não ficarem desocupados e para desempenhar papéis substitutivos relativos ao sentido privado (CARNEIRO, 2005). Assim sendo, “falar em ‘perdas’ sempre simplifica em demasia o processo, que inclui também ‘ganhos’ em outras áreas, especialmente se o déficit se estabelecer em idades precoces, quando a plasticidade cerebral é bem maior”, como é destacado por Carneiro (2005, p.143).

Pesquisas realizadas pelo mesmo autor constataram que em todos os surdos ocorre assimetria contrária, no qual o hemisfério esquerdo desempenha funções habituais do hemisfério direito (detectar estímulos e coordenadas) e o direito as típicas do hemisfério esquerdo (detectar categorias espaciais).

Em detrimento de privações sensoriais, a capacidade plástica do cérebro possibilita investigar as capacidades adaptativas que se realizam quando necessário. É usado por diversas vezes o termo “perda”, porém, não são apenas perdas, mas alterações cerebrais de um órgão sem deficiências, se este conceito for incorporado e difundido pode-se construir uma sociedade que perceba a capacidade dos surdos e por fim o extermínio do preconceito para com eles, pois, como acrescenta Carneiro (2005, p.144), “em algumas tarefas eles são bem mais capazes do que nos ouvintes, considerados ‘normais’ ”.

Segundo Nader (2011), não apenas a língua falada, como também a de sinais, encontram-se lateralizadas no hemisfério esquerdo, acionam a área de Broca e se encontram na mesma extensão neural.

Os resultados encontrados indicam que o giro frontal inferior esquerdo estava envolvido durante a fala e na produção de sinais de forma semelhante. Além disso, ao longo da tarefa de nomeação, o lobo temporal esquerdo e a zona de transição parieto-occipital esquerda estavam envolvidas de maneira similar. O córtex posterior ínfero-temporal esquerdo estava envolvido significativamente nos dois grupos, mas houve mais atividade no grupo de surdos. (NADER, 2011, p.13)

Nader (2011) afirma que o processamento da linguagem não é dependente apenas das áreas de Broca e Wernicke, mas de um sistema, composto por diversas áreas que trabalham em sintonia. Sobre as funções relativas à língua de sinais, utilizada por surdos, dos hemisférios direito (HD) e esquerdo (HE), Santana (apud NADER, 2011, p.28), afirma que:

Apesar das polêmicas e discussões acerca da especialização cerebral, predomina, ainda hoje, a visão de que nos ouvintes há uma prevalência da especialização da linguagem no HE. (...) Partindo desse pressuposto, poder-se-ia hipotetizar que, se as áreas responsáveis pela visão estão preferencialmente no HD, se a língua de sinais é uma língua de modalidade visuomanual e se o HD é responsável pelos aspectos visuoespaciais, essa língua deveria ter sua especialização no HD. Entretanto, a língua de sinais apresenta a mesma propriedade e segue os mesmos princípios de organização cerebral das línguas de modalidade oral controladas pelo HE.

Mesmo que a aquisição da linguagem por surdos se dê de forma tardia, esta é fundamental para o seu desenvolvimento cognitivo, uma vez que é por meio da estimulação e do uso de diferentes formas de comunicação e expressão, interagindo com o meio que se possibilita a plasticidade do cérebro, que ocorre na presença de estímulos. A participação em atividades sociais influencia de forma “epigenética no desenvolvimento cerebral e cognitivo, isto é, promovem mudanças na arquitetura neuronal” (NADER, 2011, p.31), estas possibilitam o surgimento de novas conexões e mudanças no funcionamento do cérebro.

DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

O cérebro está em constante reorganização desde o nascimento, com estruturas que se atrofiam e outras que se desenvolvem mais.

No estudo com humanos, a partir de estímulos elétricos nas regiões anteriores dos lobos frontal e temporal dos dois hemisférios, registrou-se a amplitude das respostas nessas áreas que recebem, simultaneamente, estímulos acústicos e visuais. Em outras palavras, trata-se de regiões multimodais. No experimento realizado pelos autores (FROST, 1990; NEVILLE, 1985, 1990 apud RODRIGUES, 1993), uma luz é acesa bem no centro e, em seguida, na periferia do campo visual e a resposta é medida. Como resultado, registrou-se que a amplitude de reações ao estímulo no centro é a mesma para surdos e ouvintes. No entanto, para estímulos na periferia, a resposta de surdos congênitos é bem mais nítida, o que as pesquisas de psicologia experimental dizem corresponder à maior capacidade do surdo de detectar e seguir estímulos na periferia do campo visual. Segundo Rodrigues, ao utilizar a língua de sinais, o rosto do interlocutor do surdo ocupa o centro, enquanto seus gestos manuais ocupam a periferia do campo visual. (NADER, 2011, p.33)

Segundo Nader (2011), a área de Broca desempenha função semelhante na produção da língua falada e na língua de sinais, sendo que a presença de estímulos da área temporal anterior do hemisfério esquerdo, mais significativa para a língua de sinais que para a oral. Apesar dos surdos utilizarem uma linguagem viso-espacial, são utilizadas as mesmas funções neurais ligadas a linguagem oral utilizada por ouvintes, o cérebro de ouvintes e surdos são semelhantes em relação ao funcionamento da linguagem, exceto que as áreas destinadas ao funcionamento e processamento auditivo participam no processamento de estímulos visuais, o que demonstra a incrível capacidade neuroplástica e adaptativa do cérebro (idem).

Piaget (apud NADER, 2011) aponta a ideia de que os surdos sofrem de atraso no desenvolvimento cognitivo em decorrência da falta de experiências comunicativas desde o nascimento, não pela falta da linguagem, que é necessária para o desenvolvimento do pensamento abstrato, portanto, de extrema importância para a inteligência operacional. A partir desta teoria, a linguagem não afetaria o desenvolvimento cognitivo da criança, pois ela apenas serviria para demonstrar o funcionamento da cognição, a linguagem não seria necessária para o desenvolvimento nos estágios iniciais, não sendo esta imprescindível antes do surgimento da inteligência operacional.

Vygotsky (apud NADER, 2011) afirma que a aprendizagem e o desenvolvimento não se encontram pela primeira vez quando a criança atinge idade escolar, pois estas já ocorrem desde o nascimento e estão profundamente ligadas desde o início. “Vygotsky (2000) deu um peso epistemológico diferente à linguagem, como mediadora e constitutiva dos processos cognitivos” (SANTANA apud NADER, 2011, p.48), a linguagem e o pensamento se interrelacionam e, após a aquisição da linguagem, em função da utilização de signo há alterações nas operações mentais.

Segundo Vygotsky (NADER, 2011), a interação social e a linguagem possuem papel fundamental no desenvolvimento e constituição do sujeito. A linguagem, assim como outras funções superiores, é construída em consonância com a participação do sujeito nas relações sócio-históricas. Pode-se afirmar, portanto, que para os surdos, mesmo que em tempo posterior a entrada na escola, é a aquisição da linguagem, como forma de interação e aprendizagem, fundamental para o seu desenvolvimento cognitivo, pois este é o efeito da linguagem, seja desenvolvida ou apenas gestos próprios para comunicar-se.

Sem uma língua, haverá limites nos processos de aprendizagem, de forma especial daqueles conteúdos veiculados pela escrita – geralmente na escola - que, segundo Gnerre (1988), são os conteúdos de prestígio, essenciais ao exercício da cidadania e inserção em diversos círculos sociais e profissionais. (NADER, 2011, p.53)

A interação com o outro, segundo Nader (2011), seja um profissional ou não, até mesmo um igual, propicia ajuda para o desenvolvimento do sujeito, de modo que ele possa aprender mais e adquirir informações, dando assim um passo em seu desenvolvimento cognitivo, e se aproximando ou mesmo alcançando o seu desenvolvimento potencial, o que Vygotsky relacionou a passos em uma zona de desenvolvimento, do real, possuído atualmente, ao ideal a ser alcançado.

Já para Piaget (NADER, 2011), o desenvolvimento cognitivo é pressuposto para o desenvolvimento da linguagem e do pensamento, existindo em função da interação do sujeito com o ambiente, intermediada pelo pensamento.

A linguagem é também inter-relacionada com a ação, de forma crucial. Tanto para Vygotsky, quanto para Piaget, a criança pré-escolar, em situação de resolução de problemas, desenvolveria uma fala egocêntrica. Enquanto Piaget atribui a esta fala apenas uma relevância mínima para o desenvolvimento cognitivo, Vygotsky a concebe como um processo fundamental do desenvolvimento, situada entre a fala social e a linguagem

internalizada, o que por sua vez permite a solução de problemas complexos. Sua função seria, portanto, reguladora da atividade mental. Segundo Vygotsky, a fala viabiliza a atividade simbólica e organiza o pensamento. A partir dela, a criança controla o ambiente e o próprio comportamento, firmando-se como sujeito da linguagem e não como um aprendiz passivo. (NADER, 2011, p. 69-70)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aquisição da linguagem é um processo de grande importância para o desenvolvimento cognitivo, possibilitado pelas aprendizagens decorrentes das informações adquiridas por meio da interação social, e a comunicação é um dos fatores que a possibilita. Desde o nascimento as crianças ouvintes ouvem e aprendem a imitar os sons para se comunicar, no entanto, as crianças surdas não têm tal possibilidade, já que grande maioria delas não é estimulada a comunicação. Porém, o cérebro humano possui a incrível capacidade de se reorganizar para adequar-se a situações de perdas e as estruturas neurais destinadas à audição e à oralização se modificam de modo que suas funções se adequem para o estabelecimento de uma nova forma de comunicação se aproveitando da visão, seja a leitura labial, ou a linguagem de sinais.

O cérebro não sofre apenas perdas pela ausência de um dos sentidos, mas a neuroplasticidade vem a demonstrar que o cérebro, antes considerado igual para todos, na verdade possui diferenças e se modifica por meio de estímulos, por isso, nota-se a necessidade e importância da linguagem, mesmo que aprendida de forma tardia, pois por meio desta são realizadas as interações e a recepção de informações que possibilita e facilita a aprendizagem.

Alunos surdos, que possuem dificuldades para se comunicar, são muitas vezes tratados como difíceis de ensinar, com professores que não modificam suas metodologias e não são preparados para lidar com eles, agindo na maioria das vezes por intermédio de intérpretes que devem traduzir suas falas. O processo de inclusão ainda é uma realidade a se alcançar, mas é necessária a participação e mudança de todos os agentes envolvidos, a escola, a gestão, os professores, a família, enfim, toda a sociedade, pois apenas por meio da colaboração de todos é que a educação inclusiva de fato se realizará.

REFERÊNCIAS

BEE, H. A Criança em Desenvolvimento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996 (Originalmente publicado em 1977).

BEYER, H.O. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 73

CARNEIRO, L.L.F. Surdez: perdas e ganhos. Revista Ciências e Cognição, v.06, p. 142-144, nov. 2005. Disponível em: <<http://cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/532/302>>. Acesso em 14 abr. 2019.

GÓES, M. C. R. Desafios da inclusão de alunos especiais: a escolarização do aprendiz e sua constituição como pessoa. In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores associados, 2004.

GUARINELLO, A. C. et al. A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do estado do Paraná. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.12, n.3, p.317-330, 2006.

LAPLANE, A.L.F. Notas para uma análise dos discursos sobre a inclusão escolar. In: GÓES, M.C.R.; LAPLANE, A.L.F. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores associados, 2004.

NADER, J.M.V. Aquisição tardia de uma língua e seus efeitos sobre o desenvolvimento cognitivo dos surdos. 2011. 148 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269192>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

RIOS, N.V.F.; NOVAES, B.C.A.C. O processo de inclusão de crianças com deficiência auditiva na escola regular: vivências de professores. Rev. bras. educ. espec., Marília, v.15, n.1, p. 81-98, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382009000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382009000100007>.

SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Inclusão - Revista da Educação Especial, out. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/inclusao.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2019

SILVA, A. B. P.; PEREIRA, M. C. C. O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília, v.19, n. 2, 2003.

PROTEÇÃO DA FAMÍLIA E DA MULHER: LEI MARIA DA PENHA E SUAS MODIFICAÇÕES TRAZIDAS PELO “PACOTE ANTICRIME”

Alexandre Luiz Alves de Oliveira⁶
Estefany Samara da Silva de Paula⁷
Harley Christian do Valle Silva⁸

RESUMO

Este artigo tem como escopo abordar acerca da proteção que o Estado deve garantir a família e a mulher, bem como as mudanças legislativas advindas com a Lei Maria da Penha. Para a garantia da dignidade da pessoa humana, a Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, regulamenta a existência das medidas protetivas de urgência, com o objetivo de garantir a integridade física e mental de mulheres que sofrem violência doméstica e familiar. A violência doméstica é um problema social de primeira ordem no Brasil e sua superação é um dos grandes desafios das políticas públicas. A legislação ofereceu um conjunto de instrumentos para possibilitar a proteção e o acolhimento emergencial à vítima. Faculta ao magistrado, de ofício, decretar a prisão preventiva do agressor em casos de descumprimento das medidas protetivas impostas com o intuito de cessar a violência. Em 2019, o legislador inovou com mudanças no ordenamento jurídico penal e processual penal, que reforçou o sistema acusatório, implementando o “pacote anticrime”. A Lei nº 13.964/2019 alterou a redação do artigo 311 do Código de Processo penal, mudando os requisitos para a decretação da prisão preventiva. Dentre as modificações a decretação da prisão preventiva deve ocorrer mediante provocação do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial, suprimindo a palavra “*ex officio*” do instituto jurídico, trazendo uma enorme divergência sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Dignidade da Pessoa Humana. Violência Doméstica. Prisão Preventiva.

ABSTRACT

This article aims to address the protection that the State must guarantee the family and the woman, as well as the legislative changes arising from the Maria da Penha Law. To guarantee the dignity of the human person, Law No. 11,340/2006, popularly known as the Maria da Penha Law, regulates the existence of urgent protective measures, with the objective of guaranteeing the physical and mental integrity of women who suffer domestic violence. and familiar. Domestic violence is a social problem of the first order in Brazil and overcoming it is one of the great challenges of public policies. The legislation offered a set of instruments to enable protection and emergency care for the victim. It allows the magistrate, *ex officio*, to order the preventive detention of the aggressor in cases of non-compliance with the protective measures imposed in order to stop the violence. In 2019, the legislator innovated with changes in the criminal legal system and criminal procedure, which reinforced the accusatory system, implementing the “anti-crime package”. Law No. 13.964/2019 amended the wording of article

⁶ Bacharel em Direito pela PUC/Minas. Especialista em Temas Filosóficos pela UFMG. Mestre em Direito pela ESDHC. Doutor em Direito pela PUC/Minas. Advogado. E-mail: alexandrealves@hotmail.com

⁷ Aluna do Curso de Direito – FASF – Luz/MG. E-mail.: samarae004@gmail.com

⁸ Professor e Coordenador do Curso de Direito da FANS - A Faculdade de Nova Serrana

311 of the Code of Criminal Procedure, changing the requirements for the enactment of preventive detention. Among the changes, the decree of preventive detention must occur upon provocation by the Public Ministry, the complainant or the assistant, or by representation of the police authority, supplying the word "ex officio" of the legal institute, bringing a huge divergence on the subject.

Keywords: Human Dignity. Domestic violence. Preventive Prison.

1.INTRODUÇÃO

Este artigo propõe-se a analisar a importância que o Estado tem no papel de proteção a mulher. O “Pacote Anticrime” alterou o artigo 311 do Código de Processo Penal. A mudança legislativa pode impactar o artigo 20 da lei Maria da Penha, onde poderá ter um conflito aparente entre normas com a implementação do novo sistema processual de vedação da prisão preventiva de ofício.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar os impactos trazidos pela Lei nº 13.964/2019 ao microsistema de proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar previsto na Lei nº 11.340/2006.

Os objetivos específicos são: a) abordar a história da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência da mulher; b) A eficácia da tutela judicial nos processos que envolvem a aplicação da Lei Maria da Penha e a possibilidade de concessão de prisão preventiva disposta em seu art. 20 em qualquer fase da investigação ou da instrução processual; c) O Juiz poderá deixar de aplicar a prisão preventiva de ofício como previsto no artigo 311 do CPP, argumentando que que o Pacote Anticrime revogou as regras de prisão preventiva de ofício do agressor ou; d) o juiz aplicará a prisão preventiva de ofício em face do agressor com base da Lei Maria da Penha, abordando se há conflito entre as normas.

Posto isso, deixa-se claro que o assunto não pode ser exaurido neste trabalho, pois o direito é flexível e deve atender aos clamores da sociedade. Assim, busca-se apresentar de forma clara e objetiva, quais os posicionamentos adotados por renomados doutrinadores e como a jurisprudência tem se posicionado.

Na delimitação do tema, levanta-se a o seguinte problema: A Lei 13.964/2019 (conhecida como pacote "anticrime") alterou o artigo 311 do Código de Processo Penal, não mais permitindo a decretação da prisão preventiva pelo(a) juiz(a) de ofício (seja na fase policial, seja na judicial). Tal mudança legislativa teria impactado a Lei

Maria da Penha a ponto de se considerar tacitamente revogado o seu artigo 20, que prevê a possibilidade da prisão preventiva de ofício.

Para o equacionamento do problema levanta-se a seguinte hipótese, numa eventual discussão prática, questiona-se: qual lei o juiz irá aplicar ao caso concreto?

Com a edição do Pacote Anticrime e diante de tal conflito, a doutrina e os operadores do Direito começaram a debater se, segundo o critério da especialidade, a norma mais específica prevaleceria sobre a norma mais genérica, o que tornaria possível afirmar que, nos casos tutelados pela Lei Maria da Penha, ainda estaria vigente a norma que permite a decretação *ex officio* da prisão provisória.

Ocorre que o modo de resolver esse conflito pela mera dedução lógica entre os diplomas, e pela razão de ser da Lei Maria da Penha, não deveria prosperar o impedimento da prisão *ex officio*, sob pena de representar um retrocesso na luta contra a violência doméstica e familiar contra a mulher e, em última análise, na própria luta política do movimento feminista. Apesar de ser uma afronta ao sistema acusatório.

Nesta senda, é imperioso destacar que o direito é flexível e acompanha a evolução da sociedade, posto que se faz necessário compreender a história que deu início a luta dos direitos de proteção mulher, para analisar com sabedoria e domínio a aplicação de qual norma será mais adequada a se aplicar nesses casos.

A metodologia utilizada neste artigo será realizada através de estudo descritivo analítico, desenvolvido através de pesquisa bibliográfica. Utilizando as doutrinas de escritores como Rogério Sanches Cunha, Maria Berenice Dias, Jayme Walmer Freitas, Renato Marcão, entre outros, bem como analisar a legislação vigente e os entendimentos dos Tribunais Superiores, a verificação das decisões judiciais foram efetuadas a partir do método de análise de conteúdo.

Será feita uma apresentação dos requisitos, legalidades, levando sempre em conta essa presunção de inocência, ao se verificar assim com é abordado essa problemática na Constituição Federal, leis e demais Doutrinas, de forma consistente e fundamentada.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O dever do Estado na luta da proteção da família e da mulher

O direito de família e a proteção à família é, o que está mais intimamente ligado à própria vida de todos os direitos legais porque, em geral, as pessoas vêm de uma unidade familiar e permanecem conectadas a ela por toda a vida, mesmo que venham a formar uma nova família por meio do casamento ou da união estável. Já foi dito, e com razão, que a família é uma realidade sociológica que constitui a pedra angular do Estado e a unidade essencial sobre a qual assenta toda a organização social. Qualquer componente levado em consideração mostrará que a família é uma instituição necessária e sagrada que merece a mais plena proteção do Estado. A Constituição Federal e o Código Civil, em decorrência da falta de identidade conceitual tanto na sociologia quanto no direito, as pessoas se voltam para ela e estabelecem sua estrutura organizacional sem, no entanto, defini-la. Dentro dos limites do próprio direito, sua natureza e alcance mudam dependendo das ramificações (GONÇALVES, 2022, p. 11).

A violência é, cada vez mais, um fenômeno que atinge governos e populações, tanto global quanto localmente, no público e no privado. Seu conceito está em constante mutação, uma vez que várias atitudes e comportamentos passaram a ser considerados como formas de violência. Contra a mulher, constitui uma manifestação das relações de poder, historicamente desiguais entre homens e mulheres. (ANNAN, 1999).

Ao traçar um panorama histórico, constataremos a sujeição da mulher em relação ao homem vem desde a antiguidade, que segundo a concepção de Platão, a mulher possuía pouca capacidade de raciocínio, além de terem a alma inferior à do homem (CAMPOS, 2007. p. 99).

Outra justificativa para a superioridade do homem em relação a mulher são as sociedades onde a definição do gênero feminino tradicionalmente é referida a esfera familiar e a maternidade. A referência fundamental da construção social do gênero masculino é sua atividade na esfera pública, concentrador dos valores materiais, o que faz dele o provedor e protetor da família. Ressalte-se que o Estado Democrático de Direito pressupõe a igualdade de direitos, tratamentos e de oportunidades entre homens e mulheres, sendo, portanto, incompatível com as formas de socialização baseadas na dominação e submissão (CAMPOS, 2007. p. 99). Samara (1986, p. 59), traz nesse contexto que:

A vida feminina estava restrita —ao bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços. O homem, por sua vez, tinha seu papel centrado na provisão da mulher e dos filhos, concentrando o poder de decisão na família. Os encargos do matrimônio, no que se refere à manutenção do casal e proteção de bens, cabiam, portanto, ao homem. A essa proteção cabia à mulher responder com obediência.

Enquanto atualmente, nessas mesmas sociedades, as mulheres estão maciçamente presentes na força de trabalho e no mundo público, a distribuição social da violência reflete a tradicional divisão dos espaços: o homem é vítima da violência na esfera pública, e a violência contra a mulher é perpetuada no âmbito doméstico, onde o agressor é, mais frequentemente, o próprio parceiro. Faz-se necessário refletir sobre as relações interpessoais pensando na perspectiva de mudanças em um processo de conscientização na tentativa de compreender os comportamentos e papéis sociais determinados, para assim, construir novas identidades sociais, onde haja o reconhecimento das diferenças e das assimetrias de gênero, para superação das desigualdades marcadas na vida de mulheres e homens, a partir da inovação no pensamento feminino, onde a mulher começou a perceber seus valores (BEIRÃO, 2004. p. 5).

A violência pode ser conceituada como sendo qualquer comportamento ou conjunto de comportamentos que visem causar dano à outra pessoa, ser vivo ou objeto. Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti (2007, p.29), define a violência como:

É um ato de brutalidade, abuso, constrangimento, desrespeito, discriminação, impedimento, imposição, invasão, ofensa, proibição, sevícia, agressão física, psíquica, moral ou patrimonial contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela ofensa e intimidação pelo medo e terror.

A violência contra a mulher é caracterizada por qualquer conduta de discriminação, agressão ou coerção ocasionada pelo simples fato de ser a vítima mulher e que lhe cause danos, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, político, econômico ou perda patrimonial (CUNHA; PINTO, 2007. p. 24).

A Convenção de Belém do Pará (1994), disposto no Decreto Lei nº 1.973, de 1º de agosto de 1996, traz a definição da violência contra mulher, como sendo qualquer conduta de ação ou omissão, baseada no gênero, que cause morte, dano

ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, no âmbito público ou privado, podendo ser praticada pelo marido, namorado, ex-companheiro, filhos, num determinado ambiente doméstico, familiar ou de intimidade.

A violência contra a mulher é uma das questões sociais mais divulgadas que ganhou destaque nas últimas décadas em todo o mundo. Por causa de seu impacto destrutivo na saúde e na cidadania das mulheres, as políticas públicas passaram a ser mais procuradas por integrantes de diversos setores da sociedade, principalmente o movimento feminista. É um desafio difícil, e sua resolução requer a colaboração de vários serviços, necessitando de uma quantidade significativa de trabalho em rede. No entanto, integrar os serviços de solução de problemas existentes é difícil e subutilizado.

Desde a promulgação da Lei 11.340 de 2006, dispõe-se sobre o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, é resultado dos movimentos das mulheres, potencializado pela criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Fundamenta-se em normas e diretivas consagradas na Constituição Federal, na Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher e na Convenção Interamericana para Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (CORDEIRO, 2019. p. 134). O artigo 5º da Lei 11.340 de 2006, conceitua a violência doméstica e familiar contra a mulher:

Art. 5º Para os efeitos dessa Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Trataremos então do fundamento Constitucional e Convencional, o processo histórico no qual as lutas pelo reconhecimento das mulheres como “sujeito de direito” se desenvolveram, a natureza da Lei e seu objeto, para então adentrarmos no estudo sobre sua efetiva aplicação no ordenamento jurídico brasileiro.

2.2 A importância da Lei Maria da Penha para proteção das relações familiares

O processo histórico de conquista de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais ganhou maior relevância a partir do século XX, quando a ação organizada de movimentos sociais diversos contribuiu para a ampliação da cidadania e novos sujeitos foram incorporados, em particular as mulheres, tendo reconhecidos seus direitos. A entrada em cena de novos atores sociais redefiniu as concepções de direitos para além da liberdade e da igualdade formais, apontando para direitos nos campos da saúde, educação, trabalho, moradia, lazer, cultura e meio ambiente, dentre outros, no marco da indivisibilidade dos direitos inerentes à pessoa humana. Mas a expansão de direitos não assegura necessariamente o exercício efetivo da cidadania. A declaração de direitos civis, políticos e sociais pode compor meramente uma cidadania formal ou passiva, pois não enfoca as relações de poder na sociedade e nem o caráter excludente de fato das democracias modernas (BARSTED, 2011, p. 29).

A Lei nº 11.340/06 foi criada não apenas para atender ao disposto no art. 226, § 8º, da Constituição Federal, segundo o qual "o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações"(BRASIL, 1988), previu as regras de proteção civil, patrimonial, familiar e penal à mulher de modo a dar cumprimento à diversos tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil. Um dos tratados é a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, doravante denominada Convenção da Mulher, em vigor desde 1981, um primeiro tratado internacional visando garantir amplamente os direitos sobre a segurança da mulher que busca garantir igualdade de gênero e reimprimir discriminações contra a mulher, disposto pelo no Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002, que menciona em seu artigo 1º, *in verbis*:

Para os fins da presente Convenção, a expressão "discriminação contra a mulher" significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (BRASIL, 2002).

É evolução legislativa, que fez o Brasil proteger com maior vigor a mulher frente às violências de seu parceiro, que é vulnerável socialmente e só a proteção penal não se fazia suficiente. As organizações feministas brasileiras tiveram a capacidade de compreender que a luta por cidadania implica a superação de hierarquias temáticas na medida em que os direitos humanos são indivisíveis. Políticas públicas foram fixadas, órgãos policiais, judiciais e sociais foram estabelecidos para evitar e proteger contra o perigo imediato a mulher vítima de violência. Com base na pressão popular foi institucionalizada a proteção à mulher sendo considerada um marco civilizatório (CORDEIRO, 2019. p. 137).

A década de 80 abrigou grandes conquistas femininas, em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e as delegacias especializadas no atendimento às vítimas de violência (DEAMs), importantes políticas públicas de sensibilização e combate à violência contra as mulheres.

A atuação do CNDM e dos movimentos de mulheres e feministas nas discussões da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) foi fundamental para garantir, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a igualdade entre os sexos, no inciso I do artigo 5º: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”; e a inclusão do § 8º no artigo 226: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

Em 1992 a Câmara dos Deputados constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com incentivo e apoio do CNDM e dos movimentos de mulheres, para investigar a violência contra a mulher. O relatório final classifica a situação como grave, incluindo proposta de Projeto de Lei no sentido de conter o avanço deste tipo de violência.

Em 1993, as Nações Unidas realizaram a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, que reconheceu a violência contra a mulher como obstáculo ao desenvolvimento, a paz e aos ideais de igualdade entre os seres humanos. Considerou também que a violência contra a mulher é uma violação aos direitos humanos, e que se baseia principalmente no fato de a pessoa agredida pertencer ao sexo feminino (CONFERÊNCIA MUNCIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS, 1993).

Apesar do mandamento constitucional do art. 226, § 8º, e dos diversos Tratados Internacionais firmados pelo Brasil, a Lei nº 11.340/06 surgiu apenas no ano de 2006, para atender à recomendação da Organização dos Estados Americanos decorrente de condenação imposta ao Brasil no caso que ficou conhecido como Maria da Penha Fernandes, que foi quase assassinada por seu então marido, após suscetíveis episódios de violência sofridos, que envolveram até mesmo afogamento e tentativas de eletrocutar. A condenação só ocorreu após 19 anos, frisa-se que a sanção penal imposta ao agressor de Maria em pouco tempo resultou na concessão de regime aberto de cumprimento de pena do agressor.

A severidade das agressões sofridas e a demora do Estado em processar e condenar o agressor gerou uma grande e compreensível revolta por parte da vítima. Foi nesse espírito que nasceu a lei 11.340/06, sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o Estado brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica e recomendou várias medidas em relação ao caso concreto de Maria da Penha e em relação às políticas públicas do Estado para enfrentar a violência doméstica contra as mulheres brasileiras, que veio para materializar no Brasil norma de proteção à mulher.

2.3 Natureza da Lei Maria da Penha

Não se pode dizer que a presente lei tem apenas conteúdo penal, uma vez que ela não tem como escopo enumerar tipos penais que configurem violência doméstica e familiar contra a mulher. Na realidade, esta lei tem conteúdo processual penal como traz em seus artigos 12, 15, 18, 19, 20, entre outros, mas, também trata de questões ligadas ao direito civil em seus artigos 23, 24, 25, ente outros.

Assim, pode-se dizer que a lei tem conteúdo misto, os crimes estão definidos no Código Penal e nas legislações extravagantes (direito material), a Lei Maria da Penha (direito processual) define o rito.

Faz-se necessário definir a norma penal, que é conceituada por Bitencourt (2014, p. 36) expressa como direito penal o conjunto de normas jurídicas que tem por objeto a determinação de infrações de natureza penal e suas sanções correspondentes – penas e medidas de segurança.

Também Dias (2007, p. 3) designa direito penal ao conjunto das normas jurídicas que ligam a certos comportamentos humanos, os crimes, determinadas consequências jurídicas privativas deste ramo do direito... é a pena, a qual só pode ser aplicada ao agente do crime que tenha atuado com culpa.

Independentemente de haver divergência na doutrina acerca da necessidade de intervenção do direito penal, na proteção necessária ou não a bens jurídicos, é do conhecimento geral que existe no direito penal, uma norma penal, um definidor de crimes e penas. Esta é a clássica definição de norma penal incriminadora: conteúdo delimitador da conduta criminosa e sanção cabível, como se classifica uma norma penal, que é aquela que trata ou afete crime ou pena (CORDEIRO, 2019. p. 138).

A Lei Maria da Penha trouxe regulações que diretamente afetam a relação familiar, o direito de posse e de gestão, o procedimento e efeitos criminais, e a instituição de políticas governamentais para a proteção da mulher, criando um sistema jurídico autônomo e multifacetado, com regras e procedimentos específicos, que desvinculam a violência de gênero do campo exclusivamente penal (CAMPOS e CARVALHO, op. cit.).

2.4 Objeto da Lei Maria da Penha

O objeto da Lei é a violência contra a mulher baseada no gênero, praticada no âmbito doméstico, familiar ou em uma relação íntima de afeto (BIANCHINI, 2014, p. 30).

A lei nº 11.340/2006 positivou no Direito brasileiro a projeção na lei do artigo 226 da Constituição Federal, o tornou tangível, produzindo igualdade material entre homens e mulheres, propondo a coibição da violência doméstica e familiar contra a mulher. Elenca uma série de medidas que devem ser adotadas para conferir efetividade ao seu objetivo que é assegurar a mulher uma vida isenta de violência, como a assistência à mulher em situação de violência doméstica, as medidas de integração e de prevenção, o atendimento da mulher pela autoridade policial e os procedimentos a serem adotados, a competência para o processo e o julgamento de casos que envolvam a violência doméstica e familiar contra a mulher, as medidas protetivas de urgência, a atuação do Ministério Público, a assistência judiciária e a equipe de atendimento multidisciplinar, além de outras questões.

A Lei nº 11.340/2006 possui os seguintes objetivos:

1. Tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher.
2. Estabelece as formas da violência doméstica contra a mulher como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.
3. Determina que a violência doméstica contra a mulher independe de sua orientação sexual.
4. Determina que a mulher somente poderá renunciar à denúncia perante o juiz.
5. Ficam proibidas as penas pecuniárias (pagamento de multas ou cestas básicas).
6. É vedada a entrega da intimação pela mulher ao agressor.
7. A mulher vítima de violência doméstica será notificada dos atos processuais, em especial quando do ingresso e saída da prisão do agressor.
8. A mulher deverá estar acompanhada de advogado(a) ou defensor(a) em todos os atos processuais.
9. Retira dos juizados especiais criminais (lei 9.099/95) a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher.
10. Altera o código de processo penal para possibilitar ao juiz a decretação da prisão preventiva quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher.
11. Altera a lei de execuções penais para permitir o juiz que determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.
12. Determina a criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência cível e criminal para abranger as questões de família decorrentes da violência contra a mulher.

A violência é composta pela intenção, ação e o dano e, especificamente aquela direcionada à mulher, é tão arraigada no âmbito das relações sociais que dificulta a denúncia e a implantação de processos preventivos que possam erradicá-la. Para crimes em geral evita-se a aplicação da prisão preventiva em regra geral, isto não se aplica nos casos de violência doméstica, pois nos casos de aplicação da Lei Maria da Penha, o agressor tem ligação de convivência pelo afeto, gozando na maioria dos casos de algum poder sobre a vítima e a facilidade de voltar à rotina após um violento ataque a uma mulher, com retorno imediato ao lar permitiria também o fácil regresso às agressões, até com mais força, exemplo do que aconteceu com a própria Maria da Penha (CORDEIRO, 2019. p. 136)

A Lei Maria da Penha dispõe as medidas protetivas de urgência, tanto cível como criminal, o caso de Prisão Preventiva previsto na Lei Maria da Penha possui especificidades que a distingue daquela disciplinada no Código de Processo Penal.

2. 5 Violência Doméstica Entre Marido E Mulher

A constelação familiar consiste na representação das partes e membros das respectivas famílias, em uma abordagem histórica a unidade familiar pode ser considerada uma das mais importantes instituições de sociedade humana, a definição de família tem uma multiplicidade de conceitos, sendo elucidativos quanto a integração e a sua na construção humana. Caio Mario da Silva Pereira (2017, p. 49), conceitua família com destaque em diversificação:

Em sentido genérico e biológico, considera-se família o conjunto de pessoas que descendem de tronco ancestral comum. Ainda neste plano geral, acrescenta-se o cônjuge, aditam-se os filhos do cônjuge (enteados), os cônjuges dos filhos (genros e noras), os cônjuges dos irmãos e os irmãos do cônjuge (cunhados). Na largueza desta noção, os civilistas enxergam mais a figura da Romana *Gens* ou da grega *Genos* do que da família propriamente dita.

Sendo um elemento ativo que se encontra em constante mudança para melhor atender às necessidades de uma sociedade em evolução. É incontestável que a família responsável pela formação da organização social, onde se desenvolvendo vínculos afetivos, auxiliando na formação do caráter e da personalidade do cidadão, através das gerações (DONIZETTI, 2007, p. 900). Com uma análise do desenvolvimento dessa instituição familiar, De acordo com Elpídio Donizette e Felipe Quintella“ sempre foi uma árdua tarefa conceituar família”, pois é um instituto que passou por diversas transações ao longo dos anos (DONIZETTI, 2007, p. 901).

A instituição familiar é a base da sociedade para o ser humano, revelando-se como o ramo do direito que mais está ligado à vida. Flávio Tartuce conceitua o Direito de família como sendo o ramo do Direito Civil que tem como conteúdo os seguintes institutos jurídicos:

- a) casamento;
- b) união estável;
- c) relações de parentesco;
- d) filiação;
- e) alimentos;
- f) bem de família;
- g) tutela, curatela e guarda (TARTUCE, 2007, p. 1157).

Maria Berenice Dias ressalta-se que o Direito de Família conquistou grandes avanços com o decorrer dos anos, onde as relações interpessoais acompanharam os passos da evolução social. A definição de 1988 definiu como princípios fundamentais na base da família a igualdade entre homem e mulher e dos filhos entre si, onde se estendeu o conceito de família:

A família é cantada e decantada como a base da sociedade e, por essa razão, recebe especial proteção do Estado (CF 226). A própria Declaração Universal dos Direitos do Homem estabelece (XVI 3): A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado. Sempre se considerou que a maior missão do Estado é preservar o organismo familiar sobre o qual repousam suas bases.²⁴ A família é tanto uma estrutura pública como uma relação privada, pois identifica o indivíduo como integrante do vínculo familiar e também como partícipe do contexto social. O direito das famílias, por dizer respeito a todos os cidadãos, revela-se como o recorte da vida privada que mais se presta às expectativas e mais está sujeito a críticas de toda sorte (DIAS, 2016, p. 23).

Nessa conjuntura, o direito sistêmico tem fundamento e origem na constelação familiar, como traz Maria Berenice Dias (2021, p. 100), deixando claro que as formas de constituição familiar, apesar de terem sofrido significativas mudanças, trouxe a existência da família como sendo única e legítima, com essa transformação, os laços afetivos passaram a valer mais no ordenamento jurídico, pois a familiar é o primeiro agente socializador do ser humano (DIAS, 2021, p. 42), a própria organização da sociedade se dá em torno da estrutura familiar. Partindo disso a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), criou os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, atribuindo-lhes competência cível e criminal.

2.6 Aplicação Da Prisão Preventiva

Com o objetivo de alcançar a segurança pública, no Brasil, como em qualquer Estado organizado, existem meios de se alcançar a segurança pública, prometida pela Constituição Federal, os quais podem ser executados de forma preventiva ou repressiva, a prisão preventiva trata-se de uma espécie de prisão processual de natureza cautelar a fim de evitar-se a incidência da criminalidade, não se tratando de métodos processuais, ou vez, que pode acontecer antes de iniciar uma relação jurídica criada no processo, que estão previstos no Código de Processo Penal, com o intuito de assegurar a segurança coletiva, são consubstanciados nas medidas

cautelares, sempre que estiverem preenchidos os requisitos legais e ocorrerem os motivos autorizadores (CAPEZ, 2016).

A prisão preventiva em um sentido amplo, é aquela decretada antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória e tem significado idêntico à prisão processual, cautelar, provisória ou prisão sem pena. Em um sentido mais estrito, vem prevista nos artigos 311 e seguintes do Código de Processo Penal, estabelece o artigo 311 do Código de Processo Penal, que caberá a prisão preventiva a partir de requerimento. (CUNHA, 2020. p. 253).

Nos termos do artigo 311 e de toda estrutura acusatória prevista na Constituição, assim leciona sobre o tema Aury Lopes Junior, que não cabe prisão preventiva decretada de ofício pelo juiz, nestes termos:

Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

A prisão preventiva fica como uma medida de exceção, devendo ser interpretada restritivamente, para compatibilizá-la com o princípio da presunção de inocência (art. 5º, inciso LVII da CF), afinal, o estigma do encarceramento cautelar é por demais deletério à figura do infrator, afim de evitar-se uma vulgarização da prisão preventiva, quando voltada a delitos de menor gravidade (TÁVORA, 2017. p. 931).

Nada obstante, a fim de que a decretação da preventiva, a associação da materialidade e as indicações de autoria. Além da justa causa, constituída pela presença obrigatória destas duas informações elementares, faz-se indispensável que se demonstre o motivo de risco a fundamentar a efetividade da medida.

As possibilidades de decretação da preventiva oferecem as razões a fim de que a deflagração da constrição à liberdade. Na condição de a prisão, de que modo a sua fundamentação, há a possibilidade de encontrar-se pautada na acentuada necessidade, a legislação preocupou-se em preestabelecer quais os motivos que representam o perigo da liberdade do agente (*periculum libertatis*), alegando a possibilidade do encarceramento.

O artigo 20, da Lei 11.340/2006 assegura que a prisão em questão pode ser decretada, caso sobrevierem razões que as justifiquem, tendo a faculdade do Juiz agir de ofício, mesmo na fase de investigação, *in verbis*:

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

São conceitos que pretendem designar situações fáticas cuja proteção se faz necessária, como a prisão preventiva, que pode ser decretada por iniciativa do Juiz, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação de autoridade policial, constituindo, assim, o fundamento *periculum libertatis*, sem o qual nenhuma prisão preventiva poderá ser decretada. Tais situações, para a decretação da prisão, são alternativas e não cumulativas, de modo que basta uma delas para justificar -se a medida cautelar. Além da existência *do fumus commissi delicti* e do *periculum libertatis*, a prisão preventiva somente poderá ser decretada nos crimes dolosos. Não existe possibilidade de prisão preventiva em crime culposos (LOPES JUNIOR, 2021. p. 960).

A doutrina adota diferentes posicionamentos acerca do tema, uns defendendo, de forma ilimitada, a possibilidade de prisão preventiva com base na simples violação de medidas de proteção emergencial, outros são mais cautelosos estabelecendo mais exigências para tal, e por fim, aqueles que só aceitarão esse tipo de prisão se todos os requisitos para sua decretação forem atendidos. O Código de Processo Penal. Nucci (2016, p. 596), posiciona-se no sentido de que a prisão preventiva somente seja decretada nos crimes contra a mulher, derivados de violência doméstica, quando cumprido os requisitos constante no inciso I, do artigo 312, para DIAS, a prisão preventiva podendo ser decretada independentemente da presença dos requisitos autorizadores e dos motivos estabelecidos no Código de Processo Penal, dentre outros, é uma inovação, pois o objetivo é servir para que o autor do fato possa ser preso nos casos em que a prisão em flagrante não é cabível (TAVORA; ALENCAR, p. 1253).

2.7 Conflito Entre As Normas: Artigo 20 Da Lei 11.340/2006 e Artigo 311 Do Código De Processo Penal

As medidas protetivas de urgência constituem a principal inovação da Lei Maria da Penha ao lado da criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Além de ampliar o alcance da proteção da mulher, as medidas de proteção

permitiram aumentar o sistema de prevenção e combate à violência, além de dar ao juiz uma margem de discricionariedade para que ele opte por uma medida protetiva ou outra diante das circunstâncias (BIANCHINI, 2014, p. 179).

Aliás, é dado ao magistrado utilizar-se de dispositivos de várias áreas do direito, já que a Lei contempla (na parte que trata das medidas protetivas de urgência) instrumentos de caráter civil, trabalhista, previdenciário, administrativo, penal e processual. É por isso que se diz que a Lei Maria da Penha é heterotópica, ou seja, prevê em seu bojo dispositivos de diversas naturezas jurídicas (BIANCHINI, 2014, p. 179).

A execução da pena, seja ela restritiva de direito ou privativa de liberdade, só deve ser implementada depois do trânsito em julgado. No ordenamento jurídico existem duas formas de prisão: aquela decorrente de sentença penal condenatória transitada em julgado e a prisão processual, que não decorre de condenação, a qual é decretada no curso do processo, antes, portanto, do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. O Supremo Tribunal Federal, seguido dos demais tribunais, já havia fixado a orientação de que ofende o princípio da não-culpabilidade a execução da pena privativa de liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, permitindo-se a prisão cautelar do réu, desde que presentes os requisitos autorizadores da decretação da prisão preventiva, ou seja, a prisão processual deve ser decretada somente em situações em que seja absolutamente necessária, tratando-se de medida de exceção (STF, nº 534).

O artigo 311 do Código de Processo Penal dispõe sobre a prisão preventiva, que, para que seja decretada, faz-se necessário que a confirmação da materialidade e os indícios de autoria. Além da justa causa, indicado pela presença obrigatória desses dois fatores, um fator de risco deve ser apresentado para justificar a eficácia da medida, conforme salientado, a prisão preventiva tem um caráter protetivo, tanto à ordem pública e econômica, quanto à segurança a ser garantida para a vítima e para a sociedade. (TAVÓRA; ALENCAR, 2017, p. 931).

Dentro deste protagonismo, a Lei Maria da Penha concede ao magistrado a possibilidade de decretar, de ofício, a prisão preventiva do agressor mesmo na fase de investigação no art. 20, dispõe que em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de

ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Tal dispositivo é objeto de questionamento por parte da doutrina, em razão de lei posterior ter alterado o dispositivo do CPP que continha a mesma possibilidade (Lei n. 12.403/2011). Discute-se se a reforma do CPP alcançou o dispositivo da Lei Maria da Penha. Por ser ela lei especial, pode tratar do tema de modo diverso. Ademais, com base ao princípio acusatório, a alteração advinda com o pacote anticrime não permite ao juiz decretar a prisão preventiva de ofício em qualquer fase da persecução penal, seja na fase do inquérito policial, seja na fase da ação penal (CAVALCANTE, 2021, p. 116).

Apesar deste aparente conflito de normas entre o CPP e a Lei Maria da Penha, importante é salientar que o direito processual penal pátrio não deixa dúvidas que prevalece (ou pelo menos deveria) o sistema acusatório. Mesmo antes do Pacote Anticrime o aplicador da Lei já deveria observar este importante critério orientador. O juiz não deve atuar pelas partes. Diante do sistema acusatório não é lícito ao juiz, sem ser provocado, determinar uma prisão provisória. Já antes do Pacote Anticrime as determinações da Lei Maria da Penha da “prisão de ofício” já não estavam em acordo com o princípio acusatório. O Pacote Anticrime veio somente a reforçar a adoção legislativa da prevalência do sistema acusatório. Independente dele já não deveria ser mais aceita mais nenhuma prisão cautelar de ofício.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica, com enfoque na condição de gênero, tem uma sistemática para a sociedade e o Estado, razão pela qual foram desenvolvidos mecanismos de proteção às mulheres. Um deles é o instituto da Lei número 11.340/2006, onde o intuito principal é diminuir o índice de violência doméstica contra as mulheres.

A prisão preventiva é uma medida excepcional. A legislação é objetiva em determinar a indispensável fundamentação e motivação de sua decretação, quando houver os indícios necessários que ensejem risco ou existência concreta de novos fatos ou contemporâneos que justifique a aplicação da medida adotada, atendendo aos pressupostos que o Código de Processo Penal dispõe.

É imperioso observar primeiramente que a Lei Maria da Penha visa assegurar às mulheres a igualdade trazida como direito fundamental, previsto na Constituição Federal em seu artigo 5º, para isso foi criada a Lei 11.340/2006, na tentativa de coibir a violência contra a mulher nas relações domésticas, afim de evitar os resquícios de uma sociedade patriarcal.

A Lei Maria da Penha, em seu artigo 20, trata da prisão preventiva do agressor, em qualquer fase do inquérito policial, podendo ser decretada de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial, que é um importante instrumento para proteger a integridade física da vítima, pois sua aplicação tem o intuito de garantir a execução das medidas protetivas impostas, além de evitar que a vítima volte a ser agredida, contudo, a alteração trazida no artigo 311 do Código de Processo Penal, com a entrada em vigor da Lei 13.964 de 2019, popularmente conhecida como “Pacote Anticrime”, proíbe que o Juiz decrete de ofício em qualquer fase da persecução penal a prisão preventiva, limitando assim, a incidência da Lei Maria da Penha, especificamente a incidência da primeira parte do artigo 20, que concede ao juiz a possibilidade de decretação da prisão preventiva de ofício, em qualquer fase da persecução.

O legislador trouxe questões divergentes e controvertidas as medidas cautelares aplicadas em ambas as normas. Apesar do princípio da especialidade, onde a norma mais específica é aplicada em detrimento da norma de caráter geral, pode-se chegar à conclusão que apesar da divergência doutrinária o que deve prevalecer é o princípio acusatório para todo o ordenamento. Não é o Pacote Anticrime que veda a prisão de ofício da Lei Maria da Penha, mas sim o Princípio Acusatório que já deveria ser aplicado amplamente na nossa sistemática processual penal mesmo antes do Pacote Anticrime.

REFERÊNCIAS

BARSTED, Leila Linhares. Lei Maria da Penha: Uma Experiência bem-sucedida de Advocacy Feminista. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. 2011.

BIANCHINI, Alice. Lei Maria da Penha: Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero. 2. Ed. São Paulo: Saraiva. 2014.

BRASIL, Decreto n° 4.377, de 13 de setembro de 2002, promulga a Convenção sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher, de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em 26 de maio de 2022.

_____, Decreto Lei n° 1.973, de 1° de agosto de 1996, promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, 1994. DOU. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em 26 de maio de 2022.

_____, STF – HC 84.078/MG – Rel. Min. Eros Grau – DJ 05/02/2009 – Informativo STF n° 534.

_____, TJDF – Habeas Corpus Criminal 0743192-72.2020.8.07.0000. 1° turma criminal, Ministro Relator Mario Machado. DJ 08 de outubro de 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/1290826%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/1290826%20(1).pdf). Acesso em 15 de jun. de 2022.

_____, STJ - RECURSO EM HABEAS CORPUS N° 129.345. Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202001530246&dt_publicacao=22/09/2020. Acesso em 15 de jun. de 2022.

_____, TJDF, HABEAS CORPUS CRIMINAL 0740048-90.2020.8.07.0000. 2° TURMA CRIMINAL. Des. Relator Silvanio Barbosa dos Santos. DJ. 01 de outubro de 2020. Disponível em: <https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>. Acesso em 15 de jun. de 2022.

BEIRÃO, J. A. F. Remodelando Corpos: As costureiras e suas reminiscências na Florianópolis de 1950. Santa Catarina, Teses UFSC, 2009, disponível em <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/1159>. Acesso em 26 de maio de 2022.

BITENCOURT, C. R. Tratado de Direito Penal. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. I.

BESSA, Romeu. A Lei Maria da Penha e a Prisão Preventiva de Ofício. Jurídico Certo. 2015. Disponível em: <https://juridicocerto.com/p/romeubessa/artigos/a-lei-maria-da-penha-e-a-prisao-preventiva-de-oficio-1032>. Acesso em 21 de jul. de 2022.

CAVALCANTE, Elaine Cristina Monteiro. O pacote anticrime e a Lei Maria da Penha: reflexos das reformas procedimentais e na esfera de liberdade dos envolvidos. Cadernos Jurídicos, São Paulo, ano 22, n° 57, p. 107-120, 2021. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/CadernosJuridicos/cj_n57_05_o%20pacote%20anticrime%20e%20a%20lei%20maria%20da%20penha.pdf?d=637437203657173456. Acesso em 21 de jun. de 2022.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CAMPOS, A. H.; CORREA L. R. Direitos Humanos das Mulheres. Curitiba: Juruá, 2007.

CAMPOS, C. H.; CARVALHO, S.: Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, C. H. (Org.). Lei Maria da Penha

comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011. p. 143-172.

CORDEIRO, Nefi. Direito Penal e Processual Penal contemporâneo / coordenação Eugênio Pacelli, Nefi Cordeiro, Sebastião dos Reis Júnior. São paulo: Atlas, 2019.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Violência doméstica. Lei Maria da Penha, 2007.

_____, Rogério Sanches. Pacote Anticrime – Lei 13.964/2019. Comentários às Alterações no CP, CPP e LEP. Salvador: Editora JusPodivim, 2020.

DIAS, Jorge de Figueiredo. Direito Penal. Parte Geral. Tomo I. Questões 36 Fundamentais. A Doutrina Geral do Crime. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Maria Berenice. A LEI MARIA da PENHA na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/06 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

_____, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 14. Ed. ver. Ampl. E atual. Salvador: Editora JusPodivim, 2021.

DONIZETTI, ELPÍDIO. Curso didático de direito civil. Elpidio Donizetti, Felipe Quintella. – 5. Ed. rev. e atual. – São Paulo. Atlas. 2017.

_____, ELPÍDIO. Curso didático de direito civil. Elpidio Donizetti, Felipe Quintella. – 5. Ed. rev. e atual. – São Paulo. Atlas. 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito de família. Volume 6. 19 ed. Saraiva Jus. 2022.

LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 18. Ed. São paulo: Saraiva Educação, 2021.

MACHADO, Mario. Processo 07431927220208070000. 1º turma criminal. Disponível em: https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&controladorId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.ControladorBuscaAcordao&visaoAnterior=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=resultado&comando=abrirDadosDoAcordao&enderecoDoServlet=sistj&historicoDePaginas=buscaLivre&quantidadeDeRegistros=20&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&numeroDaUltimaPagina=1&buscaIndexada=1&mostrarPaginaSelecaoTipoResultado=false&totalHits=1&internet=1&numeroDoDocumento=1290826. Acesso em 15 de junho de 2020.

NASCIMENTO, Ana Caroline Sarmiento do. Lei Maria da Penha: A prisão preventiva decretada de ofício pelo juiz na fase do inquérito policial diante do sistema penal acusatório. Universidade Federal de Campina Grande. Sousa. 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 3. Ed., São Paulo: RT, 2006.

PEREIRA, Caio Mário da Silva, Instituições de direito civil – Vol. V / Atual. Tânia da Silva Pereira. – 25. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

SAMARA, E. M. A família brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de direito processual penal. 12. Ed. ver. E atual. Salvador: Ed. JusPodivim. 2017.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: direito de família. 12.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. v. 5.

VIENA, Declaração e programação de ação de Viena. Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. Viena. 1993. Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>.

Acesso em 26 de maio de 2022.

OS IMPACTOS NEGATIVOS DA PANDEMIA DE COVID 19 NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA

Márcio Geraldo Lomas⁹
Maria Izabel Gonçalves Rocha e Silva¹⁰

RESUMO

O presente artigo faz referência aos impactos negativos produzidos pela Pandemia de Coronavírus 19 no processo ensino-aprendizagem dos alunos de situação de vulnerabilidade socioeconômica. Não há ainda uma farta bibliografia acerca da temática abordada, mas pode-se recorrer a importantes veículos, órgãos e entidades ligadas à Educação brasileira, como Todos Pela Educação, Banco Mundial, Ministério da Educação, Secretarias Estaduais de Educação, Censo Escolar e IBGE, além de informações da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), bloco do qual o Brasil não faz parte, entretanto, participa de iniciativas, como o PISA. A metodologia foi descritiva com abordagem qualitativa, aproximando-se da Survey, apesar de os dados coletados não se originarem de questionários objetivos, e sim dos órgãos supracitados. Os dados estatísticos e os relatórios demonstram que, de fato, há um impacto negativo da Pandemia de Covid 19 no processo ensino-aprendizagem brasileiro em geral, dando-se ênfase para os alunos dos estratos sociais mais baixos.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia – impacto - ensino-aprendizagem – alunos – vulnerabilidade socioeconômica

ABSTRACT

This article refers to the negative impacts produced by the Coronavirus 19 Pandemic on the teaching-learning process of students in a situation of socioeconomic vulnerability. There is not yet an extensive bibliography on the topic addressed, but one can resort to important vehicles, bodies and entities linked to Brazilian Education, such as Todos pela Educação, World Bank, Ministry of Education, State Education Secretariats, School Census and IBGE, in addition to information from the OECD (Organization for Economic Cooperation and Development), a bloc of which Brazil is not a member, however, it participates in initiatives such as PISA. The methodology was descriptive with a qualitative approach, approaching the Survey, although the data collected did not originate from objective questionnaires, but from the aforementioned bodies. Statistical data and reports demonstrate that, in fact, there is a

⁹ Graduado e Bacharel em Ciências Sociais e Estudos Sociais, Graduado em Letras, Pós-graduado em Metodologia do Ensino Superior, em Geografia do Brasil, MBA em Gestão das Instituições Educacionais, Ex-diretor e vice-diretor de escola pública e privada; Professor da FANS, de Ensino Médio, cursos Pré-Enem e Pré-Vestibulares e cursos preparatórios para concursos públicos.

¹⁰ Graduada em Pedagogia com habilitação em Supervisão, Gestão, Educação Infantil e Anos Iniciais, Especialista em Neuropsicopedagogia; Mestranda em Ciências da Educação pela EBWU University, Prêmio Special Tribute as melhores práticas selo da União Europeia em 7 países (2017 e 2020) Professora da FANS (Faculdade de Nova Serrana), Mantenedora da Clínica Aprendizagem & Cia Unidade de Nova Serrana.

negative impact of the Covid Pandemic 19 on the Brazilian teaching-learning process in general, with emphasis on students from lower social strata.

Keywords: Pandemic – impact – teaching-learning – students – socioeconomic vulnerability

INTRODUÇÃO

Há um consenso entre educadores, assistentes sociais, burocratas de planejamento estratégico, analistas educacionais, autoridades de forma geral e comunidade escolar de que a Educação Brasileira apresenta um elevado grau de defasagem dentro do binômio ensino-aprendizagem. Pode-se afirmar, sem consulta a compêndios pedagógicos, que as lacunas se constituíram ao longo das últimas duas décadas, ao sabor das variadas ideologias político-partidárias que se instalavam no governo. A ausência de um Plano Nacional, que sistematize de forma eficaz e eficiente o academicismo das escolas, é um fator pujante no desmonte do ensino público.

Segundo dados do Banco Mundial, dois a cada três alunos brasileiros não aprenderão a ler adequadamente um texto simples aos 10 anos. Essa informação é do Banco Mundial, o qual analisou o impacto do Covid-19 na Educação dos países da América Latina e Caribe. É crível que 70% das crianças brasileiras podem não aprender a ler com proficiência. Com a inauguração do ensino remoto e, posteriormente, o sistema híbrido, a situação se agravou. A Educação é a construção de conhecimento coletivo, partilha de saberes e acúmulo de habilidades para construção de um bem comum. Dessa forma, as habilidades emocionais, socioemocionais e as intelectuais, capazes de transformar ou fortalecer o “eu” da criança e do jovem ficaram amplamente prejudicadas. Esse transtorno não se restringe ao aluno, mas incide de forma perene e contundente na sociedade ou na comunidade à qual pertencemos.

Este artigo visa, em última análise, enunciar as causas que fortalecem as defasagens já previstas há décadas na Educação. Ele objetiva, não obstante, fornecer insumos necessários para a superação, pelo menos parcial, das mazelas da pandemia na Educação Brasileira. São perdas irreparáveis, que exigirão altos investimentos, capacitação dos docentes, dentre outras iniciativas, para elucidar a problemática que se instalou no processo educativo.

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA PELO VIÉS DA EDUCAÇÃO

Segundo o relatório do Banco Mundial 2020:

A Pandemia pode fazer com que os sistemas educacionais da América Latina regridam e voltem ao que eram nos anos 1960, com consequências duradouras para toda uma geração. A América Latina e o Caribe têm hoje 170 milhões de estudantes e já vivem a chamada “crise de aprendizagem”, com sérios problemas na qualidade e equidade da educação.

Há décadas existem muitos desafios na Educação brasileira, notadamente no que diz respeito à coordenação e à pactuação das políticas públicas na Educação brasileira. As dificuldades oriundas dessa desarticulação revelaram-se mais fortes, resistentes e impactantes na sociedade atual. Existe em tramitação no Congresso Nacional um projeto de lei complementar visando à implementação do SNE, Sistema Nacional de Educação. Ele já é previsto na Constituição Federal.

O SNE deverá institucionalizar um espaço para a colaboração, participação e controle social entre os sistemas de ensino para garantir a todos os brasileiros o direito à Educação – previsto na Magna Carta – e reduzir as desigualdades educacionais brasileiras. Não se trata de uma utopia, que iria – em tese – resolver as mazelas da Educação. Por outro lado, se não houver iniciativa para diminuir o abismo entre ricos e pobres, no que tange ao objeto de estudo deste artigo – a Educação – nada se concretizará. Pelo contrário, o fosso se tornará mais profundo.

Hoje, no Brasil, ao contrário de países desenvolvidos e civilizados, existe um marco regulatório que define a cooperação federativa, ou seja, o diálogo, as diretrizes, a pactuação, enfim, entre os entes federativos. Espera-se que os projetos de lei complementar PLP 25/2019 E PLP 235/2019 (Câmara e Senado) possam avançar.

Pois bem, a ausência dessa ligação, coordenação e centralização das decisões educacionais pode agravar o quadro de formação de professores, racionalização e aplicação de gastos, etc. Por isso, urge reorganizar o sistema de ensino, principalmente neste momento de perda (aparentemente irreversível) do capital educacional.

Segundo Freire:

Reorganizar a sociedade velha, transformá-la em nova para criar a nova sociedade não é tão fácil assim. Por isso, não se cria a sociedade nova da noite para o dia, nem a sociedade nova aparece por acaso. A nova sociedade vai surgindo com as transformações profundas que a velha sociedade vai sofrendo. (FREIRE 1982:83)

Pode-se depreender que cerca de 99,3% das escolas brasileiras suspenderam as atividades presenciais, ajustando a data do término do ano letivo de 2020, procurando-se equalizar as questões pedagógicas decorrentes dessa suspensão. A disfunção entre escola pública e privada pode ser verificada nos dados do Banco Mundial e IBGE: Pouco mais de 53% das escolas públicas mantiveram o calendário escolar, enquanto no que tange às particulares foi de 70%.

Dados fornecidos pelo INEP (MEC) apontam que o percentual de escolas brasileiras que retornaram às atividades presenciais no ano letivo de 2020 foi de 90,1%, sendo que, na rede federal, esse percentual foi de 98,4%, seguido pelas escolas municipais (97,5%), estaduais (85,95%) e privadas (70,9%). Diante desse contexto, mais de 98% das escolas do país adotaram estratégias não presenciais de ensino. A média de suspensão das atividades presenciais durante o ano letivo de 2020, no Brasil, foi de 279 dias. Segundo a UNESCO (ONU), o Chile e a Argentina registraram 199 dias sem atividades presenciais; México, 180 dias de paralisação; Canadá, 163 dias de aulas suspensas; França e Portugal contabilizaram menos de um trimestre sem aulas presenciais, suspendendo-as por apenas 43 e 67 dias, respectivamente.

Durante a Pandemia, a comunicação entre professores e alunos deu-se via e-mail, telefone, redes sociais, aplicativos de mensagens, visando a oferecer apoio tecnológico e pedagógico aos alunos. Contudo, sabe-se que o Brasil não cobre de forma satisfatória a comunidade escolar com Internet. A maioria dos alunos realizou – ou não realizou – as atividades propostas de forma eficaz. Não houve um plano nacional, coordenado pelo Ministério da Educação, articulado com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, para fomentar a política educacional remota. Se havia um fosso na aprendizagem dos alunos em situação de vulnerabilidade social, o quadro se agravou sobremaneira.

Para dar continuidade aos trabalhos, os professores e equipe pedagógica das escolas reuniam-se virtualmente, via Google Meet ou Zoom, mas não houve, concomitantemente, projetos de alfabetização tecnológica, insumos para os docentes e acompanhamento sistemático do seu trabalho e os resultados advindos. Com uma formação de qualidade duvidosa, os professores encontravam dificuldades em implantar os projetos pedagógicos relevantes durante o ensino presencial, não alcançando resultados palpáveis de aprendizagem dos alunos. Com a Pandemia, a situação agravou-se. Não conseguiram sequer aferir resultados, por não ter como fazê-lo ou por desconhecimento.

Em relação aos estudantes em si, verifica-se o contrassenso. Há aqueles que optaram por continuar com o ensino remoto em detrimento das aulas presenciais, as quais já estão em curso em praticamente no país inteiro. Por outro lado, existem os alunos que retornaram, mas não veem as defasagens sendo identificadas, catalogadas, categorizadas e atacadas. Não há projetos, propostas de intervenção em curso, pois não sabem por onde e nem como começar a fazê-lo. Os alunos que decidiram ficar sob a modalidade remota de ensino não o fizeram simplesmente porque o desejam. Haja vista ao fato de muitos deles terem ingressado no mercado de trabalho (majoritariamente, informal) para auxiliar na renda familiar.

Segundo Vygotsky (1920):

O desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio da interação social, ou seja, de sua interação com outros indivíduos e com o meio. ... Para substancialidade, no mínimo duas pessoas devem estar envolvidas ativamente trocando experiência e ideias.

Os pais ficaram desempregados e subempregados, com uma queda brusca do orçamento, subsidiado por programas de auxílio de renda promovidos pelo governo federal. Agora, não veem no retorno uma opção viável. Continuam precisando dos recursos financeiros adicionais. Isso ocorre principalmente com os alunos do 9º ano em diante. Vão desde tarefas pouco remuneradas até a outras de carteira assinada, como ocorre nos anos finais do Ensino Médio.

Em suma, o que se percebe é que há uma ampliação e amplificação da já existente enorme desigualdade educacional por todo o país.

Como já afirmava o maior idealizador da escola pública de qualidade, Anísio Teixeira (1970):

Para o pragmatismo, o mundo em transformação requer um novo tipo de homem consciente e bem preparado para resolver seus próprios problemas acompanhando a tríplice revolução da vida atual: intelectual, pelo incremento das ciências; industrial, pela tecnologia; e social, pela democracia. Essa concepção exige uma educação em mudança permanente, em permanente reconstrução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que a Pandemia pelo novo coronavírus promoveu um cenário de isolamento social, conduzindo toda a comunidade escolar para o ensino remoto, causando um impacto no aspecto emocional de milhões de alunos, educadores e famílias. Isso ressaltou todas as defasagens e fragilidades históricas do sistema educacional brasileiro. O atraso, até agora irreversível, pode comprometer de forma sistêmica o capital educacional e futuro capital produtivo do país.

Há que se pensar o desenvolvimento de cada aluno como um processo contínuo, não fragmentado, portanto, em cada etapa escolar. O calendário reduzido, a falta de investimentos em tecnologia e aperfeiçoamento, treinamento do corpo docente, dentre outras variáveis, enfraquece o progresso educativo dos alunos.

As soluções, a curto prazo, passam por investimentos maciços em capacitação, em insumos pedagógicos, extensão da carga horária e incentivo ao caráter presencial. Evidentemente, há outros importantes para o cenário pedagógico, mas é preciso dar um passo de cada vez. Sabemos que o ensino remoto, mesmo nos lugares em foi bem planejado e executado, teve pouca chance de promover a socialização e envolvimento dos educandos, principalmente em famílias com condições reduzidas de acesso à infraestrutura necessária para isso, ou mesmo a um contexto domiciliar e comunitário que não favorecesse sobremaneira a aprendizagem.

Em suma, o principal desafio que se apresenta aos sistemas de ensino é reunir, agrupar, agregar e articular tempo e qualidade para a nova educação que se forma. Isso só vai ocorrer se houver políticas públicas que:

- realizem um diagnóstico das reais dificuldades dos alunos, com números robustos;
- promovam planejamentos objetivos para desenvolver ações específicas;
- monitorem indicadores e metas, avaliações e resultados esperados.

REFERÊNCIAS

<https://institutoayrtonsenna.org.br> – Instituto Ayrton Senna

CARVALHO, M.R.V.(2018). Perfil do Professor da Educação Básica. Relatos de Pesquisa (41), 68

FINEDUCA (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação). 2020.

AFONSO, J.R.; CASTRO, K.P. (2019). Carga Horária brasileira em perspectiva histórica. Estatísticas revisadas. CIAT, 45.

BRASIL. Ministério da Educação. Medida Provisória 934, abril de 2020.

CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida. Psicologia do Desenvolvimento. São Paulo: Ática, 1998.

FARMA, Ana Maria Carrillo. Pandemias do passado, velhas quarentenas e novos ensinamentos. 2020.

COSTA, Renata. Educação remota emergencial X EaD: Desafios e Oportunidades. 2020.

VYGOTSKI, L. S. A formação Social da Mente. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo – SP: 1991

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/paulo-freire.htm>

O GÊNERO TEXTUAL PROPAGANDA PUBLICITÁRIA: UM OLHAR PELA TEORIA DA ESTRUTURA RETÓRICA (RST)

Cristina Mara França Pinto Fonseca¹¹
Silvana Aparecida Batista e Almeida¹²

RESUMO

Este artigo traz uma análise do gênero textual propaganda publicitária permeado pela intertextualidade com o gênero provérbio. O trabalho justifica-se pela necessidade de realização de estudos que analisem as relações explícitas e implícitas que emergem da articulação das orações no discurso. O objetivo é perscrutar a combinação dessas relações no gênero publicitário constituído de provérbio. A análise qualitativo–interpretativa se ancora na Teoria da Estrutura Retórica – Rethorical Structure Theory (RST), de MANN & THOMPSON (1983, 1985) e na Linguística Textual. A RST é uma teoria que visa estudar a organização dos textos e o estabelecimento das relações entre as porções (SPAN) do texto. Como metodologia, selecionamos três propagandas publicitárias na *web*. Em seguida, realizamos uma análise da estrutura retórica das propagandas publicitárias, segmentando-as em unidade de informação, conforme Chafe (1980). Na análise, predominaram as relações NÚCLEO, de SOLUÇÃO, CIRCUNSTÂNCIA, PREPARAÇÃO, BACKGROUND e MULTINUCLEARES como CONTRASTE, REFORMULAÇÃO MULTINUCLEAR.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero mídia publicitária; Gêneros textuais; Linguística textual; Teoria da Estrutura Retórica.

ABSTRACT

This article presents an analysis of the advertising propaganda textual genre permeated by intertextuality with the proverb genre. The work is justified by the need to carry out studies that analyze the explicit and implicit relationships that emerge from the articulation of prayers in the discourse. The objective is to scrutinize the combination of these relationships in the advertising genre made up of proverbs. The qualitative-interpretative analysis is based on the Rhetorical Structure Theory – Rethorical Structure Theory (RST), by MANN & THOMPSON (1983, 1985) and on Textual Linguistics. The RST is a theory that aims to study the organization of texts and the establishment of relationships between portions (SPAN) of the text. As a methodology, we selected three advertisements on the web. Then, we carried out an analysis of the rhetorical structure of advertising advertisements, segmenting them into information units, according to Chafe (1980). In the analysis, the NUCLEUS, SOLUTION, CIRCUMSTANCE, PREPARATION, BACKGROUND and MULTINUCLEAR relationships predominated as CONTRAST, MULTINUCLEAR REFORMULATION.

¹¹ Faculdade de Nova Serrana – FANS crismarafranca@gmail.com , Nova Serrana – Brasil, Doutora em Linguística do texto e do discurso –UFMG.

¹² Faculdade de Pará de Minas – FAPAM silvanabatistaalmeida@yahoo.com.br, Pará de Minas- Brasil, Mestre do Programa Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) –UFMG.

Keywords: Advertising media genre; Textual genres; Textual Linguistics; Rhetorical Structure Theory.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa o gênero propaganda publicitária no qual há a presença do diálogo intertextual com o gênero provérbio. O gênero propaganda publicitária é uma estrutura composicional que tem, na argumentação, a persuasão como característica marcante, uma estratégia criativa muito utilizada pelo produtor na organização de seu discurso, já o gênero provérbio é uma estrutura composicional que transmite conhecimentos comuns sobre a vida. O objetivo é reconhecer as relações retóricas explícitas e implícitas que emergem da articulação das orações, observando essas combinações no discurso publicitário.

Almejando esse intento, buscamos realizar um trabalho sistemático com o gênero tomado como objeto de estudo. Referimo-nos, aqui, às orientações de uma abordagem funcionalista em que o uso da língua é algo vivo, serve de interação entre os indivíduos. Conforme Decat (2012), uma análise funcional-discursiva da língua, deve se valer das teorias funcionalistas para a caracterização dos gêneros:

“tal abordagem teórica permitirá detectar que as formas recorrentes num determinado gênero, ou em um grupo de gêneros, servem à caracterização do gênero, na medida em que elas são uma decorrência dos objetivos sociocomunicativos do próprio gênero.” (DECAT, 2012, p.151)

Para alcançar os nossos propósitos e respaldar a importância de estudos que analisem as relações explícitas e implícitas que emergem da articulação das orações, reportamo-nos nos constructos funcionalistas, na Teoria da Estrutura Retórica – Rethorical Structure Theory (RST), de MANN & THOMPSON (1983, 1985); além de estudos de Chafe (1980); Decat (2012) no que concerne à discussão sobre gênero textual desenvolvida neste trabalho, ancoramo-nos nas teorias defendidas por Bakhtin (1997), Marcuschi (2007).

2 LINGUÍSTICA TEXTUAL E VISÃO FUNCIONALISTA

Em consonância com Bentes (2001), tomar o texto como objeto de estudo, nas mais diversas áreas do conhecimento, faz-se hoje necessário, apesar de nem sempre essa ideia ter tido esse alcance. Assim, de acordo com Bakhtin (1997), os gêneros textuais organizam nossa fala e escrita da mesma forma que a gramática organiza as formas linguísticas. Segundo Marcuschi (2007, p.19), os gêneros textuais “não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa e se caracterizam como eventos maleáveis, dinâmicos e plásticos, se renovam a cada dia”.

De acordo ainda com Bakhtin, os gêneros do discurso têm uma variedade infinita de possibilidades, pois cada esfera da atividade humana “comporta um repertório de gêneros que vai se diferenciando e ampliando à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa” (BAKHTIN, 1997, p. 279). Corroborando a teoria de Bakhtin (1997), Marcuschi (2007) pontua ser impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero e da mesma maneira também é impossível não se comunicar por algum texto. Segundo o linguista, gênero textual ou gênero do discurso é o texto materializado no dia a dia, pois “todas as nossas manifestações verbais mediante a língua se dão como textos e não como elementos linguísticos isolados” (MARCUSCHI, 2005, p. 20 grifo do autor). De modo geral, os gêneros são entidades dinâmicas e maleáveis que dão origem a novos gêneros de acordo com as necessidades ou com as novas tecnologias, por isso devem ser estudados no seu uso real, é estudo da língua em interação.

Como diz o velho ditado, a propaganda é a alma do negócio. Assim, quem deseja vender precisa pensar em uma forma de convencer o seu público-alvo, isto é, o seu interlocutor. Para que isso aconteça, o produtor da propaganda lança mão de estratégias de venda e de como dizer os benefícios do produto a ser anunciado por meio da mensagem a ser veiculada. Sendo assim, a linguagem deve ser clara, direta e mais próxima do interlocutor. Visa-se à interação entre vendedor, produto e comprador. Dessa forma, privilegia-se a língua no seu funcionalismo, ou seja, o uso real da língua, levando em conta o contexto social e pragmático.

Mas o que é funcionalismo? Segundo Marcuschi (2008, p.32), o funcionalismo teve sua origem com a Escola de Praga. Seus linguistas enfocaram o uso real da

língua, ou seja, “a grande atenção para os aspectos funcionais, situacionais e contextuais ou comunicacionais no uso da língua, não se centrando apenas no sistema”. Esses estudos possibilitaram outras áreas da linguística como, por exemplo, a textual. Avançando para o final do século XX, a tecnologia passou a ser um campo também de estudos linguísticos, proporcionando-nos novas formas de interação, trazendo-nos novos desafios no uso da língua. Dessa forma, o gênero propaganda publicitária torna-se também objeto de estudos na perspectiva funcionalista.

A visão linguística funcional se traduz no dizer de Marcuschi (2008, p.44), como a observação “dos aspectos que conduzem de maneira mais adequada os processos comunicativos nas relações entre os interlocutores ou nos contextos comunicativos.” Para Cunha (2008, p.157), a base funcionalista se atém ao trabalho com a estrutura gramatical da língua com atenção às variadas situações das práticas discursivas. Portanto, o funcionalismo propõe que a língua não se molda de um conhecimento autônomo, busca explicar o que é regular de forma observável no evento de interação linguística, com análise das práticas discursivas em que essa linguagem se manifesta. Por conseguinte, o funcionalismo privilegia os aspectos sintático-semântico-pragmáticos os quais se integram para atividade linguística. Ainda segundo Cunha (2008), o funcionalismo é um modelo linguístico que tem diferenças em relação às visões estruturalista e gerativista, pois ele se propõe a analisar e estudar a relação entre os fenômenos gramaticais das línguas e os diferentes contextos discursivos em que eles ocorrem.

Portanto para a análise, foi feita uma abordagem funcionalista para o estudo do gênero propaganda publicitária.

2.1 Mas o que é mesmo propaganda?

De acordo com Vestergaard e Schoder (2004, p. 01), “a propaganda comercial abrange, em primeiro lugar, a chamada publicidade de prestígio ou institucional, em que as empresas não anunciam mercadorias ou serviços, mas antes ou nome ou imagem”. Assim, a propaganda é responsável pela imagem de uma empresa, pode-se dizer ainda que seja uma mensagem publicitária que se propõe a divulgar um produto, uma ideia ou até mesmo um serviço. As propagandas publicitárias podem ser veiculadas nos mais diversos suportes textuais como faixas, outdoors, *cartazes*,

panfletos, áudio, mídia televisiva; *banners*, etiquetas, *web*; tudo com um único objetivo: atrair a atenção de um provável 'consumidor', do leitor.

A propaganda publicitária é vista como uma das mais eficientes formas de comunicação de massa. Quando bem elaborada, atua sobre o homem, despertando nele o mais recôndito desejo de possuir mais e mais bens e conforto material, tem ainda o papel de ativar a economia por meio do aumento do consumo. Como o objetivo maior da propaganda publicitária é inculcar no leitor o desejo, a necessidade de algo; a linguagem empregada, necessariamente, deve ser clara, objetiva e enxuta, mas também suficientemente atrativa de modo a lograr êxito em sua demanda. Por conseguinte, é indispensável um enlace entre linguagem verbal e não verbal, de modo a causar um impacto maior no provável consumidor, pois as imagens tendem a ser bem chamativas e muito contribuem para a concretização do objetivo traçado pelo emissor/produtor: convencer o leitor a consumir.

Quanto à linguagem verbal é importante frisar que ela é bastante peculiar, marcada pelo uso da função apelativa. É imprescindível em uma propaganda publicitária o uso de certos recursos estilísticos passíveis de múltiplas interpretações como as metáforas, comparações, hipérboles, a ambiguidade, os trocadilhos, os jogos de palavras, a intertextualidade.

2.2 Intertextualidade, recurso imprescindível

Um dos recursos muito utilizados nos textos publicitários é a intertextualidade, o dialogismo de Bakhtin — processo no qual um texto revela a presença de outros textos em seu interior, ou seja, a propaganda publicitária muitas vezes, por meio da intertextualidade, dialoga com outros textos. A intertextualidade é um fenômeno que emerge de forma proposital ou não em um texto. Pode-se compreender a intertextualidade como a produção de um discurso baseado em outro texto previamente estruturado, ou ainda, um fenômeno construído de maneira implícita ou explícita. A intertextualidade implícita não apresenta citação expressa, exige mais atenção e análise por parte do leitor. Já na intertextualidade explícita, as fontes, em que o texto se baseou, ficam claras; assim a intertextualidade acontece intencionalmente, é localizada na superfície do texto.

Na elaboração de uma propaganda publicitária, o produtor responsável utiliza os mais variados materiais, constituintes das diversas esferas culturais, o que consolida a prática da intertextualidade na produção da publicidade. Dessa forma, é muito comum percebermos em uma propaganda a incorporação de outros textos, levando o leitor/ interlocutor a assimilar a relação de intertextualidade por meio de inferências. A retomada de texto(s) em outro(s) texto(s) propicia a construção de novos sentidos, uma vez que são inseridos em uma outra situação de comunicação, com outras configurações e objetivos” (KOCH; ELIAS, 2011, p. 86). Desse modo, a intertextualidade busca criar uma compreensão compartilhada entre o que foi dito antes com o que se afirma na situação atual. Os diversos recursos empregados nas propagandas publicitárias têm o poder de influenciar e de orientar as percepções e os pensamentos, conciliando o princípio do prazer e da realidade, apontando o que deve ser comprado e usado.

Neste estudo, a propaganda publicitária mantém relações intertextuais com o gênero provérbio ou ditos populares, que se caracterizam por se tratarem de textos de curta extensão, formados basicamente de um período apenas; é uma estrutura composicional que transmite conhecimentos comuns sobre a vida.

3 A TEORIA DA ESTRUTURA RETÓRICA COMO APORTE PARA O ESTUDO DAS PROPAGANDAS

A Teoria da Estrutura Retórica é uma teoria descritiva de cunho funcionalista que se originou de um estudo sobre a geração automática de textos na Universidade do Sul da Califórnia na Costa Oeste dos Estados Unidos. Uma corrente dessa teoria constituída dos linguistas como Mann e Thompson (1988), Matthiessen, Mann e Thompson (1992) passou a se preocupar com a hierarquia de formação de textos com enfoque para a gramática e para o discurso. Busca-se descrever, com essa teoria, as relações que se estabelecem entre as unidades informacionais que compõem o texto, visando, assim, à coerência.

As unidades informacionais, doravante UIs, são identificadas pelo fio temático, às vezes pelos elementos de conexão entre elas que nem sempre estão presentes. Segundo Chafe (1982), as UIs são jatos de linguagem ou blocos de informação que,

em geral, têm equivalência a uma oração ou qualquer porção textual que se caracterize um bloco informativo.

Em Chafe (1985), as UIs também se constituem na modalidade escrita e propiciam o reconhecimento da micro e da macroestrutura do texto sob a perspectiva funcionalista.

Por conseguinte, os parâmetros de análise do gênero propaganda foram as UIs, em que verificamos os tipos de relações retóricas que emergem entre as macroestruturas e microestruturas que constituem as UIs. As relações retóricas são conhecidas na linguística como relações de coerência e podem ser compreendidas em dois grandes conjuntos: as que se referem à apresentação da relação, com a intenção de aumentar a inclinação do interlocutor a agir, concordar, acreditar ou aceitar o conteúdo do núcleo; e as que se referem ao conteúdo, que têm a função de levar o interlocutor ao reconhecimento da relação em tela.

As relações de apresentação indicam motivação, antítese, *background*, evidência, justificativa, concessão, preparação, elaboração, reformulação, resumo. E as de conteúdo constituem-se de: alternativa, circunstância, elaboração, interpretação, avaliação, resumo, causa involuntária, causa voluntária, condição, condição inversa, elaboração, método, propósito, resultado involuntário, resultado voluntário, solução. Já as relações multinucleares são do tipo: conjunção, contraste, disjunção, lista, reformulação multinuclear e sequência.

De acordo com Mann e Thompson (1988), a análise é compreendida por meio de diagramas, que representam os esquemas das porções textuais (SPAN). Esses esquemas são descritos como padrões pré-definidos com o objetivo de especificar como as porções do texto (SPAN) se relacionam, a fim de formar porções maiores ou todo o texto:

- a) Relações multinucleares: uma porção de texto não é ancilar a outra; nesse tipo de relação, cada porção de texto representa um núcleo distinto;
- b) Relações núcleo-satélite: Uma porção do texto (satélite) é ancilar à outra (núcleo). Essa relação demonstra que uma porção serve de subsídio para a porção que tem a função de núcleo. O satélite pode aparecer antes ou depois do núcleo.

Ao serem aplicados em um texto, os esquemas não seguem, obrigatoriamente, os padrões preestabelecidos, podendo haver variações, como se observa nas convenções abaixo:

- i) a ordem em que aparece o núcleo e o satélite não é fixa;
- ii) uma relação que faz parte de um esquema pode ser aplicada quantas vezes forem necessárias;
- iii) em esquemas multinucleares, as relações individuais são opcionais, porém, pelo menos uma das relações deve ser estabelecida.

A seguir focalizaremos os princípios norteadores da Teoria da Estrutura Retórica, conforme Mann e Thompson (1989, pp. 6-7):

*Organização: Os textos se organizam de modo que suas partes sejam funcionalmente significativas;

*Unidade e coerência: O texto se constitui como uma unidade de sentido;

*Unidade e coerência surgem da função estabelecida: A percepção de um texto como uma unidade coerente se dá pelo fato de suas partes contribuírem para que o efeito pretendido pelo escritor seja estabelecido;

*Hierarquia: O texto se organiza de modo que partes elementares componham porções maiores que, juntas, constituem outras ainda maiores até formarem o texto completo;

*Homogeneidade da hierarquia: Na estrutura relacional, a RST evidencia homogeneidade: em cada nível, há um conjunto de modelos estruturais disponíveis para organizar o texto;

*Composição relacional: O modelo estrutural dominante é o relacional,

*Assimetria das relações: O tipo de relação mais comum é o núcleo-satélite, que se caracteriza por ser uma relação assimétrica. Essa assimetria ocorre porque um membro da porção textual é mais central (o núcleo) e o outro mais periférico (o satélite).

*Natureza das relações: As relações estabelecidas no texto são funcionais;

*Número de relações: As relações não são fixas ou não constituem um inventário fechado; por isso, novas relações podem ser definidas. (MANN; THOMPSON, 1989, p. 6-7).

4 METODOLOGIA

Para análise da organização retórica das propagandas publicitárias, consideramos a intertextualidade veiculada pelos provérbios. Sendo que estes traduzem um interdiscurso a serviço do produtor visando despertar no interlocutor a satisfação de seus desejos apontando o que deve ser comprado e usado. Os provérbios aqui mencionados são fontes constitutivas das unidades de informação nas quais emergem as relações retóricas explícitas e não explícitas.

O critério para análise da estrutura retórica utilizado foi o de unidade de informação(UI) proposta por Chafe(1980, p.14), segundo esse autor, as unidades são consideradas como “jatos de linguagem” ou “blocos de informação”. Nesse critério, a pausa é um recurso proeminente, importante para indicá-las. Porém esse não é um único recurso. Nos dizeres de Decat (2010, p. 233) “as unidades de informação equivalem a uma oração, mas não necessariamente, podendo ser qualquer porção que constitua uma unidade de informação”. Os passos foram assim executados:

- a) Segmentação das unidades de informação constituídas nos anúncios;
- b) Análise das proposições relacionais, considerando as unidade informacionais (UIs) no diagrama, ferramenta RSTToo (programa RSTTool, versão 3.45, de Mick O'Donnel, disponível para download no site www.wagsoft.com);
- c) Análise dos resultados considerando os objetivos propostos.

5 ANÁLISE DE TRÊS ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS CONSTITUÍDOS DE PROVÉRBIOS.

As propagandas publicitárias 1, 2 e 3, ora analisadas, veicularam em blogs, um deles é o da disciplina de Redação Publicitária, do Curso de Comunicação Social: Publicidade e Propaganda da PUC Goiás, as propagandas as foram produzidas nessa disciplina para a prática educacional, mas os produtos veiculados de fato existem, outro blog é o do Renato Montilla, e foram acessados em março de 2017.

A representação da estrutura retórica das propagandas exhibe as proposições relacionais entre as UIs, para isso utilizamos a ferramenta RSTTool, entretanto essa ferramenta não faz a análise, uma vez que esta é feita pelo analista que a utiliza para formatar os diagramas. Ressaltamos que o critério para a análise é o da plausibilidade, ou seja, pode haver mais de uma interpretação de acordo com o analista, e, dependendo da análise, pode ocorrer sobreposição de relação, isto é, emergem mais de uma relação para a mesma unidade de informação.

5.1 Propaganda 01



Figura 01: Disponível em <http://renatomontilla.blogspot.com.br/2011/09/publicidade-com-ditos-populares.html>

a) **Segmentação:** Na propaganda 01, apresentam-se as seguintes Uls:

1. Quem tem pressa come cru...
2. ...mas come muito bem!
3. Maki, temakeria

b) **Análise das proposições relacionais na ferramenta RSTTool**

Diagrama nº 01: Propaganda Publicitária 01



Elaborado pelas autoras

c) **Análise interpretativa**

Descrevemos a macroestrutura com as unidades (1 e 2) como **Núcleos**. Nessa **relação N-N**, emerge a **relação de contraste**, definida no quadro abaixo

Quadro 01: Relação Retórica: Contraste

Nome da relação	Condições em cada par de N	Intenção de A
Contraste	Nunca mais de dois núcleos; as situações nestes dois núcleos são (a) compreendidas como sendo as mesmas em vários aspectos (b) compreendidas como sendo diferentes em alguns aspectos, e (c) comparadas em termos de uma ou mais destas diferenças	L reconhece a possibilidade de comparação e a(s) diferença(s) suscitadas pela comparação realizada

FONTE: ANTONIO, J.D. (2004)

Elaborado pelas autoras

Na propaganda (1), a UI (1) traz a passagem em que se estabelece a intertextualidade com o provérbio “Quem tem pressa come cru”, o qual é utilizado como estratégia persuasiva pelo produtor a fim de chamar a atenção para as pessoas que têm pouco tempo para se alimentar, ou talvez gostem de comida japonesa.

Na análise, as UIs (1) [Quem tem pressa come cru] e (2) [Mas come muito bem!] apresentam **a relação multinuclear**. Segundo Mann e Thompson (1988), as situações nos núcleos podem ser percebidas como semelhantes em alguns aspectos (come cru, come bem) e, ao mesmo tempo, podem ser compreendidas como se diferindo em alguns pontos (não comer bem e comer bem). Entre as unidades (1) e (2) emerge a **relação de contraste**, pois reconhecemos a possibilidade de estabelecer a comparação bem como presumir as diferenças surgidas pela comparação realizada, isto é, o cliente pode até comer cru, contudo, no Maki, temakeria, um restaurante japonês, ele será bem servido, satisfazendo seus desejos e necessidades.

Há ainda entre as UIs (2) e (3) a relação **Núcleo-Satélite: N-S**, sendo que a unidade informacional (2) é o **Núcleo** e a (3) é o **satélite**, fornecendo ao leitor o local onde ele irá satisfazer seus anseios, ou seja, trata-se de uma solução para o problema. A UI (3) não é constituída de uma oração, mas é um dado muito importante pois traz para o leitor o local onde ele pode encontrar os produtos ofertados, ocasionando a possibilidade de satisfação, a solução para o seu problema. Entre

essas UIs, emana uma sobreposição de relações a **relação de circunstância e a relação de solução**, as quais se encontram descritas no quadro abaixo:

Quadro 02 : Relações Retóricas: Circunstância; Solução.

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenções do autor
Circunstância	em S : S não se encontra não realizado	S define um contexto no assunto, no âmbito do qual se pressupõe que L interprete N	L reconhece que S fornece o contexto para interpretar N
Solução	em S : S apresenta uma solução	S constitui uma solução para o problema apresentado em N	L reconhece S como uma solução para o problema apresentado em N

FONTE: ANTONIO, J.D. (2004)

Elaborado pelas autoras

5.2 Propaganda 02



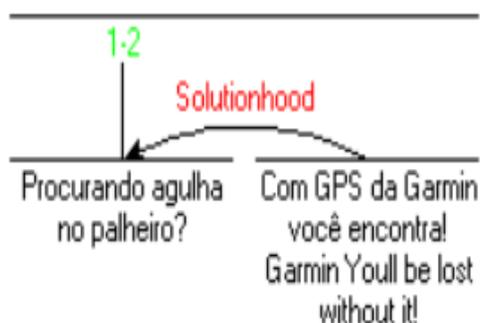
Figura 02 Disponível em <http://renatomontilla.blogspot.com.br/2011/09/publicidade-com-ditos-populares.html>

a) Segmentação: Na propaganda 02, temos as seguintes unidades informacionais

1. Procurando agulha no palheiro?
2. Com GPS da *Garmin* você encontra! *Garmin You'll be lost without it!*
- livre tradução: Sem ele você se perde!

b) Análise das proposições relacionais na ferramenta *RSTTool*

Diagrama 02: Propaganda 02



Elaborado pelas autoras

c) Análise interpretativa

Na propaganda 02, expusemos a macroestrutura tendo a unidade (1) como **Núcleo** e a unidade (2) como **Satélite**. Na relação **N-S** temos a **relação de solução** explicada no quadro abaixo:

Quadro 03: Relação Retórica: Solução

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenções de A
Solução	em S : S apresenta uma solução	S constitui uma solução para o problema apresentado em N	L reconhece S como uma solução para o problema apresentado em N

FONTE: ANTONIO, J.D. (2004) Elaborado pelas autoras

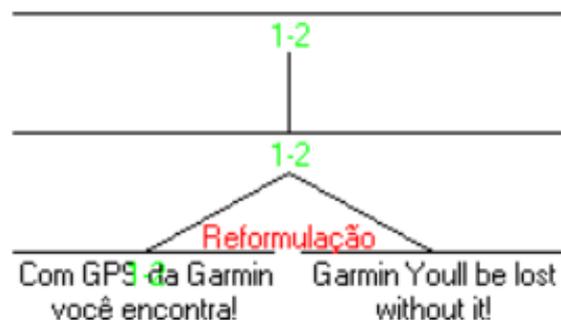
A propaganda inicia-se por uma pergunta, constituída pelo provérbio “procurando agulha no palheiro?”, que por si só já traz a ideia de um problema difícil de ser solucionado. Dessa forma, fica evidente a relação de **solução**, em **N-S**. A intertextualidade de forma explícita traduz para o leitor o contexto da dificuldade, mas

logo em seguida tem-se uma possibilidade para elucidar o problema. O leitor identifica na UI (1) [Procurando agulha no palheiro?] um problema, todavia reconhece na UI (2) [Com GPS da *Garmin* você encontra! *Garmin You'll be lost without it!*] o poder de o produto *Garmin* solucionar o problema de se estar perdido como uma agulha no palheiro. No **Satélite** ou UI (2), evidencia-se então para o leitor uma **solução** para a dificuldade expressa no **Núcleo** ou UI (1). A **solução** que emana em UI (2) é a força persuasiva da propaganda, o leitor “não pode-se perder”, logo ele precisa do GPS, simples assim. O leitor, marcado na propaganda pelo pronome você, é convidado a viver o problema e a encontrar a **solução**.

Ainda na propaganda 02, notamos que emanam algumas relações na microestrutura:

a- Na microestrutura: a UI (1)[Com GPS da *Garmin* você encontra!] constitui o Núcleo; e (2)[[*Garmin*] [*You'll be lost without it!*]] sagram-se como Núcleos.

Diagrama 03: Propaganda 02



Elaborado pelas autoras

b- Na análise, distinguimos entre essas unidades a **relação multinuclear N_N**, na qual emerge a relação **reformulação multinuclear**, veja- se abaixo:

Quadro 04: Relação Retórica: Reformulação Multinuclear

Nome da relação	Condições em cada par de N	Intenções de A
Reformulação multinuclear	Um elemento constitui, em primeiro lugar, a repetição de outro, com o qual se encontra relacionado; os elementos são de importância semelhante aos objetivos de A	L reconhece a repetição através dos elementos relacionados

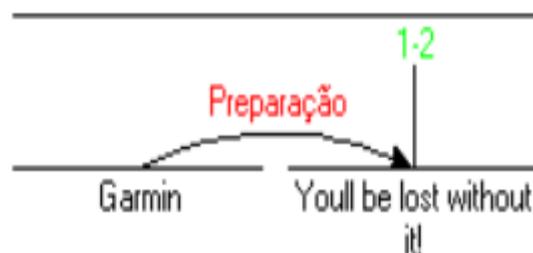
FONTE: ANTONIO, J.D. (2004)

Elaborado pelas autoras

O leitor nota que as unidades (1) e (2) possuem um valor semelhante, apesar da aparente contradição “você encontra” X “você se perde”, característica do produto *Garmin*, pois com ele você encontra, sem ele você se perde. Essa repetição de ideias reforça os objetivos do produtor da propaganda, o de vender o GPS. O leitor percebe então a reformulação, repetição de elementos no **Núcleo** (2) como forma de reiterar o produto, ser mais convincente, porque a negação muitas vezes assusta e leva o interlocutor a tomar uma posição, ou seja, comprar porque não quer se perder.

Para análise da microestrutura, fizemos ainda mais um recorte, para uma melhor visualização das relações, assim encontramos a relação de **Núcleo-Satélite**, entre as UIs (1) e (2) nas quais emerge uma **relação de preparação** em que o **Núcleo** é a UI (2) e o **Satélite** é a UI (1).

Diagrama 04: Propaganda 02



Elaborado pelas autoras

O **Satélite** que é a UI (1) [Garmin] precede o **Núcleo** UI (2)[sem ele você se perde] estabelecendo a **relação de Preparação**, o pronome 'ele' retoma *Garmin*; o leitor já conhece, fazendo com que o interlocutor esteja mais preparado, interessado ou orientado para ler o **Núcleo**, o que reforça a estratégia persuasiva do produtor. Veja o quadro explicativo abaixo:

Quadro 05: Relação Retórica: Preparação

Nome da Relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenções de A
Preparação	Nenhuma	S precede N no texto; S tende a fazer com que L esteja mais preparado, interessado ou orientado para ler N	L está mais preparado, interessado ou orientado para ler N

FONTE: ANTONIO, J.D. (2004)

Elaborado pelas autoras

5.3 Propaganda 03



Figura 03 Disponível em: <http://renatomontilla.blogspot.com.br/2011/09/publicidade-com-ditos-populares.html>

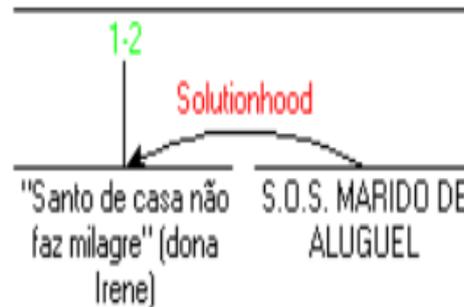
a- **Segmentação:** Na propaganda 03, obtivemos, na macroestrutura, a seguinte segmentação:

(1) “Santo de casa não faz milagre” (dona Irene)

(2) S.O.S. MARIDO DE ALUGUEL

b- Análise das proposições relacionais na ferramenta *RSTTool*

Diagrama 05 : Propaganda 03



Elaborado pelas autoras

c- Análise interpretativa

A UI (1) constitui o **Núcleo** e apresentam um problema. A UI (2) representa o **Satélite** e contém a **solução** para o problema apresentado no Núcleo, pois na nossa interpretação, não existe solução se não houver o problema. Assim, o núcleo é aquele que provoca uma situação. Nessa propaganda, o que provoca o problema foi expresso de forma intertextual com o provérbio “Santo de casa não faz milagre” muito usado no sentido de que muitas vezes o que se faz fora de casa é mais eficiente do que quando se tenta fazer no próprio ambiente familiar, ou ainda, quando uma pessoa está enfrentando um problema quem está de fora consegue enxergar melhor a solução. No anúncio fica bem clara essa ideia, o marido normalmente não resolve os pequenos reparos da casa, então é melhor ter um marido de aluguel para realizar, por exemplo, um rejunte no azulejo. Desse modo, a relação que se instaura entre o N e o S, é a relação de **solução**. Aqui novamente descrita.

Quadro 04

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenções de A
Solução	em S: S apresenta uma solução	S constitui uma solução para o problema apresentado em N	L reconhece S como uma solução para o problema apresentado em N

FONTE: ANTONIO, J.D. (2004)

Elaborado pelas autoras

Para uma melhor visualização das relações na microestrutura, segmentamos as UIs (1) e (2) da macroestrutura em porções menores:

(1) “Santo de casa não faz milagre”

(2) (dona Irene)

Diagrama 06: Propaganda 03



Elaborado pelas autoras

Entre as UIs (1) e (2) emerge na relação de **Núcleo- Satélite** : as relações **de atribuição e parentética**, configurando uma sobreposição de relações de natureza estrutural. A relação da atribuição nos informa quem emitiu a mensagem e a parentética implica uma informação contida entre parênteses, configurando como uma informação *a posteriore*. Na **relação de atribuição**, percebemos que Dona Irene é quem diz o provérbio, como se estivesse refletindo diante de um problema doméstico a falta de alguém para arrumar o defeito, já que o seu marido não faz os reparos em casa. A **relação de atribuição** caracteriza-se pelo fato de dona Irene se apropriar de

um dito popular e a **parentética** por dona Irene encontrar-se visualmente entre parênteses, conforme descritas no quadro abaixo:

Definição das Relações Retóricas : Estrutural

Quadro 05: Relações Retóricas: Atribuição; Parentética

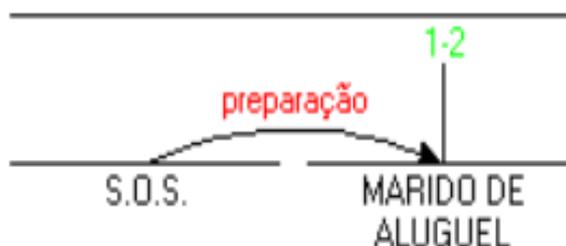
Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenção do Autor
Atribuição	em N : N apresenta uma expressão, fala ou pensamento de alguém ou algo. O satélite apresenta alguém ou algo que produz N .	N e S indicam , respectivamente, a fonte de uma mensagem e a mensagem.	O leitor é informado sobre a mensagem dada e sobre o que e quem o a produziu
Parentética	Em N : nenhuma. Em S apresenta uma informação extra relacionada a N que não está expressa no fluxo principal do texto	em N + S : S apresenta informação extra relacionada a N , complementando N ; S não pertence ao fluxo principal do texto.	L reconhece que S apresenta informação extra relacionada a N , complementando N .

FONTE: PARDO, 2005.

Elaborado pelas autoras.

Ainda na propaganda, pelo recorte na microestrutura, emerge a relação de **preparação**, uma relação de **Núcleo-Satélite** entre as unidades (1) e (2), em que o **Núcleo** é a UI (2) e o **Satélite** é a UI (1).

Diagrama 07 : Propaganda 03



Elaborado pelas autoras.

A microestrutura nos dá a seguinte relação de **Núcleo-Satélite: N-S**, pois na combinação das UIs (1) e (2), a relação evidenciada é a **preparação** porque (1) prepara o leitor para o que seja realmente S.O.S que no caso é o Marido de Aluguel. Veja a relação novamente aqui descrita:

Quadro 06: Relação Retórica de Preparação

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenções de A
Preparação	nenhuma	S precede N no texto; S tende a fazer com que L esteja mais preparado, interessado ou orientado para ler N	L está mais preparado, interessado ou orientado para ler N

FONTE: ANTONIO, J.D. (2004) Elaborado pelas autoras

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise do gênero propaganda publicitária constituído pela intertextualidade com o gênero provérbio. Além disso permitiu compreender as relações explícitas e não explícitas que emergem da articulação das orações no discurso por meio do estudo e da aplicação da Teoria da Estrutura Retórica.

De um modo geral, as propagandas publicitárias têm como característica marcante a persuasão e os produtores lançam mão de diversas formas criativas para conseguirem seu intento. O objeto do nosso estudo além dessa característica também explora a intertextualidade, contando com o conhecimento partilhado de seus leitores.

Ao realizar a análise com base na Teoria da Estrutura Retórica verificamos que os provérbios selecionados para a elaboração dos anúncios publicitários foram muito importantes, ora estabeleciam relação de contraste, [quem tem pressa come cru... mas come muito bem] ora constituíam o próprio problema a ser solucionado. [procurando agulha no palheiro?] ou [santo de casa não faz milagre]. Como mostram os diagramas 01, 03, 05. Permitindo assim, que os objetivos propostos fossem realmente alcançados.

As análises representadas na ferramenta RSTool e os quadros explicativos das relações retóricas mostram muito claramente as relações que emergem nas porções de informação (SPAN). Para mais, também foi evidenciado que nas propagandas publicitárias, em sua microestrutura, emana a relação de preparação, na maioria dos anúncios o nome do produto vem em destaque, uma forma de fazer com que o interlocutor esteja mais preparado, interessado ou orientado para compreender a mensagem veiculada. Trata-se também de uma estratégia persuasiva do produtor.

Dada à importância do assunto, torna-se necessário aprofundar no estudo sobre as relações retóricas, que se estabelecem entre as unidades informacionais que compõem o texto buscando explicar o que é regular de forma observável no evento de interação linguística, com análise das práticas discursivas em que essa linguagem se manifesta, é a língua em interação.

Nesse sentido, a utilização da Teoria da Estrutura Retórica (RST) permite aos estudiosos da língua portuguesa privilegiar a língua no seu funcionalismo, levando em conta o contexto social e pragmático no uso real da língua.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, J. D. Estrutura retórica e articulação de orações em narrativas orais em narrativas escritas do Português . Tese de Doutorado. Araraquara: UNESP, 2004.

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1997.

BENTES, A.C.. Linguística textual, *In* MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (orgs.) Introdução à Linguística: domínios e fronteiras, São Paulo : Cortez 2001

CHAFE, Wallace L.. Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. *In*: OLSON, D.; TORRANCE, N.; HILDYARD, A. (Ed.). Literacy, language and

learning:the nature and consequences of reading and writing. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 105-123.

CHAFE, Wallace L.. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE,W.L. (Ed.). The pear stories: cognitive, cultural, and linguistics aspects of narrative production. Norwood: Ablex, 1982.

CHAFE, Wallace L.. The pears stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1980.

CUNHA, A. F. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA. et al. Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2008, p. 157-174.

DECAT, M. B. N.. Estrutura retórica e articulação de orações em gêneros textuais diversos: uma abordagem funcionalista In: MARINHO, J.H.C; SARAIVA, M.E.F. (Org.) Estudos da língua em uso: da gramática ao texto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. [p 231-262]

DECAT, M. B. N.. Uma abordagem funcionalista para o estudo de processos linguísticos em gêneros textuais do português em uso . V8, nº 1 Junho 2012

HALLIDAY, M. A. K.. An introduction to functional grammar. London: Edward Arnold Publishers Ltdª 1985.

KOCH, I.G.V; ELIAS, Vanda M. Ler e compreender: os sentidos do texto.3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MANN, W.C. ; THOMPSON, S.. Rhetorical Structure Theory and Text Analysis . California: University of Southern California. ISI/RR-89-242, 1989

MANN, W.C. ; THOMPSON, S.. Rhetorical Structure Theory: Toward a functional theory of text organization.Text, 8 (3). 243-281., 1988

MANN, W.C. ; THOMPSON, S. . Assertions from discourse structure. California: University of Southern California, 1985, 14 p. (ISI/RS- 85-155).

MANN, W.C. ; THOMPSON, S..Relational propositions in discourse. California: University of Southern Califórnia: 1983, p.3-9.

MANN, W. C.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.; THOMPSON, S. A. Rhetorical Structure Theory and text analysis. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. (eds.) Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1992. p. 39-77

MARCUSCHI, L. A.. Produção Textual, análise de gênero e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). Gêneros textuais e ensino. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In KARWOSKI, A.M.; GAYDECSKA, B.; BRITO, K.S. (orgs.) . Palmas e União da Vitória , ed. Kaygangue, 2005

NEPOMUCENO, A.R. Uma abordagem funcionalista das relações retóricas em anúncios publicitários. 2013. 322 f. Tese (Doutorado em linguística Teórica e Descritiva) Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte, Minas Gerais.

PARDO, Thiago, A.S. Métodos para análise discursiva automática. São Carlos, USP. Tese de doutorado, 2005.

ROSA, J.P. O A intertextualidade na construção de sentidos em anúncio publicitário de Zero Hora. Disponível em : <http://www.facos.edu.br/old/galeria/105092011084037.pdf> Acesso em: 15 de set.2017

TABOADA, M.; MANN, W. C. Rhetorical Structure Theory: looking back and moving ahead. *DiscourseStudies*, v. 8, n. 3, p. 423-459, jun. 2006. Disponível em: <http://dis.sagepub.com/cgi/content/abstract/8/3/423>. Acesso em: 11. Jul.2016

VESTERGAARD, Torben; SCHRODER, Kim. A linguagem da propaganda. 4. ed. Trad. João Alves dos Santos e Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PLANO DE NEGÓCIOS PARA ESTUDO DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA CHURRASCARIA NO MERCADO DE NOVA SERRANA/MG

Lucas Campos de Andrade¹³
Marcos Paulo Lacerda¹⁴
Carlos Corrêa de Lacerda Junior¹⁵

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi avaliar a viabilidade de implantação de uma churrascaria no mercado de Nova Serrana-MG, utilizando-se da ferramenta administrativa denominada Plano de Negócios. Um plano de negócios é fundamental para que o empreendedor obtenha sucesso em sua nova empresa, isto lhe permite uma análise mercadológica bastante detalhada, possibilitando assim, acompanhar de perto a evolução da implantação do seu novo empreendimento, permitindo-lhe comparar o previsto com o realizado. Tem grande importância para futuras ações administrativas, como realizações de empréstimos bancários ou qualquer outro tipo de ação financeira. Para realização do estudo o método aplicado foi o quantitativo, através de uma pesquisa descritiva, onde foram entrevistadas 217 pessoas em Nova Serrana. Foi possível entender que, com a elaboração de um plano de negócios, as chances de insucesso da empresa podem ser minimizadas. Ao realizar este estudo, pode-se afirmar como é importante o empreendedor ter uma boa visão do negócio em que se pretende iniciar.

PALAVRAS CHAVE: Empreendedorismo, Plano de Negócios, empreendimento.

ABSTRACT

The objective of this research was to evaluate the feasibility of implementing a steakhouse in the market of Nova Serrana-MG, using the administrative tool called Business Plan. A business plan is essential for the entrepreneur to succeed in his new company, this allows him a very detailed market analysis, thus making it possible to closely monitor the evolution of the implementation of his new venture, allowing him to compare what was planned with what was accomplished. . It has great importance for future administrative actions, such as making bank loans or any other type of financial action. To carry out the study, the quantitative method applied was through a descriptive research, where 217 people were interviewed in Nova Serrana. It was possible to understand that, with the elaboration of a business plan, the chances of failure of the company can be minimized. When carrying out this study, it can be said how important it is for the entrepreneur to have a good view of the business in which he intends to start.

¹³ Bacharel em Administração, Especialista em Gestão Estratégica

¹⁴ Bacharel em Administração, Especialista em Gestão Estratégica

¹⁵ Mestre em Administração e Desenvolvimento Organizacional Professor da Faculdade de Nova Serrana - FANS

Keywords: Entrepreneurship, Business Plan, entrepreneurship.

INTRODUÇÃO

Trabalhar para si próprio é o desejo de milhares de pessoas no Brasil, por diversos motivos diferentes. Alguns simplesmente por não querem ser subordinados, outros, por já se preocuparem com a vida financeira no futuro, entre outros motivos que fazem do Brasil um dos principais países empreendedores do mundo.

Segundo o artigo Sobrevivência das Empresas no Brasil do SEBRAE (2016), a taxa de mortalidade de novos empreendimentos é de aproximadamente 23,4% nos dois primeiros anos de existência. Um dos principais motivos para que isso aconteça é a falta de planejamento, e noções administrativas dos gestores. Fator que se inicia antes mesmo do surgimento do empreendimento com um Plano de Negócios mal elaborado, que não lista dados aproximados da realidade, fazendo com que o empreendedor analise de forma incorreta ou precipitada.

Com isso, o Plano de Negócios é uma ferramenta de grande importância para a sobrevivência das novas empresas, pois com ele é possível o gestor ter uma visão geral de todos os seus processos operacionais, podendo assim, tomar decisões assertivas e garantir a durabilidade de sua empresa.

Este trabalho tem como objetivo elaborar um Plano de Negócios, para auxiliar os investidores perante a viabilidade da implantação de uma churrascaria no mercado de Nova Serrana, sendo denominada Mix Grill.

EMPREENDEDORISMO

O conceito de empreendedorismo tem sido definido como uma iniciativa de efetivar novas empresas ou transformar empresas já existentes, colocando em prática novas ideias ou disponibilizando um novo serviço ou um jeito novo de fazer algo distinto do que já existe. Para Hisrich e Peters (2006) a palavra *entrepreneur* surge da origem francesa, a partir da palavra *entrepreneur* para designar o indivíduo que assumia riscos.

A aptidão de realizar com criatividade e motivação pode apresentar-se como empreendedorismo, expressa-se na felicidade de realizar, com inovação e união,

quaisquer projetos pessoais ou empresariais, em confronto com às oportunidades e ameaças existentes. Além da procura do autoconhecimento e de aprendizado duradouro, em ato de abertura para novo aprendizado e novos exemplos. Para Dornelas (2018), em quaisquer conceitos de empreendedorismo encontram-se aspectos referentes ao empreendedor: primeiro envolve processo de criação de algo novo; segundo propõe devoção, esforço e comprometimento necessário para fazer a empresa prosperar, e; em terceiro, é correr riscos calculados e assumir as tomadas de decisões críticas, ter ousadia e ânimos diante de erros e falhas.

Dornelas (2015) traz a definição de empreendedorismo como envolvimento de pessoas e processos, que juntamente, transformam ideias em oportunidades. E a implantação perfeita dessas oportunidades dá-se o nascimento de um negócio de sucesso.

É importante destacar que “o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais.” (SCHUMPETER, 1949 apud DORNELAS, 2015, p.28)

Para Kirzner (1973, apud DORNELAS, 2015, p.28), a abordagem é diferente, “[...] o empreendedor é aquele que cria um equilíbrio, busca encontrar uma posição clara e positiva em um ambiente que apresenta turbulência, identificando oportunidades.”.

Para Dolabela (1999, p.43)

Empreendedorismo é um neologismo derivado da livre tradução da palavra *entrepreneurship* e utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, suas origens, seus sistema de atividades, seu universo de atuação. A palavra empreendedor de emprego amplo é utilizada neste livro para designar principalmente as atividades de quem se dedica à geração de riquezas, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como Marketing, produção organizações, etc. (DOLABELA 1999, p.43)

Segundo Dornelas (2015), o empreendedorismo no Brasil começou a ser reconhecido na década de 1990, quando entidades como o SEBRAE e a SOFTEX foram criadas. O SEBRAE é um dos órgãos mais conhecidos do pequeno empreendedor brasileiro, pois é onde ele tem todo tipo de suporte que precisar para iniciar seu empreendimento. Já a SOFTEX foi criada com objetivo de levar as empresas de software do País ao mercado externo, através das ações que

proporcionavam aos empresários de informática a capacitação em tecnologia e gestão.

PLANO DE NEGÓCIO

Para se ter uma empresa de sucesso é importante ter o plano de negócio para que o empreendedor tenha uma visão detalhada do seu negócio. Espera-se que o plano seja uma ferramenta que o empreendedor expresse suas ideias e que principalmente mostre a probabilidade e a viabilidade do sucesso no mercado (DORNELAS, 2015).

Para Dolabela e Fillion (2000), o plano de negócios é o método para analisar uma ideia que o empreendedor elaborou através do planejamento de uma empresa. Dornelas (2018) fala que, uma empresa bem planejada tem mais oportunidades de sucesso daquelas que não planejaram com as mesmas igualdades de condições. O autor alega também que o plano de negócios é o processo fundamental para o empreendedor, é a ferramenta para planejamento e desenvolvimento no início da empresa, e nos últimos anos, vem sendo popular como instrumento de busca para recursos financeiros, deve ser respeitado como um instrumento de gestão com muitas aplicações.

O que se pretende com este trabalho é analisar a viabilidade da implantação de uma oportunidade de mercado; o plano de negócios está ligado diretamente com o planejamento estratégico da empresa, no qual ajuda durante a elaboração de um novo empreendimento, e mostrar que um planejamento é o melhor método de execução das tarefas e durante as tomadas de decisões no futuro da organização. (DORNELAS, 2015).

ESTRUTURA DO PLANO DE NEGÓCIOS

Para este trabalho, optou-se pela utilização da estrutura de Dornelas (2015) para a elaboração do plano de negócios. Contudo, em cada etapa serão acrescentadas visões de demais autores da área.

Capa: segundo Dornelas (2015), capa é a primeira página do plano de negócios, onde se observa as seguintes informações: Nome da empresa; Endereço da empresa;

Telefone da empresa; *Site* (se a empresa tiver); Logotipo se tiver; Nomes, cargos dos proprietários da empresa, endereço e telefones dos proprietários da empresa (dados do gerente e principais pessoas chave da empresa); Mês e ano em que o plano foi feito; Número da cópia; e Nome de quem realizou o plano.

Sumário: O sumário deve conter o título de todas as etapas do plano, subseções se tiver, e suas respectivas páginas, permitindo ao leitor localizar a etapa desejada de acordo com a página mencionada no sumário. (DORNELAS, 2015).

Para Dolabela (2006), o sumário tem a função de possibilitar o acesso mais rápido ao conteúdo para quem lê.

Sumário Executivo: de acordo com Dornelas (2015), no sumário executivo deve conter um resumo do que será apresentado em sequência numérica e buscar atrair o interesse do leitor. Sendo que o sumário executivo é a principal etapa do plano de negócios, o empreendedor tem que entender que deve ser feito dirigindo-se ao público alvo do seu negócio, enfatizar assuntos que interessam ao leitor de seu plano de negócios. Mesmo exibido no início do plano, o sumário executivo deve ser a última etapa a ser escrita durante a elaboração do plano.

Para Siegel (1996, p.77), o sumário executivo: “[...] deve ser escrito depois de o Plano ter sido finalizado. Somente depois que todo o plano houver sido ponderado e redigido é que alguém será capaz de resumir de forma eficaz e resumida.”

Descrição da Empresa: Dornelas (2015) sugere descrever a organização, mostrar o motivo da sua criação, seu propósito, seus produtos e serviços fornecidos, como se desenvolverá e seus modelos de negócios e quais suas diferenças do mercado.

Mas para Siegel (1996) começa com uma descrição geral, que deve apresentar duas atividades principais e qual a natureza da empresa, sem precisar fazer um detalhamento muito alto, para que possa ter a oportunidade de oferecer mais detalhes no restante da proposta.

Produtos e Serviços: de acordo com Dornelas (2015), o empreendedor deve descrever quais são os produtos e serviços que sua empresa oferecerá, mencionar o modo como serão oferecidos, mostrar qual o produto ou serviço que o difere da concorrência e expor as características inéditas que o negócio poderá oferecer ao cliente.

De acordo com Siegel (1996) é importante mencionar as características e dar atenção aos produtos e serviços da empresa, de maneira objetiva e transparente. Uma empresa não terá sucesso sem possuir um serviço ou produto que seja desejável.

Mercado e Competidores: Dornelas (2018) afirma que é importante e necessário conhecer o mercado onde pretende atuar para conseguir fazer uma estratégia de marketing de sucesso. O autor citado fala ainda que essa parte é a mais difícil de fazer, pois a estratégia de estar sujeito como a organização abordará seu consumidor e agregará valor para se diferenciar da concorrência.

Para Siegel (1996) a pesquisa de mercado do plano de negócios é para ampliar o conhecimento do mercado por parte do empreendedor e aumentar a credibilidade. As pesquisas de mercado ajudam na formulação de estratégias de marketing, facilitam o contato dos pesquisados com os produtos ou serviços e podem ser o primeiro passo para as vendas.

Porter (1986) ressalta que o ato conjunto de forças na indústria pode ser fundamental para a empresa sobreviver, visto como a ação dessas forças em conjunto irá gerar a intensidade da concorrência e o rendimento da organização.

Análise da Concorrência: Dornelas (2015, p. 150) diz que concorrência é “obrigação de qualquer empreendedor que deseja competir e obter sucesso no mercado”. Pois, assim que conhecido o seu competidor é que então a empresa agrega os requisitos para estabelecer diferenciais quanto ao produto, preço e promoções, e também traçar suas estratégias de marketing.

Salim (2005) diz que uma análise da concorrência no plano de negócios consegue dar uma visão das condições que a empresa tem de entrar no mercado e a viabilidade de um investimento neste negócio. E a análise dos seus competidores deverá ser feita perante aos aspectos e características importantes do produto/serviço comparado ao de seus concorrentes.

Marketing e Vendas: Dornelas (2015), define as estratégias de marketing como meio técnicos que deverá seguir para atingir suas metas, conhecido como os 4P's: (produto, praça, preço e promoção), mais conhecido como composto de marketing.

Churchill e Peter (2010) definem marketing como processo de planejar e executar, estabelecer preços, promoção e distribuir ideias, bens e serviços. Ainda que marketing possa ser usado para desenvolver trocas que visam ou não retornos lucrativos e realizado para as duas finalidades.

Siegel (1996) já o define como mais importante do plano de negócios, porque se comunica mais diretamente com a natureza do mercado pelo qual o empreendimento poderá ter sucesso. Com a finalidade de explicar que o projeto pretende manipular e reagir diante as condições do mercado para realizar a venda ou serviço de seu produto.

O plano de marketing é composto pelo diagnóstico do mercado, voltado para conhecimento de seus concorrentes, clientes, fornecedores e o espaço onde pretende atuar. Para ver se há viabilidade na implantação do negócio e pela estratégia de marketing. Onde o planejamento se concretiza, oferecerá seus serviços ou produtos ao mercado, visando completar seus potenciais de sucesso (DOLABELA,2006).

Análise Estratégica: segundo Dornelas (2015), a análise estratégica de empresa precisa adicionar um mesclado de racionalidade e subjetividade, com base em um processo básico que pode auxiliar o empreendedor a ter um entendimento melhor da situação atual de seu negócio e as melhores alternativas para que atinja suas finalidades e suas metas previstas.

Dornelas (2015) ainda fala, que o processo do planejamento estratégico se inicia pela definição da missão e visão da empresa, passando por uma análise dos ambientes de externos e internos, pela definição de seus objetivos e metas até chegar às estratégias seguidas.

Plano Financeiro: Dornelas (2015) afirma que esta etapa é considerada a mais difícil do plano de negócios para muitos empreendedores, pois ela deve apresentar em números tudo àquilo que foi escrito até o momento nas demais etapas do plano de negócios, como Marketing, custos com pessoal, custos fixos e variáveis e etc. O autor citado ainda afirma que no Brasil, o sucesso dos empreendimentos depende muito da capacidade do gestor em administrar financeiramente o seu negócio, em razão dos ciclos recessivos que vem atingindo a economia do país.

Salim, *et al.* (2005) diz que é no plano financeiro que se reúnem todas as despesas, desde as que foram gastas no início do negócio, até as que estão sendo gastas na fase operacional para manter o negócio ativo, alinhando as receitas com as vendas dos produtos/serviços e por fim analisar o saldo final.

Balanço Patrimonial: Para Dornelas (2015, p.168): “o balanço patrimonial demonstra a posição financeira da empresa em momento determinado e é constituído por duas colunas, a do ativo e a do passivo do patrimônio líquido”.

Dornelas (2015) diz que, o ativo corresponde a todos os bens e direitos de uma empresa, já o passivo é uma obrigação ou a parcela de financiamento obtido por terceiros, e o patrimônio líquido são os recursos dos proprietários aplicados no negócio.

Para Assaf Neto (2002), a análise de balanços tende, de acordo com as informações contábeis disponibilizadas pelas empresas, demonstrar a posição econômico-financeira atual, os motivos que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras, ou seja, através da análise de balanço é possível extrair informações sobre a posição passada, presente e futura de uma empresa.

Demonstração de Resultados: segundo Dornelas (2015, p.170), a demonstração de resultados é: “[...] uma classificação ordenada e resumida das receitas e despesas da empresa e um determinado período.”. Para Hoji (2010, p. 266) demonstração de resultados é: “[...] uma demonstração contábil que apresenta o fluxo de receitas e despesas, que resulta em aumento ou redução do patrimônio líquido entre duas datas.”

Fluxo de Caixa: Dornelas (2015) fala que fluxo de caixa é a ferramenta fundamental de planejamento financeiro. O tempo coberto pelo fluxo de caixa normalmente é desmembrado em espaços, os intervalos estão sujeitos à natureza do negócio. Os empreendimentos que encaram sazonalidades necessitam fazer fluxos

semanais, mensais ou trimestrais. O fluxo é colocado em função das finalidades e metas decididas pela administração da empresa.

Souza (2003), analisa como conjunto de entradas e saídas de valores, que consentem ao administrador ponderar ao longo do período o capital de sua empresa. Ponto de Equilíbrio: O ponto de equilíbrio atribui à quantidade necessária de vendas para liquidar os custos fixos e variáveis, não possuindo lucro nem prejuízo. Utilizado abundantemente ajuda ao empreendedor a terciência do tempo em que o empreendimento começa a obter lucro, sendo importante ferramenta gerencial (DORNELAS, 2015).

Índices Financeiros: para Dornelas (2015, p.175), “[...] os índices financeiros indicam como está a situação financeira da empresa e a capacidade de honrar seus compromissos no prazo”. Existem quatro grupos de apontadores: Liquidez – Se a organização é capaz de liquidar suas dívidas; Atividade – Método através do giro de estoque e ativo total; Endividamento – demonstra o grau de endividamento do empreendimento; e Lucratividade – mostra quão a empresa é atraente do ponto de vista de um investidor.

Técnicas de Análise de Investimento: o retorno contábil está em critério de lucro, sua falha encontra-se no fato de que a avaliação do retorno ignora o valor do dinheiro em relação ao tempo, embora seja extremamente simples de ser calculado, não conseguem atender o princípio de dar prioridade por mais dinheiro recebido mais cedo e com menos risco. (DORNELAS, 2015)

Segundo Longenecker (2004), diante de determinadas perguntas que os investidores fazem no plano de investimento de um novo negócio, as respostas a essas perguntas são de extraordinária seriedade e devem incluir-se no plano de negócios: Retorno contábil sobre investimento: Quantos reais em média são gerados por meio do investimento?; Prazo de playback: Qual o prazo será recuperado o investimento desembolsado?; Técnica do fluxo de caixa descontado: O valor do desembolso do Investimento compara-se ao valor dos benefícios futuros?; Conforme Carvalho (2002), o playback apresenta como objetivo indicar a escolha que acarretará o investimento inicial em menor tempo. Caso indique a previsão de retorno muito afastado, maior é a insegurança do empreendedor em relação ao negócio.

Técnicas de Fluxo de Caixa Descontado: Dornelas (2015) diz que nestas técnicas compara-se o valor presente dos futuros fluxos de caixas com o montante inicial investido. Podem ser realizadas através de dois métodos: Valor presente líquido para medi-lo: faz uma estimativa do valor atual para os futuros fluxos de reais gerados pelo projeto, deduz-se o investimento feito inicialmente, se o valor presente líquido for positivo, o projeto será viável, caso contrário, deverá ser rejeitado; Taxa interna de retorno para calculá-lo: deve-se descobrir a taxa de desconto que fornece um valor presente líquido igual à zero. Nessa taxa, o valor presente dos futuros fluxos de caixas, é justamente igual ao investimento efetuado.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos neste estudo, recorre-se à fonte de investigação primária, dados recolhidos pelo investigador, especialmente para resolver o problema em análise (MALHOTRA, 2006).

Ainda segundo Malhotra (2006), a metodologia de uma pesquisa quanto à abordagem pode basear-se em métodos de investigação quantitativos, métodos qualitativos ou métodos mistos (quantitativos e qualitativos). O método aplicado ao estudo foi o quantitativo, através de uma pesquisa descritiva.

Para Gil (2007), com base nos objetivos, é possível classificar as pesquisas em três grupos: Exploratório, Descritivo e Explicativo. Malhotra (2001), afirma que a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características do mercado.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa classifica-se como pesquisa de levantamento, que de acordo com Fonseca (2002), nesse tipo são utilizados estudos exploratórios e descritivos, sendo que o levantamento pode ser feito através de uma amostra ou de uma população. Para Gil (2007) o levantamento é mais adequado para pesquisas descritivas e tem como vantagens o conhecimento direto da realidade, economia e rapidez, e obtenção de dados agrupados em tabelas que possibilitam uma riqueza na análise estatística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa economia globalizada em que é notória a importância do empreendedorismo, a economia dos países está cada vez mais dependente de estratégias inovadoras, pois são estas que criam valor e conduzem ao desenvolvimento de novas oportunidades empreendedoras, criação de emprego, preocupação social e ambiental.

Para realização da pesquisa elaborou-se um plano de negócios com objetivo principal de avaliar a viabilidade de implantação de uma churrascaria no mercado de Nova Serrana-MG. Para tal, foi feito um estudo da estrutura da empresa, abordando a produção dos serviços e produtos, a organização e gestão, os recursos humanos, os planos de Marketing, a análise da Empresa e a análise Financeira. Assim sendo, os resultados apresentados foram bons, com projeções para o sucesso e comprovada a viabilidade do negócio.

O método de pesquisa aplicado foi o quantitativo, através de uma pesquisa descritiva, classificada com pesquisa de levantamento, onde foi disponibilizado um questionário eletrônico através do Google e respondido por uma amostra de 218 pessoas.

Ao analisar a existência de um público alvo para abertura do empreendimento, pôde constatar através da pesquisa que 92,2% dos entrevistados costumam frequentar restaurantes e 83,5% habitualmente frequentam restaurantes da própria cidade de Nova Serrana. Sendo assim conclui-se a existência de um mercado potencial para a implantação do negócio.

Foi avaliada a melhor localização para implantação do empreendimento, percebe-se que não existe um local de preferência para o público, comprova-se um empate técnico de 53,2% respondendo que seleciona o local por área geográfica, enquanto que 48,6% disseram não levar em consideração essa variável. No entanto ao analisar qual a região que costumam frequentar, 81,7% responderam que é no centro da cidade. Sendo assim, pôde considerar a região central da cidade o melhor local para o negócio.

Para avaliar a viabilidade financeira e o tempo de retorno foram feitas diversas análises. Os dados coletados para a pesquisa permitiram que os pesquisadores caracterizassem a empresa e foi elaborada uma análise estratégica, tal como um

plano de marketing e financeiro, onde esses colaboraram para a projeção de receitas e despesas e um investimento inicial de R\$259.810,00 (duzentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e dez reais).

No plano financeiro foram projetados os Fluxos de Caixa para os primeiros cinco anos da empresa e o Demonstrativo de Resultados (DRE). Também foi analisado o Valor Presente Líquido (VPL), a Taxa Interna de Retorno (TIR) e o período de retorno do investimento através do *payback*.

No presente cenário, a TIR demonstra um resultado de 66,18%, superior aos 10% estipulado na Taxa Mínima de Atratividade (TMA), além de, apresentar um VPL positivo no valor de R\$ 486.471,65 (quatrocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos). De acordo com os resultados do *payback*, projeta-se que o investimento inicial seja recuperado em um período de quinze meses.

Com base nas informações e cálculos realizados no plano financeiro da empresa, constatou-se que a abertura da churrascaria Mix Grill, no mercado de Nova Serrana/MG é um negócio viável. Com a elaboração de um plano de negócios, as chances de insucesso da empresa podem ser minimizadas. Ao realizar este estudo, pode-se afirmar como é importante o empreendedor ter uma boa visão do negócio em que se pretende empreender.

REFERÊNCIAS

ADISSI, M. S. Executivo brasileiro: como os bastidores do poder decidem contratações e carreiras. São Paulo: Makron, 1997.

ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BALLESTERO ALVAREZ, Maria Esmeralda. Organizações, sistemas e métodos e as modernas ferramentas de gestão organizacional: arquitetura, benchmarking, empowerment, gestão pela qualidade total, reengenharia. São Paulo: Atlas, 2001.

BIAGIO, Luiz Arnaldo; BATOCCHIO, Antônio. Plano de negócios: estratégica para micro e pequenas empresas. 2. ed. São Paulo: Manole, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 3. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para os clientes. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COBRA, Marcos H. Nogueira. Marketing básico: uma perspectiva brasileira. 4° Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

DEGEN, Ronald Jean. O empreendedor: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DEGEN, Ronald Jean. O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

DOLABELA, Fernando e FILION, Louis Jacques. Boa Idéia! E Agora?: Plano de Negócio o Caminho Seguro Para Criar e Gerenciar Sua Empresa. 1 ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.

DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. 30. ed. rev. e atual. São Paulo: Cultura, 2006.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

DORNELAS, José. Transformando ideias em negócios; 7.ed. – São Paulo: Empreende, 2018

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo: v.34,n.2,p.05-28,abril/junho,1999.

FILION, Louis Jacques. Diferença entre sistema gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios. Revista de Administração, v.39, n.4, p.6-20, out/dez.1999.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, I. M., Como elaborar uma pesquisa de mercado. Belo Horizonte: SEBRAE MINAS, 2013.

GOOGLE MAPS. Disponível em <
<https://www.google.com/maps/search/Av.+Dom+Cabral,+653+%E2%80%93+Jardim+dos+Lagos+%E2%80%93+Nova+Serrana+%E2%80%93+MG/@-19.8775965,-44.9919286,18z>>.
Acessado em: 17/08/2019.

HARTMANN, Luiz Fernando, Planejamento estratégico. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HISRICH, Robert D; PETERS, Michel P. Empreendedorismo. São Paulo: Editora Bookman, 2006.

HISRICH, Robert D; PETERS, Michael SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HOJI, Masakazu; SILVA, Hélio Alves da. Planejamento e controle financeiro: fundamentos e casos práticos de orçamentos empresarial. São Paulo: Atlas, 2007.

IBPT, Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. Empresômetro MPE, 2014. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=2336>. Acessado em: 07 de Abril de 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>>. Acesso em 12 de Maio 2019.

KLOTTER, P. Administração de marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LONGENECKER, Justin Gooderl; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. William. Administração de pequenas empresas: ênfase na gerência empresarial. São Paulo: Makron Books, 2004.

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

PORTER, Michael E. Estratégia Competitiva: Técnica para análise de Indústrias e da Concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

RECEITA FAZENDA. Disponível em < <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/anexoOutros.action?idArquivoBinario=48430> >. Acesso em 17 de Agosto de 2019.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertação e estudos de caso. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SALIM, Cesar Simões et al. Construindo planos de negócios: todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios de sucessos. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2005.

SEBRAE/PR. Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo. Curitiba: SEBRAE, 2005

SEBRAE. Sobrevivência das Empresas no Brasil. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>. Acesso em 30 de Março de 2019.

SEBRAE. Sobrevivências das Empresas no Brasil: Coleção estudos e pesquisas. Brasília-DF, 2013.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Disponível:<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemso mos>. Acesso em 12 de Maio 2019.

SIEGEL, Eric S. et. al. Guia da Ernst & Young para desenvolver o seu plano de negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

VIEIRA, S. Estatística básica. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ZDANOWICZ, José Eduardo. Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro. 10. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

A NEUROFISIOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM DISLEXIA: ASPECTOS COGNITIVOS E POTENCIAIS DE INTELIGÊNCIA E CONHECIMENTO

Kissila Camargos Pego¹⁶
Regilane Aparecida Camargos Pego¹⁷
Karina de Souza Dias¹⁸
Nália Aparecida de Lacerda Viana¹⁹
Denise Sanches²⁰

RESUMO

O educador é o pilar do desenvolvimento intelectual dos seus educandos. Hodiernamente faz parte de uma escola inclusiva e visionária que se atualiza e estuda sobre as mais variadas diferenças de aprendizagem, dentre elas, a dislexia: que é um distúrbio de leitura e escrita, que está presente em pelo menos 10% da população mundial. Estudar sobre; é tratar do hoje e compreendê-la sem preconceitos. Assim, este estudo objetiva esclarecer o que é a dislexia, demonstrar sua relação com a neurofisiologia, apresentar os aspectos cognitivos de aprendizagem e inteligência, e, reafirmar o papel do educador na alfabetização e identificação das crianças disléxicas. A partir da revisão bibliográfica, conclui-se que a neurociência é de extrema importância para que o educador possa usufruir das suas descobertas e aumentar seu conhecimento e assim garantir qualidade de ensino para todos os alunos independente de suas limitações.

PALAVRAS-CHAVE: Neurofisiologia, conhecimento, dislexia e inteligência.

1 INTRODUÇÃO

A dislexia, segundo a Associação Nacional de Dislexia - AND (2020)“é considerada um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração”.

E acrescenta; “Essas dificuldades normalmente resultam de um déficit no componente fonológico da linguagem e são inesperadas em relação à idade e outras

¹⁶ Graduada em Pedagogia FANS e Pós Graduada em Neurociência Aplicada à Educação.

¹⁷ Graduada em Pedagogia FANS e Pós Graduada em Neurociência Aplicada à Educação.

¹⁸ Professora do Curso de Psicologia da FANS. Mestre em Promoção da Saúde.

¹⁹ Mestre em Educação, Cultura e Organizações Sociais, professora do Curso de Pedagogia da FANS.

²⁰ Professora do Curso de Psicologia da FANS. Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental.

habilidades cognitivas.” (Definição adotada pela IDA – International Dyslexia Association, em 2002.

Objeto de estudo da Neurociência, a dislexia vem sendo estudada desde o século XVIII, quando os neurocientistas através da Neurofisiologia, observaram que o cérebro de algumas pessoas funcionavam diferente das outras, ainda que visivelmente a pessoa não apresentasse nenhuma deficiência e conseguisse compreender o que era lido, não conseguiam falar ou escrever (SANTOS, 2020).

Desde então, muitos estudos foram surgindo, o cérebro foi cada vez mais desvendado, dividido e individualizado por partes e funcionamento, foi se conhecendo onde cada resposta motora agia no sistema nervoso. O conhecimento, a aprendizagem e a forma que cada pessoa desenvolve sua inteligência vem sendo definidos e esclarecidos na comunidade médica e externada para a educação, que usa tais estudos para desenvolver técnicas de ensino mais eficazes e promissoras, como vem ocorrendo com os disléxicos, visto que estes demandam um tempo maior para aprenderem.

A dislexia não é uma doença, conforme Hudson (2016), é a dificuldade de interpretação da linguagem escrita, que não possui relação alguma com deficiência, está ligada a genética e está presente em pelo menos 10% das crianças da população mundial.

Portanto, considera-se o estudo da dislexia relevante contribuição para a formação dos educadores e informativo para toda sociedade. Assim, este trabalho tem o objetivo de esclarecer o que é a dislexia, demonstrar sua relação como a neurofisiologia, apresentar os aspectos cognitivos de aprendizagem e inteligência, além de reafirmar o importante papel do educador na alfabetização e identificação das crianças disléxicas.

A partir da revisão bibliográfica, o estudo contribui para a formação de novos educadores e desperta o interesse dos que o leram, pois trata-se um tema contemporâneo presente no cotidiano escolar.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Neurofisiologia e o conhecimento

A neurofisiologia enquanto ciência é aquela que estuda a função do sistema nervoso. Parte da Neurociência, a neurofisiologia cuida do sistema nervoso, e suas funções, impulsos elétricos dos neurônios e demais mecanismos inerentes ao desenvolvimento da comunicação entre o corpo e o mundo exterior, como nos informa Costanzo (2006).

De acordo a mesma autora, o sistema nervoso é uma rede complexa de componentes sensoriais que detectam alterações nos estímulos do ambiente externo do corpo e após recebê-las as armazenam, processam e devolvem através da execução de respostas motoras apropriadas ao indivíduo.

Para entender a neurofisiologia é necessário observar a organização do sistema nervoso e a complexa disposição anatômica das estruturas. (...) o sistema nervoso é composto por duas divisões: sistema nervoso central (SNC) e sistema nervoso periférico (SNP) composto por receptores sensoriais, nervos sensoriais e gânglios. O SNC e SNP se comunicam extensamente entre si. (CONSTANZO, 2006)

O que diferencia um do outro é que enquanto o sistema nervoso central, formado por encéfalo e medula, é sensorial ou aferente e traz informações para dentro do neuroeixo, o sistema nervoso periférico, formado por nervos e gânglios, é motor ou eferente e leva as informações de dentro do sistema nervoso central até a periferia ou seja, para fora e os dois juntos formam o sistema nervoso, um dos mais importantes sistemas do corpo, relacionado com a compreensão, percepção e resposta aos estímulos internos e do ambiente que o rodeia (SANTOS, 2020).

A aprendizagem ou conhecimento é segundo Carvalho e Flor (2012) o processo pelo qual o cérebro reage aos estímulos do ambiente e ativa as ligações ou sinapse (ligação entre os neurônios), a cada novo estímulo, a cada repetição de um comportamento a ser consolidado tem-se circuitos que processam as informações e assim a medida que se aprende mais modificações ocorrem no cérebro.

Acrescentam as autoras que a neurociência vem desvendando o que antes era desconhecido sobre o momento da aprendizagem, sendo o cérebro matricial para o aprender. “Suas áreas, lobos, sulcos e reentrâncias desenvolvem de forma distribuídas funções superiores (memória, cognição e linguagem), a real importância numa conexão cortical e subcortical em conjunto, no qual cada um precisa interagir com o outro e, nesta trilha emerge a mente”. (CARVALHO E FLOR, 2012).

2.2 Dislexia e Neurofisiologia

A dislexia pode ser definida como a dificuldade de interpretação da linguagem escrita, ainda que o indivíduo não possua qualquer outro tipo de deficiência; oftalmológica, auditiva ou intelectual, ele poderá apresentar dislexia, com intensidade que varia de leve a grave. (HUDSON, 2016).

Uma criança com dislexia já nasce com essa condição, não é advinda de fatores externos, como acidente ou derivada de alguma outra doença, mas segundo Hudson, determinadas doenças podem contribuir para o desenvolvimento da dislexia. Conquista (2018) afirma que a dislexia se apresenta em 5% a 10 % das crianças de forma hereditária e que essa taxa vai diminuindo de acordo a idade, predominando em crianças do sexo masculino.

A dislexia pode ser, dislexia do desenvolvimento que é um dos distúrbios mais comum na dificuldade de leitura e difere de outro tipo de dislexia, que é perda da capacidade de ler associada a um dano cerebral. Uma hipótese sobre a dislexia é que esta origina através da deficiência entre os processos de recepção da informação e a formação do seu significado (CECHELLA, 2008).

Deve-se compreender as diferenças do funcionamento do cérebro de uma criança disléxica ou não. As crianças e as pessoas que possuem dislexia tendem a pensar mais em imagens do que em palavras e fazem conexões laterais rápidas (HUDSON, 2016). Outras diferenças podem ser observadas na própria representação cerebral. enquanto o cérebro sem dislexia apresenta mais atividade na parte posterior, no cérebro com dislexia há superestimulação da região anterior e subativação da região posterior, uma espécie de assinatura neural para as dificuldades fonológicas, afirma Conquista (2018).

Além de depender mais da área de broca²¹ (parte do cérebro humano responsável pela expressão da linguagem, contém os programas motores da fala),

²¹ Área de broca: Foi descoberta em 1861 pelo cientista francês Paul Broca e denominado por David Ferrin como Aire de Broca - centre moteur de la parole (área de Broca - Centro motor da fala). Broca descobriu a ligação entre a fala e uma região específica do cérebro ao fazer, em 1861, a autópsia de M. Leborgne, um paciente do hospital de Bicêtre que não tinha nenhuma paralisia física e compreendia a linguagem, mas era incapaz de falar qualquer coisa além de "tan".

Disponível em: <mensoamor01.blogspot.com/2015/10/area-de-broca-e-area-de-wernicke.html> Visitado em 10 de outubro de 2020.

os disléxicos utilizam outros sistemas para auxiliar a leitura, localizado no lado direito e na parte anterior do cérebro, um sistema funcional, mas não automático. O leitor disléxico tem um sistema disruptivo que não possibilita a leitura automática. Ele precisa de caminhos secundários, localizado na parte frontal e a direita do cérebro

Para Muszkat e Rizzutti (2017), a dislexia pode relacionar-se às modificações dos ritmos elétricos cerebrais, referindo-se assim a alterações no mapeamento eletroencefalográfico, apresentando assimetria nos ritmos alfa durante a estimulação com prova de leitura. Enquanto as crianças sem dislexia apresentam maior dessincronização de ritmos com aumento da frequência e diminuição da amplitude, da faixa alfa. Para as autoras, há diferenças claras no funcionamento do cérebro da criança com ou sem dislexia. Ela provoca reação cerebral que diminui a assimilação rápida de leitura e escrita, ou seja, o tempo de aprendizagem é mais demorado.

Componentes da consciência fonológica auxiliam na fase inicial da aquisição da leitura e escrita e o desenvolvimento de componentes mais complexos. Ao estudar a consciência fonológica é necessária uma avaliação detalhada de todos os componentes para se ter uma avaliação precisa.

Hudson (2016) afirma, que a dislexia não pode ser curada, mas estratégias de defrontação podem ser utilizadas para seu enfrentamento. Logo que se percebe o atraso na aprendizagem da leitura e escrita, é necessária investigação e se confirmado a dislexia, deve-se o quanto antes intervir para que se possa alcançar resultados satisfatórios.

Na dislexia o indivíduo tem inteligência normal, mas apresenta distúrbio fonológico e falhas nas habilidades sintáticas e pragmáticas, dificuldades em linguagem na parte escrita, habilidade narrativa comprometida para recontagem de histórias, déficits na função expressiva e alterações no processamento de informações auditivas e visuais. (CECHELLA, 2008)

2.3 Desenvolvimento de aprendizagem pelos disléxicos: aspectos cognitivos e potenciais de inteligência

A inteligência é inegável fator de desenvolvimento e construção da sociedade. Mas, deve-se compreender e reconhecer as causas dos diferentes níveis de desempenho cognitivo, ainda que seja um desafio, afirmam Oliveira e Pereira,

2018. Diferencia-se assim a cognição da inteligência, a primeira pode ser definida como “a ação ou processo mental de aquisição de conhecimento e compreensão a partir do pensamento, das experiências e dos sentidos”. Enquanto a segunda “a competência de adquirir e aplicar conhecimentos e habilidades”. (OXFORD, 2018).

A neurociência hoje trabalha com definições práticas, operacionais, de “inteligência” – a capacidade de encontrar soluções para novos problemas (a inteligência fluida) e a de usar informações anteriores de maneira eficaz (a inteligência cristalizada), por exemplo – e dispõe de um arsenal de testes para medir essas capacidades. Suzana Herculano Houzel (2009, p. 12)

A dislexia não é uma doença e sim um distúrbio derivado de fatores biológicos e socioambientais que podem interferir no desenvolvimento da aprendizagem, portanto a criança dislexia não pode ser considerada doente ou “burra”, assim como as demais é inteligente e pode desenvolver inúmeras habilidades, até mesmo a leitura, escrita e compreensão, porém leva um tempo maior. (OLIVEIRA, 2019).

De acordo Clasca e Gonçalves (2002), crianças com dislexia leve ou moderada conseguem adquirir habilidade suficiente para codificar e decodificar palavras e textos. Entretanto, apresentam dificuldade na compreensão da leitura, tendo uma leitura mecânica não atribuindo a ela significado e significativa. Afirmam também, que esse aluno desde a fase inicial pode apresentar comprometimento oral. Sendo assim, nos primeiros estágios da aprendizagem da leitura, já demonstram dificuldade básicas com a linguagem, vocabulário, gramática, sintaxe, problemas com inferência e uso da linguagem figurativa, assim como compreensão da estrutura do texto.

Em relação à leitura, apresenta leitura lenta e silabada, confusão nas letras que tem forma semelhante. A dificuldade recorrente na escrita pode fazer com que o aluno disléxico evite escrever, ou tenha problema em seguir modelos de escrita preestabelecidos na sociedade, pode escrever espelhado, por exemplo,

É preciso que o educador saiba identificar as crianças disléxicas, para tanto a Associação Nacional de Dislexia (AND, 2020), seleciona os principais sinais mais comuns nas crianças disléxicas, nas diferentes fases escolares, conforme segue:

Na Educação Infantil

- Falar tardiamente
- Dificuldade para pronunciar alguns fonemas

- Demorar a incorporar palavras novas ao seu vocabulário
- Dificuldade para rimas
- Dificuldade para aprender cores, formas, números e escrita do nome
- Dificuldade para seguir ordens e seguir rotinas
- Dificuldade na habilidade motora fina
- Dificuldade de contar ou recontar uma história na seqüência certa
- Dificuldade para lembrar nomes e símbolo

Na Classe de Alfabetização e 1ª série do Ensino Fundamental

- Dificuldade em aprender o alfabeto
- Dificuldade no planejamento motor de letras e números
- Dificuldade para separar e sequenciar sons (ex: p – a – t – o)
- Dificuldade com rimas (habilidades auditivas)
- Dificuldade em discriminar fonemas homorgânicos (p-b, t-d, f-v, k-g, x-j, s-z)
- Dificuldade em seqüência e memória de palavras
- Dificuldade para aprender a ler, escrever e soletrar
- Dificuldade em orientação temporal (ontem – hoje – amanhã, dias da semana, meses do ano)
- Dificuldade em orientação espacial (direita – esquerda, embaixo, em cima...)
- Dificuldade na execução da letra cursiva
- Dificuldade na preensão do lápis
- Dificuldade de copiar do quadro

Da 2ª à 8ª série do Ensino Fundamental

- Nível de leitura abaixo do esperado para sua série
- Dificuldade na sequenciação de letras em palavras
- Dificuldade em soletração de palavras
- Não gostar de ler em voz alta diante da turma
- Dificuldade com enunciados de problemas matemáticos
- Dificuldade na expressão através da escrita
- Dificuldade na elaboração de textos escritos
- Dificuldade na organização da escrita
- Podem ter dificuldade na compreensão de textos
- Podem ter dificuldade em aprender outros idiomas
- Dificuldade na compreensão de piadas, provérbios e gírias
- Presença de omissões, trocas e aglutinações de grafemas
- Dificuldade de planejar e organizar (tempo) tarefas
- Dificuldade em conseguir terminar as tarefas dentro do tempo
- Dificuldade na compreensão da linguagem não verbal
- Dificuldade em memorizar a tabuada
- Dificuldade com figuras geométricas
- Dificuldade com mapas

O educador tem fundamental importância no desenvolvimento da aprendizagem de alunos disléxicos, mas ao trabalhar com eles no contexto escolar, deve-se analisar com cautela e cuidado, pois só profissionais responsáveis e habilitados podem chegar a tal diagnóstico. (CLASCA e GONÇALVES 2002).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dislexia é uma realidade na educação e causa de muitos problemas na relação conhecimento e aprendizagem. Há muitos estudos e avanços no entendimento e na compreensão do distúrbio, mas ainda há muito o que se estudar e descobrir. Sabe-se que dislexia não é uma doença, é um distúrbio que não provoca nenhum tipo de deficiência física e intelectual, não é frescura e nem burrice

O aluno disléxico é tão importante quanto os demais, e precisa de atenção especial, precisa de quem o educa tenha conhecimento e saiba a melhor forma como trabalhar a leitura e escrita, antes de tudo que saiba, com a ajuda de profissionais, identificar corretamente quem é ou não disléxico, para que o objetivo da educação, que é a aprendizagem seja alcançado de forma plena e eficaz.

A neurociência, a neurofisiologia em uma parceira da educação, vem obtendo bastante sucesso no que tange conquistas e descobertas sobre a dislexia. Com esse avanço os educadores podem olhar de forma mais técnica os seus educandos, a partir do conhecimento e da parceria com o profissional especialista da área é possível identificar no comportamento dos alunos casos de dislexia, para que aja interferência rápida e eficaz.

A leitura deste trabalho, é possível ao leitor, entender um pouco sobre o que é dislexia e perceber o que a neurofisiologia pode contribuir para a aprendizagem de alunos disléxicos. Os objetivos propostos pelo trabalho foram atendidos, uma vez que este estudo apresenta uma contribuição ao conhecimento daqueles que o buscam, sejam educadores, alunos, pais ou sociedade em geral.

Assim, tem-se a ratificação da importância da educação na construção cultural e desenvolvimento das pessoas. Quando bem aplicado os conhecimentos tornam os educadores transformadores da realidade, propiciam a eles oportunidades de modificar o ambiente em que vivem, acreditarem que são capazes e chegarem aos seus objetivos.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DISLEXIA. Sinais comuns da dislexia. AND, 2020. Disponível em <<http://www.andislexia.org.br/>>
- CARVALHO, Terezinha Augusta Pereira de; FLOR, Damaris. Neurociência para educador. Coletânea de subsídios para educação neurocientífica. São Paulo, Barauna, 2012.
- CLASCA, Silvia. GONÇALVES; Vanda Maria (ORG). A importância da equipe interdisciplinar no diagnóstico de dislexia do desenvolvimento.. São Paulo. Casa do Psicólogo 2002.
- CEHELLA, Claudio. Deuschle, Vanessa panda. O déficit em consciência fonológica e sua relação com a dislexia: diagnósticos e intervenção. São Paulo. Rev CEFAC, 2008.
- CONQUISTA; Eliana Volpiani. Dislexia: não precisa ser bom em tudo. Jundiaí, São Paulo, Edição do Autor, 2018.
- COSTANZO, Linda S. Fisiologia. São Paulo, Elsevier, 2002.
- HUDSON, Diana. Dificuldades específicas de aprendizagem. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes 2016.
- HOUZEL, Suzana Herculano. Pílulas de neurociência: para uma vida melhor. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.
- MUSZKAT, Mauro. RIZZUTTI, Sueli. O professor e a dislexia. São Paulo, Cortez, 2017.
- OLIVEIRA, Augusto Alves de. Estratégias psicopedagógicas para a diminuição da dificuldade de aprendizagem na leitura, escrita e preservação do meio ambiente. Curitiba, Apriss, 2019.
- OLIVEIRA, Celina Pires do Rio. PEREIRA, Lygia. Cognição e inteligência: o suporte social como elemento capaz de despertar potenciais e incrementar o desempenho escolar. Artigo PDF publicado pela FUMEC, 2018.
- SANTOS; Vanessa Sardinha doS. Sistema Nervoso. Disponível em <<https://www.biologianet.com/anatomia-fisiologia-animal/sistema-nervoso.htm>> visitado em 10 de outubro de 2020.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA TRANSFORMAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR: um relato de experiência realizado com alunos do Ensino Fundamental de uma escola pública em Divinópolis - Minas Gerais

Guilherme Henrique Rodrigues Rocha²²
Ana Paula Moreira Vasconcelos²³
Hygor Aristides Victor Rossoni²⁴
Thiago Casemiro Mendes²⁵

RESUMO

O presente trabalho apresenta um relato de experiência realizado com alunos do Ensino Fundamental de uma escola pública em Divinópolis, Minas Gerais, por meio da revitalização dos jardins no ambiente escolar, utilizando técnicas sustentáveis e materiais inservíveis com ações transversais e interdisciplinares. O projeto provocou nos alunos a mudança de comportamento por meio de ações pautadas na educação ambiental, sendo possível sensibilizar e cultivar atitudes cidadãs e sustentáveis nos estudantes, com a avaliação dos resultados alcançados por meio do empoderamento e envolvimento dos discentes durante a fase de elaboração, implantação e manutenção da proposta.

PALAVRAS-CHAVE: Ambiente escolar. Empoderamento. Sensibilização. Meio ambiente.

ABSTRACT

This work presents an experience report carried out with elementary school students of a public school in Divinópolis, Minas Gerais, through the revitalization of gardens in the school environment, using sustainable techniques and useless materials with transversal and interdisciplinary actions. The project caused students to change their behavior through actions based on environmental education, making it possible to raise awareness and worship citizen and sustainable attitudes in students, with the evaluation of the results achieved through the empowerment and involvement of students during the elaboration phase, implementation and maintenance of the proposal.

KEYWORDS: School environment. Empowerment. Awareness. Environment.

²² Mestre em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental (IFMG).

²³ Professora de Apoio na E. E. "Professor Chico Dias".

²⁴ Doutor em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos (UFMG).

²⁵ Mestre em Psicologia (PUC Minas).

1 INTRODUÇÃO

A escola é certamente um ambiente transformador, o convívio em sociedade de qualquer ser humano, principiado no ambiente familiar, ganha novas dimensões e contextos quando se inicia a vida escolar. Novos relacionamentos, a pluralidade de ideias e a introdução das crianças no contexto comunitário, com o estabelecimento de relações institucionais e interpessoais, são decisivos para seu futuro e o papel que irá desenvolver na vida adulta junto à comunidade que estiver inserido (KLEIN; PÁTARO, 2007).

A pandemia do novo coronavírus, estabelecida durante o primeiro semestre de 2020, ceifou parte das relações que até antes da suspensão das aulas presenciais e a necessidade do distanciamento social, eram construídas no ambiente escolar. De acordo com Miranda et al. (2020), o novo contexto imposto pela pandemia, trouxe reflexos catastróficos à comunidade escolar, interferindo na aprendizagem, desejos, sonhos e perspectivas de muitos discentes, provocando um sentimento de adiamento dos planos no contexto educacional.

Ainda que a pandemia tenha provocando mudanças irreparáveis no ambiente escolar, a escola continua exercendo papel central no desenvolvimento sustentável, ideal e necessário a ser alcançado por todos os países, como ambiente que pode contribuir para a mudança de costumes (SANTOS; GARDOLINSKI, 2016). Ainda segundo as autoras “a educação ambiental nas escolas pode ser determinante para a amenização dos problemas que, há anos, vêm sendo causados ao meio ambiente pela ação humana” (SANTOS; GARDOLINSKI, 2016, p.2).

De acordo com Medeiros et al. (2011), a partir da educação ambiental o educando passa a ter uma nova visão sobre o meio ambiente, sendo um agente transformador em relação à conservação ambiental, sua abordagem no ambiente escolar contribui para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade.

A amplitude do termo sustentabilidade, permite sua abordagem de forma contextualizada, interdisciplinar e prática, estando diretamente vinculado a educação

ambiental, sendo apontadas por Massine (2010), como impossível pensar em um ambiente sustentável sem a educação ambiental como o instrumento essencial para viabilizar o desenvolvimento pleno, sadio e harmônico.

Neste contexto, o presente trabalho apresenta o relato de experiência desenvolvida antes da pandemia da COVID-19, com alunos do 7º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual "Professor Chico Dias" em Divinópolis/MG, com o objetivo de transformação do ambiente escolar com uso de técnicas sustentáveis e educação ambiental para revitalização de parte dos jardins da escola.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A partir do reconhecimento dos próprios alunos em relação a ausência de cuidado e carência de sentimento de responsabilidade para com os jardins no ambiente escolar, o presente trabalho buscou por meio da pesquisa-ação, instigar nos estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental, uma maior sensibilização e interação destes com a temática sociedade e meio ambiente, por meio da reflexão sobre a forma de conservação dos jardins da Escola Estadual "Professor Chico Dias" no bairro Danilo Passos II em Divinópolis, Minas Gerais, incentivando a observação e percepção da poluição visual provocada pela falta de manutenção dos mesmos.

Nascimento, Anjos e Vasconcelos (2018), apontam a pesquisa-ação como uma pesquisa participante que busca a intervenção para a solução de um problema. Dessa forma, no presente trabalho a solução para a falta de cuidado e responsabilização dos alunos com a manutenção dos jardins. Estas mesmas autoras ao citarem Lewin (1946), descrevem a pesquisa-ação como aquela que provoca uma ação social, que transcende o espaço dos livros.

Diante da percepção dos alunos sobre a falta de cuidado com os jardins no espaço escolar foi proposto a revitalização de parte destes com o uso de técnicas sustentáveis e de baixo custo. Paralelamente foi trabalho em sala de aula, a redação de textos descrevendo o estado de conservação dos jardins e como a atual situação poderia ser revertida, sem grandes investimentos. Ainda de forma transversal e interdisciplinar foi proposto o estudo do Poema "Leilão de Jardim" da autora Cecília Meireles, instigando a imaginação dos alunos para a perspectiva de resultado do

projeto, essa etapa foi crucial para a inclusão dos alunos com deficiência inseridos na turma, e avaliação do grau de envolvimento dos alunos de forma geral com a proposta inicial e posterior avaliação da mudança de comportamento após o término do projeto.

Os alunos foram incentivados a buscar técnicas de revitalização com baixo custo financeiro com o reaproveitamento de materiais inservíveis e que fossem passíveis de implantação em um curto espaço de tempo e de fácil manutenção, nesta etapa foi realizada a pesquisa em sites de busca como o Google, utilizando os termos de pesquisa "jardins sustentáveis" e "jardins ecológicos".

A proposta apresentada pelos alunos foi implantada durante as aulas presenciais de Ciências antes da pandemia da COVID-19, sendo entregue a comunidade escolar o resultado do projeto intitulado "Um jardim para chamar de nosso" no primeiro semestre letivo. A implantação do projeto contou com o apoio e patrocínio da empresa de decoração inglesa (Storm Flowers London) com a doação dos valores para aquisição de mudas, além de recursos e materiais doados pelas famílias dos alunos e da professora de apoio, em virtude da turma idealizadora da ação contar com alunos de educação inclusiva. Após a entrega da proposta, foi avaliada o nível de mudança de comportamento dos alunos da turma e da comunidade escolar de forma geral para com os cuidados com o ambiente escolar.

Cabe destacar que, na condução do trabalho e, conseqüentemente na coleta dos dados, foram observados os preceitos preconizados na realização de estudos científicos, em termos éticos e que envolvem os usos das imagens e as opiniões de seres humanos, conforme disponível na Plataforma Brasil (BRASIL, 2018). Os responsáveis pelos alunos foram informados sobre os objetivos do projeto e concordaram com a participação dos estudantes, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a fim de se resguardar os interesses do projeto e dos envolvidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os alunos ao reconhecerem a ausência de cuidados com o espaço escolar, provocada principalmente pela falta de recursos financeiros, definiram uma pequena área da escola (Figuras 1) que pudesse ser revitalizada sem grandes investimentos e

com o uso de materiais inservíveis principalmente pallets e garrafas pet, que possuem alto potencial poluidor e degradante.

Ao ser definida a área os alunos tiveram de elaborar o projeto de revitalização, incluindo as medições da área e elaboração de planilhas de custos caso estes houvessem, a proposta contemplou novamente a interdisciplinaridade, com uso de conhecimento matemáticos (Figuras 2).



Figura 1: (A e B) Área escolhida pelos alunos para ser revitalizada.



Figura 2: (A e B) Etapa de medição e elaboração do projeto, incluindo planilhas de custo.

Medeiros et al., (2011), ressalta que a educação ambiental deve ser trabalhada de forma interdisciplinar conforme preconizado pela Lei n. 9.795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental, ainda segundo os autores isso se deve ao fato de que o ambiente escolar é um dos primeiros passos para a conscientização dos futuros cidadãos para com o meio ambiente, essencial para o equilíbrio do planeta.

Após definição do projeto e elaboração das planilhas de custos, os alunos receberam diferentes atribuições, para a seleção dos materiais inservíveis, sua preparação e implantação (Figuras 3 e 4).



Figura 3: Preparação dos materiais e implantação do projeto.



Figura 4: Preparação dos materiais - pintura de garradas pet para jardim vertical.

A implantação do projeto contou com a etapa de preparação do local, busca e preparação dos materiais inservíveis para construção do jardim vertical com mudas de plantas ornamentais, aromáticas e medicinais, plantio de grama e manutenção, que consistiu no regamento e cuidados com o espaço ao longo de todo o ano letivo (Figuras 5 e 6).



Figura 5: Entrega do Projeto a comunidade escolar.



Figura 6: Detalhe A e B etapas de implantação do projeto, C e D resultado final do projeto.

A inserção da atividade prática, com a preparação dos materiais e implantação de todas as etapas do projeto, além da definição do nome "Um jardim para chamar de nosso", aguçou o sentimento de empoderamento dos alunos, com isso os resultados foram expressivamente positivos, com o total envolvimento de toda a turma e familiares que contribuíram com os custos da aquisição da grama e mudas, juntamente com outros patrocinadores.

Compreende-se que a retomada das atividades presenciais nas escolas públicas e privadas do país, virtude da amenização dos reflexos da pandemia da COVID-19, certamente terá um novo desafio, reconstruir as relações interpessoais e a convivência com as limitações impostas pelo vírus em atividades práticas.

A proatividade e protagonismo estudantil será outro desafio crucial na reconstrução das relações sociais no ambiente escolar. Tornar o aluno protagonista de todo o processo educativo sob o uso de metodologias ativas, é aspecto essencial para os novos modelos de educação exigidos pela sociedade moderna, o aluno então assume papel central no processo ensino-aprendizagem, (LOPES; RIBEIRO, 2018). Inegavelmente essa centralização dos estudantes no projeto foi essencial para garantir os resultados, que convergiu no envolvimento proativo, com a construção de um espaço escolar mais harmônico e sustentável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserir temas como educação ambiental e sustentabilidade no ambiente escolar em todos os níveis do ensino de forma ativa é fundamental para a construção de uma sociedade sustentável, com cidadãos conscientes e proativos. O projeto desenvolvido com os alunos demonstrou a capacidade de organização, sensibilização e empoderamento que ocorre com o cidadão em todas as etapas de sua vida.

Percebe-se que mesmo com a capacidade financeira e temporal reduzida, foi possível a implantação da proposta, incluindo sua ampliação com a execução de ações similares com outras turmas, o que comprova a capacidade sensibilizadora da escola na vida e formação do cidadão.

Por fim, é possível afirmar que projetos e atividades similares na retomada das atividades escolares presenciais, podem contribuir na construção dos vínculos afetivos, essenciais no processo de aprendizagem, como também colaborar com a construção de um novo olhar sobre o ambiente, sua valorização e relevância na existência da espécie humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Plataforma Brasil. Disponível em:

<http://portal2.saude.gov.br/sisnep/Menu_Principal.cfm>. Acesso em: 07 nov. 2020.

KLEIN, A. M. e PÁTARO, C. S. de O. A escola frente às novas demandas sociais: educação comunitária e formação para a cidadania. Revista Cordis, 2007. Disponível em:

<http://www4.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero1/artigos/1_escola_novas_demandas.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

LOPES, L. L. M. e RIBEIRO, V. S. O estudante como protagonista da aprendizagem em ambientes inovadores de ensino. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS. 2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/joao/Downloads/286-18-3747-1-10-20180522.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

MASSINE, M. C. L. Sustentabilidade e educação ambiental: considerações acerca da política nacional de educação ambiental – a conscientização ecológica em foco. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 19, 2010. Fortaleza: Conpedi, 2010. p. 2757 - 2769.

MEDEIROS, A. B. de; MENDONÇA, M. J. da S. L.; SOUSA, G. L. de e OLIVEIRA, I. P. de. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. Revista Faculdade Montes Belos, v. 4, n. 1, P. 1 - 17, 2011.

MIRANDA, K. K. C. de O.; LIMA, A. da S.; OLIVEIRA, V. C. M. de e TELLES, C. B. da S. Aulas remotas em tempo de pandemia: desafios e percepções de professores e alunos. In: Anais. Congresso Nacional de Educação, 2020. Maceio: Conedu, 2020.

NASCIMENTO, C. P.; ANJOS, M. B. dos e VASCONCELOS, S. M. R de. Pesquisa-ação e triangulação metodológica na investigação de percepções de um grupo de alunos da educação básica sobre o ambiente. Belo Horizonte: Revista Ensaio, v.20, p. 1- 26, 2018.

O ACESSO À JUSTIÇA DA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL

Rodrigo César da Silva²⁶
Karoliny de Cássia Faria²⁷

RESUMO

O presente artigo baseia-se em pesquisa teórica e bibliográfica, através de renomados doutrinadores. O acesso à justiça, direito constitucional fundamental, elencado no rol do art. 5º da CR/88, em seu inciso XXXV, é uma das mais significativas conquistas do homem, manancial do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, cujo fundamento básico é o de que todo e qualquer litígio instalado, interesse subjetivo violado, ou ameaçado de violação, pode e deve, à míngua de consenso social, ser objeto de discussão judicial, não podendo a lei excluir tal possibilidade da apreciação do Judiciário, por qualquer forma que seja.

PALAVRAS – CHAVE: Judiciário, Ondas Renovatórias, Justiça.

ABSTRACT

This article is based on theoretical and bibliographical research, through renowned scholars. Access to justice, a fundamental constitutional right, listed in the list of art. 5 of CR/88, in its item XXXV, is one of the most significant achievements of man, source of the principle of inescapability of jurisdictional control, whose basic foundation is that any litigation installed, subjective interest violated, or threatened with violation, can and should, in the absence of social consensus, be the object of judicial discussion, and the law cannot exclude such possibility from the Judiciary's appreciation, in any way whatsoever.

Key words: Judiciary, Renewal Waves, Justice.

1 INTRODUÇÃO

Quanto ao termo “lei”, deve-se entender todas as espécies normativas previstas no art. 59 da CR/88, conforme se depreende do escólio de Bulos, ao falar da inafastabilidade do Judiciário.

É de se ressaltar que não só a vedação direta, ou expressa, como também a limitação indireta, ou dissimulação proibitiva do acesso direto, configuram

²⁶ Professor do Curso de Direito da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

²⁷ Professora do Curso de Direito da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

enfraquecimento do texto constitucional que garante o acesso amplo e irrestrito à jurisdição, por meio de um novo modelo de processo, o constitucional democrático. Assim, a limitação do acesso ao Judiciário, nas denominadas ações coletivas, pela criação de “representantes adequados” excludentes dos interessados diretos, sob a falaciosa afirmação de facilitação de acesso à jurisdição, configura tanto quanto sua vedação, expediente limitador do alcance e projeção do direito fundamental de acesso à jurisdição, uma vez que a legitimação foi expressamente outorgada, mediante direito objetivamente previsto na CR/88, como pretende-se demonstrar no desenvolver do presente texto.

Com as notas supra, passa-se a cuidar do tema a partir do estudo das denominadas “ondas renovatórias de acesso à justiça”, sob a perspectiva de Cappelletti e Garth.

2 AS ONDAS RENOVATÓRIAS DE ACESSO À JUSTIÇA

A fim de demonstrar o surgimento da corrente de pensamento que deu azo ao que foi denominado de ondas de acesso à justiça, utilizar-se-á como marco teórico deste ponto a lição produzida por Cappelletti e Garth, pela qual três foram as ondas que permearam a cultura jurídica de inúmeros ordenamentos, inclusive o brasileiro. Essas ondas de acesso à justiça integram o debate acerca da melhor, mais célere e efetiva prestação em âmbito judicial.

Antes de iniciar a explanação, cumpre ressaltar que, para evitar uma discussão filosófica sobre o termo “justiça”, em razão de seu significado plurívoco e ideologizado, seu viés adotado será o do acesso à “jurisdição”, e não a toda, e qualquer, função do Estado.

Ainda cuidando da nomenclatura adotada, preleciona Câmara, que o direito consagrado no art. 5º, XXXV da CR/88 foi também outrora denominado “direito de acesso aos tribunais”, em alusão à Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, de 1950.

Assim, a primeira onda de acesso à jurisdição foi baseada na gratuidade judiciária, adotada há muito pelo ordenamento jurídico pátrio, conforme demonstra a lei 1060/50 que confere aos necessitados, hipossuficientes econômicos, condições de litigar na defesa de seus interesses sem que seja necessário o recolhimento de custas

processuais. Dessa feita, os comprovadamente pobres, no sentido jurídico do termo, podem defender seus interesses individuais pela via judicial sem ter de sacrificar a subsistência suas e de suas famílias. Com o advento da CR/88, no intuito de elevar a direito fundamental tal garantia, foi previsto no art. 5º, LXXIV (BRASIL, 1988), a assistência jurídica integral e gratuita aos hipossuficientes econômicos que assim se declararem e comprovarem, a fim de que não fosse limitada ou vedada por lei sua fruição.

Como forma de alçar a outro patamar a proteção dos interesses de indivíduos de classes, financeiramente desprivilegiadas, essa onda previu, outrossim, a criação de juizados de pequenas causas. Tal expediente foi também adotado pela CR/88, vindo posteriormente a ser consagrado pela lei 9.099/95 que instituiu o juizado especial na esfera estadual, e a lei 10.259/01, que o instituiu na esfera federal. Essas leis têm como objetivo processar e julgar causas de menor valor e complexidade, sendo pautadas pela celeridade processual e a gratuidade, além de dispensar, em alguns casos, a capacidade postulatória da parte, dispensando assim a presença de advogado, o que contribui para a diminuição dos custos financeiros da demanda.

Foi ainda com base nessa onda que foram criadas e instituídas as Defensorias Públicas, prevista pela CR/88 a nível estadual e federal.

Ao cuidar da facilitação ao acesso dos indivíduos economicamente desprivilegiados, acrescenta ainda CÂMARA (2013), que não é só a isenção de custas que os beneficia, o benefício tem maior alcance: “além de contar com a defesa técnica de seus interesses em juízo por pessoas e órgãos que prestem tais serviços gratuitamente, como a Defensoria Pública e os Escritórios de Prática Forense mantidos pelas Faculdades de Direito, entre outros”.

A segunda onda de acesso ao Judiciário veio com a discussão sobre os interesses difusos. Para Cappelletti e Garth (2002), diferentemente da primeira onda, esta reclamava atenção aos direitos coletivos em sentido amplo. Esses direitos padeciam de maior efetividade e “representação adequada”, uma vez que não possuía titulares individualizados. Assim, asseveram os autores:

A concepção tradicional do processo civil não deixava espaço para a proteção dos direitos difusos. O processo era visto apenas como um assunto entre duas partes, que se destinava à solução de uma controvérsia entre essas mesmas partes a respeito de seus próprios interesses individuais. Direitos que pertencessem a um grupo, ao público em geral ou a um segmento do

público não se enquadravam bem nesse esquema. As regras determinantes da legitimidade, as normas de procedimento e a atuação dos juízes não eram destinadas a facilitar as demandas por interesses difusos intentadas por particulares. (CAPPELLETTI, GARTH, 2002, p.49)

Os direitos elencados na segunda onda, quais sejam, os coletivos em sentido amplo, imprescindíveis ao acesso à jurisdição, foram incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro, tendo sido editadas algumas leis, tal como a Lei da Ação Civil Pública, lei 7.347/85, o Código de Defesa do Consumidor, lei 8.078/90, a Lei do Mandado de Segurança, lei 12.016/09, a Lei que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, lei 9.868/99, e a Lei que dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal, lei 9.882/99, entre outras, cuidando de regramentos quanto ao acesso à jurisdição para a tutela dos direitos coletivos em sentido amplo, sempre por meio dos ditos “representantes adequados”, ou “intérpretes especializados”, pois, como dito, tais direitos ressentiam-se da ausência de titulares definidos, sendo mesmo considerados direitos sem titulares.

A representação adequada encontra assento nas palavras de Cappelletti e Garth (2002), quando sugerem que as dificuldades inerentes à participação de todos os interessados difusos, tais como a citação e o direito de ser ouvido, acaba por impedir o bom andamento da marcha processual, assim como dificulta a atuação do juiz. Assim, os autores acabam concluindo que a legitimação de “representantes adequados” para agir é a solução mais benéfica aos interessados, aduzindo que, nesse caso, a decisão deve obrigar a todos os interessados, ainda que não tenham participado de sua formação.

Aqui já se pode perceber a semente e incorporação de um dissimulado direito de acesso à jurisdição que blinda e impossibilita a atuação dos interessados diretos e naturais na defesa de seus interesses.

Daí surge a terceira onda renovatória de acesso à jurisdição, fez nascer o propósito de reforma do Judiciário. Esta onda pode ser bem percebida com a reforma realizada a partir da emenda constitucional 45/04, que introduziu no texto constitucional a duração razoável do processo, como direito constitucional fundamental individual e coletivo. O texto não assusta. Preocupante é a interpretação

dada. A duração razoável, entendida como provimento jurisdicional o quanto antes, é que pode afetar a democracia na vertente da participação em contraditório. Nessa senda, assim se manifesta Gresta:

Sob o influxo dessa exigência de qualidade do serviço, a Emenda Constitucional nº45/2004 erigiu ao patamar constitucional a duração razoável do processo e a celeridade, garantias que, umbilicalmente conectadas à efetividade da tutela jurisdicional, viram-se gradativamente reduzidas a um senso comum de velocidade de prolação da decisão. Segundo esse discurso, ao consumidor do serviço Judiciário importa, acima de qualquer outro fator, que a resposta do Estado a sua postulação seja tão imediata quanto possível.

A nova roupagem veio sob a máxima da eficiência do Judiciário, tendo o provimento jurisdicional como objeto de estudo, pretendendo conferir ao consumidor do serviço jurisdicional uma prolação de decisão quase imediata. Essa, talvez, a mais perniciosa visão do acesso à jurisdição, quando se conclui pela legitimação de “representantes adequados” para agir em nome de todos os interessados difusos, sob o fundamento de que o maior número de participantes do processo, leia-se: interessados originais, pode torná-lo mais moroso.

A melhor decisão, nesse aspecto, não é a de melhor qualidade, mas a de maior velocidade. Produção é tudo. Essa nefasta conclusão levou o legislador a adotar o critério segundo o qual para uma “tutela de direitos de massas, um representante de massas e uma decisão de massas”. Sob o fundamento acima explicitado, já se manifestou Gresta, nos seguintes termos:

O que, porém, usualmente permanece velado é o custo democrático dessa aceleração. Afinal, se o que se quer é decidir rápido, o trabalho será facilitado quanto menos forem os participantes admitidos ao processo. Também há ganho de tempo se as peculiaridades dos casos concretos puderem ser descartadas em prol da aplicação de um entendimento jurídico previamente estipulado. “Para a comunidade de massa, respostas de massa” – talvez seja esse o slogan do processo na prevalente leitura da terceira onda.

Contudo, uma observação deve ser lançada no tangente à celeridade e efetividade do processo, constitucionalmente previstas: o processo deve ser efetivo e célere, sempre dentro de seu normal andamento. É dizer: o processo deve levar o tempo necessário à prolação do provimento final, sem que ocorram embaraços e atos desnecessários, sempre atento à lealdade processual, impeditiva da má-fé, mas

nunca permitindo a exclusão da participação democrática dos destinatários daquele mesmo provimento.

3 O ACESSO À JURISDIÇÃO COMO DIREITO HUMANO ADOTADO CONSTITUCIONALMENTE

O acesso à jurisdição, antes mesmo de ser um direito constitucional fundamental, apresenta-se como um direito humano, garantido, inclusive, pela Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), ratificado pelo ordenamento jurídico brasileiro em 1992, através do Decreto 678, que em seu art. 8º, 1, prevê que a todos deve ser oportunizada a plena defesa de interesse jurídico, além da já citada Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, de 1950, que, igualmente, prevê o “direito de acesso aos tribunais”, que apontam nitidamente no sentido da formação participada do mérito processual, como forma de garantir a máxima legitimidade do provimento final.

Os textos do Tratado e da Convenção supracitados guardam grande riqueza de garantias aos jurisdicionados, dentre elas a de acesso à jurisdição, o que importa afirmar que tal direito objetivamente previsto é também um direito humano, além de constitucional fundamental, individual e coletivo. Não se deve olvidar desta realidade: é um direito constitucional fundamental coletivo, que somente pode ser relativizado em face de outro de mesmo *status*, tendo em vista que prepondera que mesmo os direitos constitucionais fundamentais não são absolutos.

Como direito individual e coletivo, possui diversas facetas, todas direcionadas a instalação de uma ordem jurídica justa e adequada ao sistema democrático.

O termo “acesso à justiça” é bem mais amplo e ideologizado que a possibilidade de buscar decisões judiciais, junto ao Órgão Jurisdicional. De fato, a ideia que mais se liga ao tema é esta, mas não a única. Nesse sentido se manifesta Almeida:

Essa visão de acesso à justiça não representa apenas o acesso ao Judiciário, mas o acesso a todo meio legítimo de proteção e efetivação do Direito, tais como o Ministério Público, a Arbitragem, a Defensoria Pública, etc. Mesmo em juízo, o direito de acesso à justiça não é só o direito de ingresso ou o direito à observância dos princípios constitucionais do processo, mas também o direito Constitucional fundamental de obtenção de um resultado adequado

da prestação jurisdicional (art. 5º, XXXV, da CF). A decisão que se projeta para fora, atingindo as pessoas como resultado da prestação jurisdicional, tem que ser constitucionalmente adequada. (ALMEIDA, 2008, p.283)

Assim, o que se espera em um Estado de Direito, e ainda mais, Estado Democrático de Direito, como é o brasileiro, é que o acesso amplo e irrestrito à jurisdição deve ser atendido também de forma irrestrita, dando ampla possibilidade, a todos e a cada um dos interessados, de buscar a melhor solução para seus interesses.

Como direito humano que é, o acesso à jurisdição vem acompanhado da amplitude e alcance que lhe é ínsito. Ou seja, é um direito da própria personalidade da pessoa humana, não patrimonial, imprescritível e irrenunciável, portanto. Firme na lição de Cappelletti e Garth (2002), os direitos humanos nada seriam senão mera pretensão utópica das pessoas e grupamentos destas, não fosse o direito, de igual *status*, de acesso à justiça, apto a garantir os demais direitos outrora proclamados. Pensar em direito sem acesso à jurisdição é fugir aos próprios preceitos democráticos, uma vez que a democracia se funda na ideia de participação de todos. Nessa esteira, os autores supracitados manifestaram-se nos seguintes termos: “O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos” CAPPELLETTI, GARTH (2002, p.12). Contudo, uma distinção deve ser feita: o direito fundamental de acesso à justiça, previsto no art. 5º, XXXV da CR/88, com o direito de petição não se confunde, sendo aquele verdadeiro direito público objetivo, enquanto este um direito de participação política, previsto no art. 5º, XXXIV, “a”, da CR/88, que prescinde qualquer demonstração de interesse processual ou lesão a direito. O que interessa ao presente texto é o primeiro.

O direito constitucional fundamental de acesso à jurisdição decorre da vedação de afastamento da apreciação do Judiciário quanto à lesão ou ameaça de lesão a direito, pela via legal. Assim, a proteção deve ser tanto preventiva quanto repressiva, sendo, nos dois casos, irrestrita.

A exclusão de tal restrição deve-se a comando haurido da própria CR/88, na forma de direito fundamental. E como dito acima esse direito foi, inclusive, ratificado em forma de convenção internacional, qual seja, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica, integrado pelo ordenamento

jurídico brasileiro por meio do decreto 678/92, por ser considerado, acima de tudo, um direito humano.

Observação inescapável quanto ao alcance do direito constitucional fundamental de acesso à jurisdição é a de que este não se subsume tão somente à questão material, mas, e principalmente, à sua função na processualística moderna. Qualquer limitação legal ao acesso à jurisdição não se coaduna com o modelo processual constitucional, uma vez que toda forma de interpretação dos direitos e garantias constitucionais fundamentais somente podem conduzi-los à ampliação e concretização.

Nos dizeres de Almeida:

O enfoque sobre o acesso à justiça como movimento de pensamento constitui atualmente o ponto central de transformação do próprio pensamento jurídico, o qual ficou por muito tempo atrelado a um positivismo neutralizante, que só serviu para distanciar o Estado de seu mister, a democracia do seu verdadeiro sentido e a justiça da realidade social. (ALMEIDA, 2008, p.283)

Ainda nesse contexto, o acesso à jurisdição deve ser visto como o meio democrático e vetor do alcance prático de todos os demais direitos, na linha do processo jurisdicional. Sob esse viés, a colocação de Garth e Cappelletti:

O “acesso” não é apenas um direito social fundamental, crescentemente reconhecido; ele é, também, necessariamente, o ponto central da moderna processualística. Seu estudo pressupõe um alargamento e aprofundamento dos objetos e métodos da moderna ciência jurídica. (CAPPELLETTI, GARTH, 2002, p.13)

E como direito social, o acesso à jurisdição somente pode movimentar-se no sentido prospectivo de sua concretização. Sua interpretação deve conduzi-lo sempre avante, nunca retroagindo.

4 O LEGISLADOR INFRACONSTITUCIONAL E A LIMITAÇÃO DO ACESSO À JURISDIÇÃO

Prosperando nessa senda, a proteção conferida pela CR/88 aos direitos e garantias fundamentais nela elencados, bem como os decorrentes do regime e

princípios por ela adotados, conforme dispõe o § 2º, do art. 5º, têm aplicação plena e imediata, nos moldes do § 1º do mesmo artigo.

Cediço que dentre os direitos e garantias fundamentais existem aqueles cujo conteúdo depende de implementação do legislador infraconstitucional, havendo outros que têm a eficácia plena, como a que desponta do direito de acesso à jurisdição. O próprio constituinte originário cuidou de excepcionar o caso em que antes de ingressar no Judiciário pleiteando reparação de algum direito lesado ou ameaçado de lesão deve-se esgotar as vias administrativas, como no caso do artigo 217, § 1º, da CR/88.

Assim, tem-se que, com base no modelo de processo trazido pela CR/88, ao legislador infraconstitucional não é crível criar limites ao alcance destas normas, como no caso do acesso à jurisdição. O que o legislador infraconstitucional pode é nada mais que criar mecanismos para garantir a fruição de tais direitos, de forma individual e/ou coletiva participada, para garantir a legitimidade das decisões proferidas neste último caso.

O texto da CR/88 é claro, dispensando maiores debates sobre seu alcance e profundidade, mas ainda assim, calha colacionar trecho de elucidativo texto de Câmara:

Sob essa ótica, ressalte-se, o destinatário da norma contida no mencionado inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal é o legislador, o qual fica impedido de elaborar normas jurídicas que impeçam (ou restrinjam em demasia) o acesso aos órgãos do Judiciário. Embora essa não seja a única interpretação possível para o dispositivo, trata-se, sem dúvida, de importante exegese, com reflexos consideráveis na aplicação do princípio aqui estudado. Assim é que deve ser tida por inconstitucional qualquer norma jurídica que impeça aquele que se considera titular de uma posição jurídica de vantagem, e que sinta tal posição lesada ou ameaçada, de pleitear junto aos órgãos judiciais a proteção de que se sinta merecedor. (CÂMARA, 2013, p.53)

Apesar da clareza do texto, quando se trata de acesso à jurisdição, qualquer limitação a esse acesso, mostra-se ilegítima e demasiada, além de retrocessiva, com a devida vênua à opinião do autor.

Nesse passo, o legislador infraconstitucional somente poderá regulamentar direitos e garantias fundamentais para facilitar e proporcionar seu acesso. Não acontece diferente no que se refere ao direito de acesso à jurisdição. Assim como os

demais, este direito fundamental não pode ser tolhido, mas somente ampliado após o advento da CR/88. Nas palavras de Mendes e Branco:

A liberdade do legislador na escolha do conteúdo concretizador das normas constitucionais será tanto maior quanto menor for a densidade dos preceitos constitucionais envolvidos. Isso nos conduz a outro ponto importante para a compreensão das características das normas constitucionais: a questão da abertura dessas normas à complementação e concretização legislativa. É traço que se repete nas normas constitucionais modernas serem elas abertas à mediação do legislador, apresentando uma regulamentação deliberadamente lacunosa, a fim de ensejar liberdade para a composição de forças políticas no momento da sua concretização. Com isso, também, viabiliza-se a adequação das normas às novas necessidades de cada tempo. De fato, a Constituição não é um código, nem pretende tudo resolver nas suas disposições, como se fosse um sistema cerrado e bastante em si. (MENDES, BRANCO, 2012, p.156,2/4431)

Dessa forma, e atendendo à noção de densidade das normas constitucionais, é de clareza solar o comando emanado da norma contida no artigo 5º, XXXV, da CR/88, que veda expressa e peremptoriamente a exclusão da apreciação do Judiciário, lesão ou ameaça de lesão a direito, a quaisquer condicionantes, inclusive as condições da ação, e em especial a que cuida da legitimação *ad causam*. Tal comando é tão denso que furta ao legislador extraordinário regulamentação restritiva.

Ainda nessa linha de ideias, os autores supracitados ao tratarem da aplicabilidade imediata das normas constitucionais, lembrando que os direitos e garantias não são somente individuais, mas também coletivos, assim prelecionam:

Além da Lei Fundamental alemã (art. 1º, n. 3), outras constituições, que também se seguiram a períodos históricos de menoscabo dos direitos fundamentais, adotaram, expressamente, o princípio da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais. [...]

A Constituição brasileira de 1988 filiou-se a essa tendência, conforme se lê no § 1º do art. 5º do Texto, em que se diz que “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”. O texto se refere aos direitos fundamentais em geral, não se restringindo apenas aos direitos individuais.

O significado essencial dessa cláusula é ressaltar que as normas que definem direitos fundamentais são normas de caráter preceptivo, e não meramente programático. Explicita-se, além disso, que os direitos fundamentais se fundam na Constituição, e não na lei — com o que se deixa claro que é a lei que deve mover-se no âmbito dos direitos fundamentais, não o contrário. Os direitos fundamentais não são meramente normas matrizes de outras normas, mas são também, e, sobretudo, normas diretamente reguladoras de relações jurídicas.

Os juízes podem e devem aplicar diretamente as normas constitucionais para resolver os casos sob a sua apreciação. Não é necessário que o legislador

venha, antes, repetir ou esclarecer os termos da norma constitucional para que ela seja aplicada. O art. 5º, § 1º, da CF autoriza que os operadores do direito, mesmo à falta de comando legislativo, venham a concretizar os direitos fundamentais pela via interpretativa. Os juízes, mais do que isso, podem dar aplicação aos direitos fundamentais mesmo contra a lei, se ela não se conformar ao sentido constitucional daqueles. (Ibidem, p. 431)

Assim, o direito objetivo previsto na CR/88 ordena e coordena a elaboração das leis que a ela devem obediência. Estas leis, ditas infraconstitucionais devem, assim, mover-se na direção ordenada e não na dos interesses dos detentores das competências distribuídas pelo poder, atuando como instrumento político de contenção da atuação do indivíduo na defesa de seus interesses, seja na esfera individual, seja na coletiva, em face desse mesmo “poder”, o que vai de encontro à ordem exarada pela CR/88 estabelecadora da democracia.

E ao tratar diretamente do tema relativo ao acesso ao Judiciário, prosseguem os autores aludindo que: “A garantia do acesso ao Judiciário (art. 5º, XXXV) não prescinde de que a lei venha a dispor sobre o direito processual que viabilize a atuação do Estado na solução de conflitos”.

Assim, o direito processual está predisposto a regular a forma de atuação estatal no afã de solucionar conflitos, mas nunca de excluir de sua apreciação lesão ou ameaça de lesão a direito.

Clara está a amplitude, a densidade e o alcance do direito de acesso à jurisdição que não pode sofrer limitações legais, divorciadas das previsões constitucionais que cuidam do processo, a fim de tolher a participação de todos interessados quando assim desejarem participar da construção do objeto e defesa de seus interesses. Ademais, a função do direito de acesso à jurisdição é exatamente a de garantir e implementar todos os demais direitos.

Discorrendo ainda sobre o tema aqui abordado, Costa assim aduz:

O acesso ao Judiciário deve ser visto como um Direito Fundamental de participação efetiva no debate jurídico construído em bases processuais em que os sujeitos juridicamente interessados sintam-se como coautores do provimento. Nesse íterim, sabe-se que a compreensão do acesso à justiça como um Direito Fundamental é o fundamento teórico para viabilizar a cidadania como pilar da participação dos interessados no processo. É necessário esclarecer inicialmente que o acesso ao Judiciário, conforme previsão expressa do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição brasileira de 1988 (princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional), consiste no direito das partes juridicamente interessadas participarem de forma direta da construção do mérito da demanda. O acesso ao Judiciário no Estado

Democrático de Direito materializa-se pela implementação do debate da pretensão, pelas partes, no espaço processual, e por poder construir efetivamente o mérito. (COSTA, 2012, p.76)

Tudo corrobora o entendimento de que o acesso à jurisdição é o princípio que conduz à concretização de todos os demais direitos e garantias constitucionais fundamentais, como é mesmo de se esperar.

5 O ACESSO À JURISDIÇÃO NOS PROCESSOS COLETIVOS

Falar sobre o acesso ao Judiciário partindo de uma visão individual, além de não ser o objeto deste, ensejaria maiores elucubrações técnicas e teóricas, o que não compõe o objeto do presente trabalho. O que aqui assume relevância é a discussão quando se tem em vista a defesa dos direitos coletivos, assim entendidos em sentido lato, ou seja, difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos.

A criação e imposição de limites ao acesso à jurisdição e sua concretização, ofende flagrantemente o modelo democrático de processo constitucional, sob os auspícios de um modelo “célere” de alcance dos interesses metaindividuais.

A legitimação extraordinária para agir na defesa dos direitos coletivos em sentido lato vulnera a democracia instituída pela CR/88, uma vez que exclui do direito de acesso ao Judiciário os verdadeiros interessados e destinatários do provimento final, para em seus lugares atuarem os “legitimados adequados”, escolhidos pelo legislador infraconstitucional, como tal.

Novamente as palavras de Cappelletti e Garth (2002) assumem posição de destaque, no que tange à organização para proteção de tais direitos, só que agora em sentido oposto ao que conduz à legitimação aberta, conforme se depreende do texto abaixo transcrito:

Outra barreira se relaciona precisamente com a questão da reunião. As várias partes interessadas, mesmo quando lhe seja possível organizar-se e demandar, podem estar dispersas, carecer da necessária informação ou simplesmente ser incapazes de combinar uma estratégia comum. (CAPPELLETTI E GARTH, 2002, p.27)

A questão que se coloca é relativa à ideia de que o processo conduzido com a participação dos interessados diretos e, principalmente no caso dos difusos, pode dificultar a prestação jurisdicional, atravancando-o e tumultuando-o. Razão não

assiste a esse pensamento, pois em uma sociedade heterogênea, o conflito deduzido em juízo é o meio mais apto a conduzir ao consenso. Em um processo de natureza coletiva, haverá interesses convergentes, parcialmente divergentes e totalmente divergentes, que ao fim devem ser compatibilizados, por meio da discussão dos temas correlatos ao objeto, na formação do mérito da questão, ocorrendo a atribuição de procedência, ou não, dentro da perspectiva de cada interessado, parte na demanda, a fim de garantir sua participação democrática. O processo, assim, é “lugar” sim de discussão, debates, conflitos e consensos.

Assim, as discussões se intensificam no que diz respeito ao acesso à jurisdição quando o tema em debate é um direito que atende a um número plural de interessados, sendo que a lei impõe uma legitimação fechada para a causa ou, melhor dizendo, legitimação extraordinária para agir. São os denominados substitutos processuais, nas palavras de Campos Junior.

Na lição de Maciel Júnior, o direito de acesso à jurisdição passa necessariamente pela leitura constitucional, uma vez que não se pode mais fazer justiça pelas próprias mãos, salvo raras exceções. A invocação pelo Estado da obrigação de garantir de forma legítima a recomposição de lesões, bem como a prevenção de ameaças de lesões a direito, por meio da jurisdição, fez decorrer o seu amplo acesso como veículo de solução de litígios, e defesa de interesses através de previsão constitucional.

Ocorre, porém, que ao prever tal direito, o constituinte originário não deixou margem a restrições deste. A imposição de condições para acesso à jurisdição esbarra no princípio da irreversibilidade das conquistas dos direitos fundamentais. Nesse sentido preleciona Maciel Júnior:

Quando o texto constitucional diz que a lei não excluirá da apreciação do poder Judiciário “lesão” ou “ameaça a direito”, surge naturalmente a indagação se a norma infraconstitucional poderia criar condições para o exercício da ação ou pressupostos processuais.

A garantia constitucional parece ter evoluído no sentido de superar o formalismo e as contradições do sistema dualista do direito subjetivo e da relação jurídica processual.

Tanto no tema da ação quanto no processo, a opção do legislador foi a de garantir o acesso a um pronunciamento judicial sobre o mérito.

Portanto, o estabelecimento de condicionantes para a ação nesses sistemas estaria superado. A ação é meio e não fim. Sendo meio não poderia ser obstáculo ao fim, que é a apreciação dos interesses em conflito, onde se

afirmam lesões ou ameaças a direito. A lei processual, diante do imperativo constitucional, não poderia estabelecer condicionantes à ação.
(MACIEL, 2006, p. 163-164)

A indicação do autor é no sentido de que a condição para que a ação seja intentada judicialmente é somente a prevista no texto constitucional: a alegação e prova de que um direito objetivo que acolhe o interesse da parte foi lesado ou está sendo ameaçado de lesão, nada mais. Assim, a legitimação extraordinária, como estabelecida em lei, para agir na tutela de direitos coletivos em sentido amplo, fere o texto constitucional atravancando-o, uma vez que impõe uma condição ao acesso à jurisdição, não previsto objetivamente na CR/88.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a garantia de acesso à jurisdição representa a forma democrática de decisões previstas na CR/88. Sua limitação configura retrocesso, legitimado pela forma: o processo legislativo, que não sana seu vício, mas dá roupagem direcionada a instituir a crença de legalidade e presunção de validade da lei, concebida em clara afronta ao princípio da irreversibilidade das conquistas sociais e do modelo democrático de processo instituído pela CR/88.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gregório Assagra de. Direito material coletivo: superação da *summadvivisio* clássica direito público e direito privado por uma nova *summadvivisio* constitucionalizada. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

ALMEIDA, Gregório Assagra de. Codificação do Direito Processual coletivo Brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

ANTEPROJETO de Código Brasileiro de Processos Coletivos. Disponível em: <www.direitouterj.org.br/2005/download/outros/cbpc.doc>. Acesso em: 17 fev. 2015.

BERIZONE, Roberto O. Efectivo Acceso a la Justicia. La Plata: Libreria Editora Platense S.R.L., 1987.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 17 fev. 2015.

BRASIL. Decreto nº 678, de 06 de novembro de 1992. promulga a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-678-6-novembro-1992-449028-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional. 8. ed. [S.I.]: Saraiva, 2014.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CAMPOS JUNIOR, Ephraim de. Substituição Processual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Garth. Acesso à Justiça. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988. Reimpresso 2002.

COSTA, Fabrício Veiga. Mérito Processual: a formação participada nas ações coletivas. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

GRESTA, Roberta Maia. Ações Coletivas: entre o estrangulamento da conflituosidade e a legitimidade democrática. Disponível em: <http://www.academia.edu/4041246/A%C3%A7%C3%B5es_coletivas_entre_o_estrangulamento_da_conflituosidade_e_a_legitimidade_democr%C3%A1tica>. Acesso em: 28 jan. 2015.

MACIEL JÚNIOR, Vicente de Paula. Teoria das Ações Coletivas: as ações coletivas como ações temáticas. Belo Horizonte: LTR, 2006.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 7. ed. [S.I.]: Saraiva, 2012.

O PROCESSO DE EXPORTAÇÃO: UM ESTUDO NAS INDÚSTRIAS DO POLO CALÇADISTA DE NOVA SERRANA

Ana Caroline Rocha²⁸
Ciro Antônio Pereira Lemos²⁹
Marcelo Agenor Espíndola³⁰
Vanessa Camila Oliveira³¹

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar a percepção dos empresários de Nova Serrana frente ao processo de exportação e suas repercussões. Tratou-se de uma pesquisa descritiva com uma abordagem quantitativa e qualitativa. Os dados que possibilitaram as análises foram obtidos através de questionários respondidos pelos empresários das indústrias de calçados de Nova Serrana com utilização de meio eletrônico. Foi possível analisar os principais pontos desse processo e também as visões dos empresários, evidenciando as dificuldades da exportação, os receios quanto à aplicação do processo e os resultados alcançados. O estudo mostrou que boa parte dos empresários, que atuam no mercado internacional, encontra alguma dificuldade, mas consegue atingir boa lucratividade. Dentre os motivos apontados pelas empresas que ainda não praticam o processo de exportação, destacam-se a falta de estrutura e de conhecimento. Diante disso, é notória a necessidade de conhecimento sobre o mercado exterior e sobre como realizar o processo de exportação, tanto para empresas que já exportam, quanto para empresas que pretendem explorar esse nicho.

PALAVRAS-CHAVE: Exportação. Processo de exportação. Indústria Calçadista.

ABSTRACT

This research sought to analyze the perception of entrepreneurs in Nova Serrana regarding the export process and its repercussions. It was a descriptive research with a quantitative and qualitative approach. The data that made the analyzes possible were obtained through questionnaires answered by the entrepreneurs of the footwear industries in Nova Serrana using electronic means. It was possible to analyze the main points of this process and also the views of the entrepreneurs, highlighting the difficulties of exporting, the fears regarding the application of the process and the results achieved. The study showed that a good part of the entrepreneurs, who work in the international market, face some difficulty, but manage to achieve good profitability. Among the reasons mentioned by companies that do not yet practice the export process, the lack of structure and knowledge stand out. Therefore, the need for knowledge about the foreign market and how to carry out the export process is notorious, both for companies that already export and for companies that intend to explore this niche.

Keywords: Export. Export Process. Footwear Industry.

²⁸ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Nova Serrana - FANS

²⁹ Mestre em Administração. Professor da FANS - Faculdade de Nova Serrana e da UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais

³⁰ Mestre em Administração. Professor da FANS - Faculdade de Nova Serrana

³¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Nova Serrana - FANS

1 INTRODUÇÃO

O processo de exportação constitui-se em uma alternativa de relevância para as indústrias nacionais, que trabalham com produtos de qualidade reconhecida. Para Segalis, França e Atsumi (2012), um país pode buscar crescimento econômico por meio da comercialização de bens e serviços nos mercados internacionais. Os autores ainda sustentam que para que esses objetivos sejam alcançados, as empresas nacionais devem desenvolver estratégias que possibilitem o fornecimento do produto adequado, no local certo, no momento exato, de acordo com a necessidade do comprador e com um preço justo.

A exportação abrange diversos aspectos diante do cenário atual da economia nacional e internacional. O processo, envolvendo o setor calçadista, já é bastante intenso e frequente no Brasil, e vem numa dimensão ascendente nos últimos anos. As indústrias de calçados da cidade de Nova Serrana também participam desse movimento, exportando uma quantidade significativa de sua produção.

O processo de exportação acontece quando determinada empresa decide vender seus produtos para outro país, fazendo com que tenha reconhecimento internacional, ampliando sua rede comercial junto a clientes externos e revitalizando o posicionamento de mercado, dentre diversos outros benefícios. Os empresários ainda veem esse processo como complicado, que trará mais custos que benefícios para a empresa. Essa visão, porém, em boa parte, pode estar equivocada.

Esta pesquisa justifica-se pela busca de compreender os motivos que obstam ou dificultam o processo de exportação, bem como busca desmistificar visões negativas. É, portanto, relevante para a sociedade empresarial local, visto que a referida temática ainda é objeto de dúvidas e incertezas.

Para a academia, este trabalho agrega conhecimentos relacionados ao processo de exportação nas indústrias da cidade de Nova Serrana, além de disponibilizar conhecimento acadêmico aos alunos dos cursos de administração, futuros gestores e que, possivelmente, vão atuar no polo calçadista local.

O processo de exportação está amparado por um conjunto de normas que visam regular o comércio entre nações e envolvem aspectos como: política cambial, impostos cobrados, despacho aduaneiro, entre outros. Destaca-se, ainda, que

existem diferenças entre as normas dos países parceiros, o que pode trazer dificuldades e muitas incertezas nas operações.

Diante disso, surge a seguinte pergunta orientadora deste trabalho: quais as possíveis dificuldades encontradas pelos empresários calçadistas de Nova Serrana para exportarem seus produtos? Para atingir o objetivo geral do trabalho, em consonância com a pergunta de pesquisa, citam-se os objetivos específicos como: apresentar a sustentação teórica associada ao processo de exportação, Identificar e analisar as maiores dificuldades encontradas pelos empresários no processo e demonstrar como a exportação pode aumentar a participação de mercado e a lucratividade das empresas calçadistas locais. De acordo com Castro (2011), apesar de existirem dificuldades na atuação no mercado externo, existem fatores que visam permitir a abertura de novas fronteiras internacionais e também a expansão e a consolidação de mercados já conquistados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está estruturado em informações sobre exportação e suas normas, benefícios e obstáculos. O ponto principal é o agrupamento de informações sobre a dificuldade das empresas em realizar o processo e apontar os possíveis resultados.

2.1 O Capitalismo Industrial

O capitalismo industrial, para Barcelos (2010), tem passado por mudanças ao longo da história, nas quais a diminuição da produtividade, a queda do consumo social e desenvolvimento do trabalho vêm reestruturando-se. Essa afirmação ainda é pontuada por Keil (2007), que destaca que a sociedade ocidental, ao longo de sua história, passou por transformações importantes que trouxeram várias definições de diferentes modos de produção. Essas mudanças macroeconômicas estão interligadas a dois fatores da economia do mundo: reestruturação produtiva e globalização. Contudo, com os diversos aspectos da economia, as empresas encontraram formas diferenciadas de enfrentar os impactos desse novo ambiente corporativo, sendo pertinentes os reflexos da reestruturação capitalista no sistema produtivo e verificando as particularidades de cada local em relação ao âmbito global.

Ainda no pensamento de Barcelos (2010), na década de 1980, as primeiras economias que sofreram pelo colapso, em via de desenvolvimento, foram as economias capitalistas. Logo depois, na década posterior, o socialismo real sofreu um declive e o próprio “centro” também apresentou queda.

Keil (2007) aponta, no que tange ao período posterior (pós-industrial), a exigência de grandes investimentos em tecnologia e também em competência, ou seja, capacitação de mão de obra neste campo, assim, como investimentos em bens e serviços considerados relevantes quanto ao seu valor agregado. O autor conclui que os países que não desenvolverem investimentos nessas determinadas áreas, não serão capazes de gerar postos de trabalho com boa qualidade e também com remuneração julgada condizente.

2.2 O Processo de Exportação

Os negócios envolvendo o comércio exterior podem influenciar diretamente a economia do país, na posição, no reconhecimento de mercado e, ainda, na evolução dos processos industriais dentro de cada empresa.

A exportação, segundo Guidolin, Costa e Rocha (2010), tem papel fundamental para o reconhecimento das indústrias que praticam esse processo dentro do seu campo de atuação. Ao longo das últimas décadas, foi observado o deslocamento das indústrias para diferentes lugares do mundo, o que fez com que fossem gerados diversos empregos e fontes de renda em países que estavam se desenvolvendo. Com relação ao comércio de sapatos, que é foco deste estudo, os autores afirmam ainda que:

O Brasil consolidou-se como importante fornecedor de calçados para o mercado mundial na década de 1970, quando o produto adquiriu relevância na pauta de exportações nacional. O modelo de exportação brasileiro tinha como base calçados de baixo custo, comercializados por meio de intermediários internacionais (*traders*), que delegavam às fábricas brasileiras responsabilidade de produzir segundo especificações baseadas em modelos desenvolvidos no exterior. (GUIDOLIN, COSTA E ROCHA, 2010, p.164).

Com isso, nota-se que uma empresa investe nesse processo gerando diversos benefícios. Os resultados positivos são percebidos, não só para os empresários como também para o país. Com a ampliação dos negócios haverá geração de novos

empregos, geração de rendas e tributos que devem retornar em melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo.

Todavia, existem desafios a serem enfrentados quando o profissional decide iniciar, em sua empresa, o processo de exportação. Esses desafios somente serão vencidos a partir do momento que os empregados designados para desenvolver essa operação, tiverem conhecimento de como realizá-las de forma adequada (SEGALIS, FRANÇA e ATSUMI, 2012).

O mercado interno brasileiro, segundo Guidolin, Costa e Rocha (2010), é um dos maiores para o setor calçadista, porém, com a concorrência e forte atuação das grandes organizações internacionais, está cada vez mais vulnerável às condições do mercado externo. Com isso, a diminuição da população nas indústrias de calçados está associada à perda de mercado externo, principalmente, nas empresas que possuem um menor valor agregado e que sofrem com a concorrência dos produtos asiáticos (especialmente os chineses).

Diante das evidentes dificuldades de concorrer no mercado internacional (e mesmo no mercado doméstico) em produtos de menor valor agregado, o Brasil passou a dedicar esforços para mudar sua inserção internacional, com foco na exportação de produtos de maior valor agregado. A competitividade da indústria de calçados, dessa forma, deve se estabelecer nos planos nacional e internacional, dado que a estratégia de inserção do país na cadeia global de valor pode definir a sustentabilidade da indústria. (GUIDOLIN, COSTA E ROCHA, 2010, p.169).

Porém, cabe observar que o mercado externo possui diversas variáveis que podem interferir nos resultados de cada empresa, ou seja, o empresário que opta por explorar o comércio exterior deve estar ciente de que é um constante aprendizado, sendo necessário um rígido acompanhamento das principais variáveis que podem influenciar em seus resultados, em suas vendas e em seus processos no geral.

2.3 Carga Tributária na Exportação

Quando se trata de exportação, um fator importante é a observação quanto ao posicionamento dos produtos, ou seja, se os mesmos estão inseridos no mercado exterior em condições de competir em preço. Por isso, a carga tributária da exportação pode interferir nessa competitividade entre produtos de vários países, fazendo com que produtos de mesma qualidade, fiquem mais onerosos pelos tributos cobrados.

Segundo Barat (2007), a capacidade das empresas em manter uma frota cargueira é dificultada pelo desequilíbrio entre as tarifas de exportação e importação. O desequilíbrio também é encontrado no baixo valor agregado de produtos e mercadorias exportadas pelo método aéreo do Brasil.

A carga tributária brasileira para as operações internacionais difere de acordo com a operação, para cada uma delas existem os tributos que devem ser cobrados. Para Segalis, França e Atsumi (2012), o tratamento tributário para operações de comércio exterior é diferente em função de ser uma operação de exportação ou importação.

Na exportação, o IE (Imposto de Exportação) é cobrado por uma alíquota de acordo com o valor dos produtos, mas, o governo poderá modificá-la dependendo dos objetivos e da política cambial. O IE tem como fato gerador a saída de produtos nacionais ou nacionalizados do território brasileiro. (SEGALIS; FRANÇA; ATSUMI, 2012).

Sendo assim, os tributos gerados pela operação de exportação são calculados em favor do fato gerador, observando em qual situação se enquadra e, também, em qual política cambial dos países ele será determinado. Levando em conta os tipos de produtos que serão exportados e os países de destino, o percentual varia entre isenção até um teto de 150%.

2.4 Incentivos Fiscais na exportação

Os incentivos fiscais foram definidos pela Constituição Federal de 1988, na qual se estabelece a possibilidade de reduzir ou eliminar o pagamento de alguns tributos perante aplicação de lei, fazendo com que os produtos apresentem um custo mais baixo (BRASIL, 1988).

Para Bittar (2019), a Constituição de 1988 definiu a isenção de impostos e taxas sobre a exportação fazendo com que produtos e serviços deixassem de carregar tributos na formação de seu preço. Incentivos fiscais são políticas econômicas que reduzem ou eliminam a obrigação de pagamento de tributos, resultante de legislação específica.

Os incentivos fiscais na exportação permitem aumentar a competitividade da empresa nacional. Os principais incentivos fiscais na exportação foram definidos pela Constituição Federal de 1988. (BITTAR, 2019, p.104).

Para cada tributo existe uma legislação que trata de sua aplicação, forma de recolhimento, possibilidade de isenção ou redução. No Brasil, para os tributos que envolvem os produtos destinados ao exterior, ou seja, que participam do processo de exportação, existem diversos benefícios e incentivos fiscais, os quais contribuem para incentivar a realização desse processo, auxiliando os empresários que atuam no mercado internacional.

Os principais incentivos fiscais, como esclarece Bittar (2019), são aqueles aplicados para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ou seja, que não sofrem incidência em produtos exportados. O ICMS não incide sobre produtos industrializados, produtos semielaborados, produtos primários e ou de serviço que serão exportados. E são excluídas as receitas vindas dos seguintes tributos: COFINS, PIS, PASEP e CIDE. Existe também o IOF, que tem alíquota zero vinculada à exportação de produtos e serviços em operações de câmbio.

O governo criou, além dessa legislação de 1988, um programa de financiamento para incentivar as exportações brasileiras e aumentar essas transações para aquecer a economia do país.

Segundo Segalis, França e Atsumi (2012), o programa de financiamento foi criado pelo governo federal para financiar as exportações brasileiras de bens e serviços e também para possibilitar a obtenção de uma linha de crédito para o exportador brasileiro ou importador estrangeiro. Somente o Banco do Brasil pode operacionalizar o PROEX (Programa de Financiamentos às Exportações).

Esse programa de financiamento, criado para oferecer linha de crédito, também é considerado muito importante para o processo de exportação, de acordo com Bittar (2019). O apoio financeiro que é concedido através da oferta de linha de crédito para apoiar a produção e comercialização no cenário exterior pode ser considerado um grande incentivo para as empresas que têm capacidade de exportação. Tais organizações, muitas vezes, não dispõem de recursos para realizar esse tipo de processo e atingir, desse modo, um posicionamento de mercado em nível mundial.

Seguindo o pensamento de Segalis, França e Atsumi (2012), dentre as diversas modalidades de apoio que existem para as empresas que pretendem operar no processo de exportação, destacam-se duas modalidades, sendo elas: o PROEX em modalidade financiamento e PROEX na modalidade equalização.

No primeiro, o financiamento é direto na fase de pós-embarque e ou comercialização com recursos do Tesouro Nacional; na modalidade equalização, o benefício ocorre quando o financiamento é realizado pelas instituições financeiras. Neste caso, o PROEX assume parte dos encargos, reduzindo os custos e tornando-os equivalentes aos do mercado internacional.

Reduzir a burocracia facilita e traz agilidade ao processo de exportação. Essas ações ajudam a competitividade e os empresários podem traçar estratégias para distribuição, alinhamento de produtos diferenciados no mercado estrangeiro e também a impulsionar o processo, gerando crescimento de longo prazo e posicionamento de mercado para a empresa exportadora.

Para Pinheiro, Markwald e Pereira (2002), entre os anos 60 e 90, a política de comércio exterior brasileira pautava-se em incentivos e subsídios às exportações dos produtos manufaturados centrados na formação de preços. Isso proporcionou uma grande contribuição às empresas que buscavam iniciar seu processo de exportação e ampliar o negócio.

Essa prática também, segundo os autores, contribuiu para a aceitação das exportações de produtos considerados padronizados pelo mercado internacional, ou seja, produtos que possuíam certa automação nos seus processos de produção. Em controvérsia, a prática foi pouco capaz de contribuir para antecipar, por exemplo, o que se pode chamar de reconciliação entre a padronização e os processos de diversificação, que estavam localizados nas pequenas e médias empresas.

O resultado de tudo isso foi que as exportações de manufaturados mantiveram-se nos produtos tradicionais de forma concentrada e também para poucos grandes mercados e, ainda, fabricados por algumas empresas que utilizavam tecnologia de conhecimento universal.

2.5 Exportação nas Pequenas e Médias Empresas

Para Pinheiro, Markwald e Pereira (2002), as pequenas e médias empresas têm papel relativamente pouco expressivo na transformação e no incremento das exportações brasileiras. Isso se dá em razão de que, em sua maioria, fabricam produtos em escalas reduzidas de produção. Tal fenômeno induz uma concentração de esforços nas vendas destinadas ao mercado doméstico, visando pouco o comércio exterior e as oportunidades que o mesmo pode trazer para o crescimento e desenvolvimento da empresa.

Ainda conforme os autores, o canal de comercialização externa tem envolvimento com certos conflitos e uma complexidade singular, sendo esses resumidos à teoria de que todos os segmentos buscam, constantemente, extrair um lucro acima da média na atividade comercial. Essa afirmação é apresentada pelas pequenas e médias empresas que buscam atuar na área do comércio exterior.

Em contrapartida ao desejo do lucro, surgem diversas preocupações quando a empresa opta por iniciar seus processos de exportação. A regulamentação para que se possa implementar o processo de venda para o exterior e todos os seus reflexos, interferem diretamente nos possíveis resultados financeiros. Citam-se, por exemplo: o transporte da mercadoria exportada, a tributação, o sistema bancário, as estratégias de marketing, a tecnologia e a logística de modo geral.

As pequenas e médias empresas exportadoras, de acordo com Pinheiro, Markwald e Pereira (2002), não possuem recursos necessários para utilizar das vantagens do processo de exportação e para investir nos elementos que são base para a sua realização.

2.6 Impacto das Exportações no Crescimento das Empresas Industriais

De acordo com Segalis, França e Atsumi (2012), nos dias atuais, restam duas opções aos profissionais, sendo eles de qualquer nível. A primeira opção é reclamar que o mundo não é mais o mesmo. A segunda opção é renovar o conhecimento e orientar-se quanto às regras do jogo do comércio exterior. Para os profissionais que optam pela segunda opção, a partir da decisão, cabe a eles traçar estratégias que

permitam a antecipação das tendências e tragam preparo para que a empresa esteja apta a aproveitar todas as oportunidades que forem surgindo.

Para a empresa que pratica o processo de exportação, é necessário a definição das estratégias para aproveitar a oportunidade de comercializar seus produtos para vários países. Dessa maneira, cabe ao empresário estar renovando seu conhecimento e suas estratégias, para que, assim, esteja informado de todos os acontecimentos internacionais que podem influenciar em suas vendas e impactar em sua empresa.

De acordo com Morini (2008), as exportações contribuem com as empresas e ajudam na saúde financeira do país, permitindo a redução de taxas de juros em longo prazo, o que faz com que o país cresça, estimule a geração de empregos e aumente significativamente a renda.

Dentre as diversas consequências positivas que surgem a partir da efetivação das exportações, o autor destaca ainda a estimulação dos empresários, que surge a partir dos resultados obtidos pelo processo. Isso traz a possibilidade de desenvolverem produtos diferenciados e em maior escala, alavancando, assim, maior retorno dos capitais investidos e beneficiando a economia do país.

Na visão de Pinheiro, Markwald e Pereira (2002), é preciso alcançar resultado positivo atuando na área do comércio exterior, aplicando processos que resultem no crescimento das exportações e não buscando processos que reduzirão as importações.

2.7 Principais óbices ao processo de exportação

Dentre os obstáculos internos do processo de exportação para os não exportadores, Carneiro, Bianchi e Gomes (2016) destacam determinados elementos que estão sob certo controle das empresas, que vão desde a baixa prioridade dada à exportação, chegando até a própria inexperiência, observada no comportamento dos gestores com o processo de internacionalização.

Para os autores, ao se confrontar e comparar alguns dos obstáculos, a insuficiência de produtos no estoque é o menor dos obstáculos. A insuficiência de recursos financeiros também é considerada relevante. Porém, o obstáculo interno

principal, dentre os citados anteriormente, é a falta de conhecimento e experiência dos gestores da empresa.

Já quando a análise é feita para os exportadores habituais, o fator principal que dificulta o processo de exportação para a empresa é a falta de recursos financeiros. Outra barreira que também merece destaque como preocupação dos exportadores habituais, é a baixa prioridade dada ao mercado exterior.

Para as empresas exportadoras que realizam esse processo de forma habitual, os obstáculos da falta de apoio governamental e também da falta de estímulo às exportações por parte do governo, permanecem em destaque, porém ganha importância a instabilidade da taxa de câmbio. Segundo Mattei e Scaramuzzi (2016), este último fator é tratado como um problema de curto prazo, pela teoria econômica, a ser discutida na macroeconomia aberta, e as barreiras legais e regulatórias no mercado de exportação.

De acordo com Westwood (2013), o tamanho da empresa não é um obstáculo, as empresas pequenas podem, sim, expandir seus negócios através da exportação, da mesma forma como as grandes empresas aplicam o processo. Em contrapartida, para Ruiz (2019), a realidade é outra. Para ele, as MPEs enfrentam muitas dificuldades para exportar, sendo os desafios diferentes e maiores que aqueles enfrentados pelas grandes empresas.

Com isso, entende-se que o processo de exportação é considerado um grande passo para qualquer empresa e, de acordo com Westwood (2013), existem muitas razões para exportar. Entre elas, aumentar a dimensão do mercado, aumentar a clientela, o crescimento das vendas pode tornar alguns produtos mais viáveis, aumentar o tempo de vida de alguns produtos, entre outras.

Outro fator importante na exportação refere-se aos custos para se utilizar desse processo e, conforme Westwood (2013), se a sua empresa não possui funcionários para que a operação de exportação seja realizada, será necessária a contratação de mais colaboradores para cumprirem essa função. Entretanto, se não houver funcionários qualificados e experientes na área, será necessário, também, fazer a capacitação, gerando, dessa forma, custos adicionais para a realização do processo de exportação.

Essa capacitação de funcionários é considerada um investimento que deve ser levado em conta no momento do planejamento do processo, para que seja possível

alcançar os objetivos esperados com as vendas e resultar em uma margem de lucro favorável retirada de cada produto.

3 METODOLOGIA

A proposta deste trabalho teve como base sustentatória teórica evidenciar todas nuances envolvendo o processo de exportação das empresas, evidenciando sobretudo as dificuldades e limites associadas a esse processo. Para tanto utilizou-se de recursos metodológicos, por meio de uma pesquisa predominantemente quantitativa. Este modelo, procura quantificar os dados e aplicar de alguma forma análise estatística, conforme sustentado por Honorato (2004).

Quanto aos fins a pesquisa foi realizada de forma descritiva. Para Rampazzo (2002), a pesquisa descritiva registra, observa, analisa e, assim, correlaciona os fatos e ou fenômenos sem manipulá-los e sem a interferência do pesquisador. Este tipo de pesquisa estuda os fatos e fenômenos do mundo físico e do mundo humano.

Como instrumento de coleta de dados aplicou-se 02 questionários estruturados. O primeiro foi direcionado a 39 empresários da cidade de Nova Serrana-MG, que produzem calçados e exportam ao menos uma parte; e outro dirigido a 43 empresários que produzem calçados, mas que ainda não exportam. Com a pesquisa e aplicação dos questionários, foi possível realizar um levantamento de dados necessários para evidenciar como é realizado o processo do comércio exterior e como é a percepção dos empresários em relação a ele, dentro da realidade de cada empresa. Ressalta-se que a dimensão da amostra foi definida de acordo com o cálculo amostral.

Como técnica de análise de dados utilizou-se a estatística descritiva conforme sustentado por Babbie (2003). Na proposta da análise dos dados quantitativos contemplou-se a frequência e o percentual dos dados simples das avaliações, a partir das respostas dos envolvidos.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

De acordo com o SINDINOVA (Sindicato Intermunicipal das indústrias de calçados de Nova Serrana), o número de empresas cadastradas no sindicato é de, aproximadamente, 400 (quatrocentas). Dessas 400 empresas (quatrocentas) associadas ao sindicato, 150 (cento e cinquenta) delas já fizeram, pelo menos uma

vez, o processo de exportação, mas somente 5% (cinco por cento) delas praticam o processo com mais frequência.

4.1 Questionário apresentado aos exportadores

O questionário elaborado para exportadores foi respondido por 39 empresas de Nova Serrana, sendo 100% delas atuantes no ramo calçadista. Das 39 empresas pesquisadas, 15% atuam há mais de 10 anos no mercado, 31% atuam entre 5 a 10 anos e 54% atuam, há, no máximo, 5 anos no mercado calçadista.

Além do tempo de mercado, perguntou-se aos empresários qual foi o maior obstáculo que eles enfrentaram quando implantaram o processo de exportação em suas empresas. Resultou que 59% das empresas afirmaram ter sofrido com a falta de conhecimento sobre o processo de exportação, 26% com a falta de estrutura para realizar o processo, 9% com o receio quanto à carga tributária, 6% com a falta de recursos financeiros. Com os dados obtidos, nota-se que o maior obstáculo enfrentado pelos empresários do ramo calçadista que praticam o processo de exportação em Nova Serrana, foi a falta de conhecimento sobre esse processo.

Outro ponto pesquisado teve como objetivo conhecer o principal obstáculo para a realização do processo de exportação, após sua implantação. Resultou que 80% dos pesquisados responderam que foi a mão de obra qualificada para realizar o processo, 13% responderam que foi a carga tributária, 5% apontaram que foram os recursos financeiros e 2% afirmaram que foram os conhecimentos necessários para a realização dos processos. Isso mostra que grande parte dos empresários não encontrou mão de obra qualificada para realizar o processo, sendo este, portanto, o principal obstáculo declarado.

Perguntados sobre a intenção dos empresários em realizarem maiores investimentos para expandirem suas empresas através do processo de exportação, 90% dos empresários responderam que, sim, têm muito interesse em expandirem através da exportação; 10%, não, estão satisfeitos com o investimento já realizado, e nenhum daqueles que já praticam o processo de exportação têm intenção de diminuir o fluxo de exportações.

Também foi pesquisado se os empresários fizeram alguma avaliação dos resultados que o processo de exportação trouxe para sua empresa. Foi possível observar que 46% deles fizeram a avaliação dos resultados e estão dentro do que

esperavam, 41% tiveram suas expectativas superadas, 8% não fizeram avaliação exclusivamente das exportações e 5% fizeram, mas não ficaram satisfeitos com os resultados.

No mesmo sentido da pergunta anterior, questionou-se sobre qual o principal benefício que as empresas que realizam o processo de exportação obtiveram por meio das vendas para o exterior. Dos respondentes, 36% afirmaram que o principal benefício foi o reconhecimento no mercado, 38% que foi o aumento significativo de lucro e 26% que foi a credibilidade da empresa na visão dos clientes e fornecedores.

4.2 Questionário apresentado aos não exportadores

A pesquisa foi respondida por 43 empresas de Nova Serrana, atuantes no ramo calçadista. Do total, 35% atuam há mais de 10 anos, 42% entre 5 a 10 anos e 23% estão no mercado há menos de 5 anos.

Inicialmente perguntou-se qual o principal motivo para que não praticassem a exportação. As respostas ficaram divididas entre os seguintes percentuais: 49% delas afirmaram que não realizam o processo de exportação pela falta de estrutura, 26% delas, pela falta de conhecimento, 19%, pela falta de recursos financeiros, 2%, pela carga tributária, 2%, por ter produto regionalizado e 2%, por falta de disponibilidade para dedicação a esse mercado.

Perguntados se possuem a intenção de realizar investimentos em suas empresas, que possam viabilizar possível atuação no mercado externo, 91% responderam que sim, têm muito interesse e, tão somente 9%, afirmaram que não. Percebe-se que grande parte das empresas pesquisadas, pretendem realizar investimentos e dar início, em algum momento, ao processo de exportações de seus produtos.

A pesquisa também teve o objetivo de analisar se os empresários, não exportadores, acreditam que a exportação poderia trazer resultados positivos para suas empresas. 58% deles afirmaram que sim, acreditam que a exportação traria resultados positivos em certos pontos. 37% afirmaram que sim, haveria um resultado muito positivo para a empresa e 5% afirmaram que não, imaginam que o processo de exportação não traria resultados positivos para a empresa.

Outro ponto pesquisado foi sobre a satisfação dos empresários com a sua participação no mercado nacional e se os mesmos acreditam que já é o bastante para

sua empresa. Entre eles, 65% afirmam que, em certos pontos, estão satisfeitos. 19% deles, afirmam que não estão satisfeitos e gostariam de investir ainda mais em sua empresas e 16% deles, afirmam que sim, estão satisfeitos. Portanto, o nível de satisfação dos pesquisados que não atuam no mercado exterior, mostra que a maior parte dos empresários que responderam ao questionário está apenas parcialmente satisfeita atuando apenas no mercado doméstico.

Dando sequência aos questionamentos feitos aos empresários que ainda não exportam, indagou-se qual seria, em suas visões, o principal obstáculo desse processo. As respostas ficaram divididas em: 55% acreditam que o principal obstáculo sejam os recursos financeiros, 21%, a carga tributária, 19%, a mão de obra qualificada para realizar o processo, 2,5%, a razão da empresa ser optante pelo Simples Nacional, e 2,5%, a disponibilidade para aprofundar no processo. Nota-se que o principal obstáculo está ligado a questões financeiras e não operacionais.

Por fim, também foi pesquisado qual o principal benefício que o processo de exportação poderia trazer para a empresa caso fosse implementado. Para 67% deles, o principal benefício seria o aumento significativo de lucro, 26% deles afirmam que seria o reconhecimento no mercado e 7% deles, que seria a credibilidade da empresa na visão de clientes e fornecedores. Assim, para a maioria dos empresários pesquisados, o processo de exportação poderia trazer um aumento significativo na lucratividade da sua empresa.

Quando se compara as respostas oferecidas pelos dois diferentes grupos, destacam-se pontos convergentes como a falta de conhecimento sobre o processo e falta de estrutura, além das questões financeiras. Resgatando o que afirma Fontes (2020), exportar é, sim, uma atividade fácil e viável, desde que o processo esteja assistido por profissionais qualificados. O processo de exportação precisa ser acompanhado por profissionais que entendem do assunto e que estejam qualificados, sendo assim, ter uma equipe qualificada na estrutura da empresa pode facilitar o processo para atuar no mercado estrangeiro, o que está próximo da realidade de Nova Serrana, comparando com as respostas dos pesquisados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, foi possível tomar contato com outras informações sobre o mercado calçadista de Nova Serrana, notadamente com relação ao comércio

que ultrapassa os limites de nossas fronteiras: as exportações. Isso se torna relevante, uma vez que, tradicionalmente, os calçados produzidos pelas indústrias locais são largamente conhecidos e comercializados no âmbito doméstico.

Os objetivos específicos estabelecidos no início do estudo foram parcialmente alcançados. De fato, foi possível apresentar uma sustentação teórica associada ao processo de exportação, e foi possível identificar as maiores dificuldades encontradas pelos empresários em relação ao processo de exportação. Foi também atingido o objetivo específico que era o de mostrar que a possibilidade de negócios com o exterior pode aumentar a participação no mercado e melhorar a lucratividade das empresas calçadistas locais.

Entretanto, não foi possível encontrar estatísticas atuais da exportação do setor calçadista por empresas brasileiras e, mais especificamente, pelo polo de Nova Serrana. O objetivo geral do trabalho, por consequência, também não foi atingido totalmente, o que sugere continuidade da pesquisa em novos trabalhos.

O problema ou objeto da pesquisa foi descrito no início e representado pela seguinte questão: “Quais as possíveis dificuldades encontradas pelos empresários calçadistas de Nova Serrana para exportarem seus produtos?”. A análise dos dados obtidos demonstra que a maioria deles encontra dificuldades na falta de conhecimento e na estrutura para realizar o processo de exportação. Os resultados evidenciam ainda que existem dificuldades para realizar o processo. Porém, ficou claro que o negócio é lucrativo, além de proporcionar o reconhecimento da empresa no mercado internacional e nacional.

Como recomendação para estudos futuros sugere-se reaplicar a pesquisa em outras localidades do ramo calçadista, possibilitando, assim, a comparação dos resultados obtidos com os da presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

BABBIE, Earl. Métodos de pesquisas de survey. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

BARAT, Jose. Logística e transporte no processo de globalização: oportunidades para o Brasil. São Paulo: Editora Unesp. 2007. 219 p.

BARCELOS, Willian Carlos Ferreira. Entre o global e o local: A indústria calçadista de Nova Serrana. 1. Ed. Clube de autores. São Paulo: 2010. 119 p.

BITTAR, Alexandre. Redes Logística e Logística Internacional. São Paulo: Editora Senac. 2019. 293 p.

BRASIL. (Constituição Federal 1988). Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 23 jun. 2020.

CARNEIRO, Jorge; BIANCHI, Constanza; GOMES, Renata Maria. Exportação Brasileiras: Benefícios e Obstáculos na Percepção das Empresas. TAC, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, art. 2, pp. 22-38, Jan./Jun. 2016. Disponível em:
<http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_1683.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CASTRO, José Augusto de. Exportação: aspectos práticos e operacionais. São Paulo: Edições Aduaneiras LTDA. 2011. 371p.

FONTES, Kleber. Exportação descomplicada: O seu produto além das fronteiras brasileiras. São Paulo: Editora Labrador. 2020. 240p.

GUERRA, Isabel Carvalho. Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso. Portugal: Editora Princípia. 2006. 212 p.

GUIDOLIN, Silvia Maria; COSTA, Ana Cristina Rodrigues da; ROCHA, Érico Rial Pinto da. Indústria calçadista e estratégias de fortalecimento da competitividade. 31. Ed. BNDES Setorial. Rio de Janeiro: 2010. 184 p.

HONORATO, Gilson. Conhecendo o Marketing. Barueri- SP: Manole. 2004.

KEIL, Ivete. Do Capitalismo Industrial ao Pós-Industrial: Reflexões sobre trabalho e educação. Volume 11, número 1. Revista Educação Unisinos. Abril 2007. 21 p.

LIMA, Valdevez Marina do Rosário; RAMOS, Maurivan Guntzel; PAULA, Marlúbia Corrêa de. Métodos de análise em pesquisa qualitativa: Releitura Atuais. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2019. 23 p.

MATTEI, Lauro; SCARAMUZZI, Thaís. A taxa de câmbio como instrumento do desenvolvimento econômico. Revista de Economia Política, [S. 1.],v. 36, n. 4 (145), pp. 726-747, Out./Dez. 2016. Disponível em:
<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/21825/S0101-31572016000400726.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

MORINI, Cristiano. Negócios Internacionais. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2008. 84 p.

PINHEIRO, Armando Castelar; MARKWALD, Ricardo A; PEREIRA, Lia Valls. O desafio das exportações. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2002. 702 p.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia Científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 4 ed. São Paulo: Loyola. 2002. 141 p.

RUIZ, Fernando. Exportações Brasileiras: Fatores explicativos da participação das micros e pequenas empresas. São Paulo: Editora Senac. 2019. 152 p.

SEGALIS, Gabriel; FRANÇA, Ronaldo de; ATSUMI, Shirley Yurica Kanamori. Fundamentos de exportação e importação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV: 2012. 162 p.

WESTWOOD, John. Iniciação à Exportação. São Paulo: Editora Actual. 2013. 190 p.

O PÓS-PANDEMIA E ENSINO SUPERIOR “OS DESAFIOS E APRENDIZADOS”

Helder Mendonça Duarte³²

RESUMO

No período pós-pandemia, o ensino superior enfrenta uma série de desafios e apresenta oportunidades de aprendizado significativas. A pandemia de COVID-19 teve um impacto profundo nas instituições de ensino superior, exigindo adaptação rápida e mudanças na forma como o ensino é realizado. Os desafios incluem a transição para modelos de aprendizagem híbrida, que combinam elementos presenciais e remotos, a necessidade de investir em infraestrutura tecnológica e conectividade para garantir uma experiência de aprendizado eficaz, o suporte adequado aos estudantes em termos de saúde mental, bem-estar emocional e apoio financeiro, a promoção do engajamento e interação entre estudantes e professores em ambientes presenciais e virtuais e a atualização curricular para atender às necessidades do mercado de trabalho pós-pandemia. Por outro lado, a pandemia também trouxe aprendizados importantes para o ensino superior. A flexibilidade e a capacidade de adaptação foram ressaltadas, pois as instituições precisaram se ajustar rapidamente às novas circunstâncias. A utilização efetiva da tecnologia tornou-se essencial, com a necessidade de explorar ferramentas digitais e plataformas de ensino online. Os alunos também desenvolveram habilidades de aprendizagem autônoma e autorregulação, assumindo maior responsabilidade por seu processo educacional. Além disso, a colaboração e o engajamento virtual se tornaram ainda mais relevantes, com a criação de espaços online para discussões e trabalhos em grupo. No pós-pandemia, é fundamental aplicar esses aprendizados para fortalecer o ensino superior. Isso inclui encontrar um equilíbrio entre os formatos de ensino presencial e remoto, investir em infraestrutura tecnológica e capacitação docente, priorizar o bem-estar dos estudantes e oferecer suporte abrangente, incentivar o engajamento ativo dos alunos e a colaboração entre pares e, finalmente, adaptar os currículos para refletir as mudanças nas necessidades do mercado de trabalho e da sociedade em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Pós pandemia; Desafios; aprendizado; Ensino Superior.

ABSTRACT

In the post-pandemic period, higher education has faced a number of challenges and presents opportunities for meaningful learning. The COVID-19 pandemic has had a profound impact on institutions of higher education, rapid tolerant adaptation and changes in the way teaching is carried out.

Challenges include transitioning to blended learning models, which combine face-to-face and remote elements, the need to invest in technology infrastructure and connectivity to ensure an effective learning experience, adequate support for students in terms of mental health, emotional well-being and financial support, promoting engagement and interaction between students and professors in face-to-face and virtual environments, and updating curricula to meet the needs of the post-pandemic job market. On the other hand, the pandemic also brought important lessons to higher education. Flexibility and adaptability were highlighted, as

³² Mestre em Administração, Professor e Diretor da FANS, A FACULDADE DE NOVA SERRANA

institutions needed to quickly adjust to new circumstances. The effective use of technology has become essential, with the need to explore digital tools and online teaching platforms. Students also developed autonomous learning and self-regulation skills, taking greater responsibility for their educational process. In addition, collaboration and virtual engagement have become even more relevant, with the creation of online spaces for group discussions and work. In the post-pandemic period, it is essential to apply these lessons to strengthen higher education. This includes striking a balance between face-to-face and remote learning formats, investing in technology infrastructure and faculty training, prioritizing student well-being and providing comprehensive support, encouraging active student engagement and peer collaboration, and adapting curricula to reflect changing needs in the labor market and society at large.

Keywords: Post pandemic; Challenges; apprenticeship; University education.

1 INTRODUÇÃO

O pós-pandemia na educação superior tem sido um tema amplamente discutido e analisado, uma vez que a pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo nas instituições de ensino superior em todo o mundo e, no Brasil, não foi diferente. A Pandemia trouxe uma série de desafios e dificuldades para o setor educacional e uma das intercorrências apontadas logo no início foi a interrupção do ensino presencial: O fechamento de escolas e universidades como medida de contenção de controle do vírus interrompeu o ensino presencial em muitos países. Isso resultou na perda de tempo de aprendizagem e na necessidade de adaptação rápida aos métodos de ensino online.

Barreto e Rocha (2020) afirmam que, a partir de março de 2020, o surto global de SARS-CoV-2 (também denominada Covid-19/Corona vírus disease 2019) foi declarado como uma pandemia. De acordo com o Portal Coronavírus do Ministério da Saúde (2023), já são 37.671.420 casos e 703.964 mortes no Brasil com base na atualização de 28/06/2023.

Em 01 de abril de 2020, foi publicada a Medida Provisória 934, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da Educação Básica decorrentes das medidas de enfretamento da Covid-19. De acordo com o artigo 1º:

O estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso I do caput e no § 1º do art. 24 e no inciso II do caput o art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino (BRASIL, 2020).

Senhoras (2020) relata que, durante a difusão internacional do surto da pandemia de COVID-19, os países afetados implementaram gradativamente no espaço intranacional diferentes estratégias de isolamento social que impactaram no fechamento de unidades escolares (creches, escolas, colégios, faculdades e universidades), demandando formas alternativas à continuidade dos processos de ensino-aprendizagem.

Com a pandemia decretada, passou-se então à identificação de alternativas para ministrar aulas, que até então eram presenciais. E foi na tecnologia que a solução imediata ou podemos chamar de paliativa apareceu com as plataformas digitais de reunião virtual de grandes PLAYERS do mercado como o MEET e ZOOM, estabelecendo-se as aulas online.

No pós-pandemia, é provável que a educação *online* continue sendo uma parte integrante do sistema educacional, oferecendo mais flexibilidade para os alunos e abrindo oportunidades de aprendizado além das restrições geográficas.

2 OS DESAFIOS DO PÓS-PANDEMIA E ENSINO SUPERIOR

Os desafios do pós-pandemia para o ensino superior são numerosos e complexos. A pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo nas instituições de ensino em todo o mundo, e esses impactos se estendem para o período posterior à pandemia. Algumas das contendas mais relevantes citam-se a seguir.

Aprendizagem híbrida: Durante a pandemia, muitas instituições de ensino superior tiveram que adotar a aprendizagem remota para garantir a continuidade das atividades acadêmicas. No pós-pandemia, um desafio será encontrar o equilíbrio entre as modalidades de aprendizagem presencial e remota, desenvolvendo abordagens híbridas eficazes que combinem o melhor dos dois mundos.

Sobre o Ensino remoto: Percebe-se que, com a emergência da pandemia, escolas precisaram se organizar para migrar para essa modalidade com o uso das tecnologias digitais. Essa migração gerou uma transposição de práticas e metodologias do ensino presencial para as plataformas virtuais de aprendizagem, o chamado ensino remoto. Segundo Moreira e Schlemmer (2020, p. 9), no ensino remoto,

[...] o ensino presencial físico (mesmos cursos, currículo, metodologias e práticas pedagógicas) é transposto para os meios digitais, em rede. O processo é centrado no conteúdo, que é ministrado pelo mesmo professor da aula presencial física. Embora haja um distanciamento geográfico, privilegia-se o compartilhamento de um mesmo tempo, ou seja, a aula ocorre num tempo síncrono, seguindo princípios do ensino presencial. A comunicação é predominantemente bidirecional, do tipo um para muitos, no qual o professor protagoniza videoaula ou realiza uma aula expositiva por meio de sistemas de web conferência. Dessa forma, a presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula geográfica são substituídas por uma presença digital numa sala de aula digital. No ensino remoto ou aula remota o foco está nas informações e nas formas de transmissão dessas informações. (SCHLEMMER, 2020, p.9)

Nesse sentido, o ensino remoto transferiu o que já se fazia na sala de aula presencial e, em muitos casos, aflorou uma perspectiva de educação instrucionista, conteudista.

Sobre a Educação a distância: Desde a definição da EaD como modalidade de ensino pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394\96), passando pelas metas do Plano Nacional de Educação, até a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB,) em 2006, são várias as ações normativas de execução que vão Incorporando a EaD ao contexto educacional brasileiro.

A educação *online* é uma abordagem didático-pedagógica (SANTOS, 2009; PIMENTEL, 2020) .Segundo Santos (2009), a educação *online* é um fenômeno da cibercultura e não uma evolução da EaD e traz, em potência, o exercício da autoria, o favorecimento da autonomia, da comunicação colaborativa em rede, da interatividade, do diálogo, conforme princípios que a fundamenta.

Figura I — Princípios da Educação online



Fonte: Pixientel e Carvalho (2020).

Infraestrutura tecnológica: A transição para o ensino remoto destacou a importância de uma infraestrutura tecnológica sólida. As instituições precisarão

investir em recursos de TI e conectividade para melhorar a experiência de aprendizagem online e garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais.

Suporte aos estudantes: Muitos estudantes enfrentaram desafios emocionais e financeiros durante a pandemia. No pós-pandemia, as instituições de ensino superior precisam intensificar seus esforços para oferecer suporte abrangente aos alunos, incluindo serviços de aconselhamento, auxílio financeiro e apoio à saúde mental.

Engajamento e interação: O ensino remoto pode levar a uma diminuição do engajamento e da interação entre estudantes e professores. No pós-pandemia, será necessário desenvolver estratégias criativas para promover a participação dos alunos, a colaboração e a interação em ambientes presenciais e virtuais.

Atualização curricular: A pandemia acelerou mudanças significativas em várias indústrias e campos profissionais. No pós-pandemia, será importante revisar e atualizar os currículos dos cursos de ensino superior para garantir que estejam alinhados com as necessidades do mercado de trabalho pós-pandemia e preparar os alunos para os desafios futuros.

Pesquisa e inovação: A pandemia trouxe à tona a importância da pesquisa científica e da inovação. No pós-pandemia, será crucial promover a pesquisa interdisciplinar e investir em projetos que abordem os desafios globais, como saúde, mudanças climáticas e desigualdades sociais.

Financiamento: A crise econômica resultante da pandemia pode afetar os recursos financeiros disponíveis para as instituições de ensino superior. Garantir financiamento adequado será essencial para lidar com os desafios do pós-pandemia, investir em tecnologia, infraestrutura e suporte estudantil.

2 OS APRENDIZADOS DO PÓS-PANDEMIA E ENSINO SUPEIROR

O período pós-pandemia traz consigo importantes aprendizados para o ensino superior. A crise global causada pela pandemia de COVID-19 exigiu que as instituições de ensino se adaptassem rapidamente e enfrentassem desafios sem precedentes. Alguns dos principais aprendizados incluem:

Flexibilidade e adaptação: A pandemia mostrou a necessidade de flexibilidade e adaptação no ensino superior. As instituições foram forçadas a migrar para o ensino

remoto em um curto espaço de tempo, o que destacou a importância de desenvolver habilidades e estratégias para se adaptar a circunstâncias em constante mudança.

Uso efetivo da tecnologia: A pandemia acelerou a adoção e o uso de tecnologias educacionais. As instituições de ensino superior tiveram que aprender a utilizar ferramentas digitais, plataformas de aprendizagem *online* e recursos tecnológicos para apoiar o ensino e a comunicação com os alunos. Esse aprendizado permitiu explorar novas possibilidades e modelos de ensino que podem continuar a ser aproveitados no pós-pandemia.

Aprendizagem autônoma e autorregulação: A educação remota e o ensino à distância exigiram dos alunos maior autonomia e autorregulação no processo de aprendizagem. Os estudantes tiveram que se adaptar a novos ambientes de estudo, gerenciar seu tempo de forma mais eficiente e buscar recursos independentemente. Essa experiência pode resultar em uma maior ênfase no desenvolvimento dessas habilidades no ensino superior pós-pandemia.

Colaboração e engajamento virtual: Durante a pandemia, muitas instituições promoveram a colaboração e o engajamento virtual entre alunos e professores. Através de plataformas online, foram criados espaços para discussões, trabalhos em grupo e interações acadêmicas. Essa experiência ressaltou a importância de explorar formas inovadoras de colaboração virtual e engajamento no ensino superior.

Resiliência e habilidades socioemocionais: A pandemia trouxe desafios emocionais e de saúde mental para os estudantes e a comunidade acadêmica como um todo. A importância da resiliência, do cuidado com o bem-estar e do apoio mútuo ficou evidente. No pós-pandemia, os aprendizados relacionados à saúde mental e ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais devem ser aplicados para garantir um ambiente de aprendizagem saudável e inclusivo.

Esses aprendizados podem orientar a criação de estratégias e políticas no ensino superior pós-pandemia, buscando um equilíbrio entre a experiência presencial e remota, a adoção efetiva de tecnologia, o fortalecimento da aprendizagem autônoma e colaborativa, e o cuidado com o bem-estar dos estudantes e da comunidade acadêmica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se aprofundar no arcabouço do conflito pandemia *versus* educação superior, pode-se perceber muitas dificuldades no caminho, e enfrentar esses desafios exigirá um esforço colaborativo entre as instituições de ensino superior, governos, professores, alunos e outros atores relevantes. A adaptação e a inovação serão fundamentais para superar esses desafios e moldar o futuro do ensino superior no pós-pandemia.

Assim acontece também com os aprendizados que podem vir de encontro a orientar a criação de estratégias e políticas no ensino superior pós-pandemia, buscando um equilíbrio entre a experiência presencial e remota, a adoção efetiva de tecnologia, o fortalecimento da aprendizagem autônoma e colaborativa, e o cuidado com o bem-estar dos estudantes e da comunidade acadêmica.

No período pós-pandemia, a educação enfrenta diversos desafios e oportunidades. A pandemia de COVID-19 provocou mudanças significativas no setor educacional, com o fechamento de escolas e instituições de ensino, a transição para o ensino remoto e a necessidade de adaptação rápida a novas realidades.

Os desafios incluem a busca por um equilíbrio entre a aprendizagem presencial e remota, a melhoria da infraestrutura tecnológica e da conectividade, o suporte aos estudantes em termos emocionais, financeiros e de saúde mental, o incentivo ao engajamento e interação entre alunos e professores, a atualização curricular para atender às demandas do mercado de trabalho pós-pandemia, a promoção da pesquisa e inovação, e a garantia de financiamento adequado para as instituições de ensino superior.

Por outro lado, a pandemia também trouxe aprendizados valiosos para a educação. Esses aprendizados incluem a necessidade de flexibilidade e adaptação, a utilização efetiva da tecnologia educacional, o desenvolvimento de habilidades de aprendizagem autônoma e autorregulação, a promoção da colaboração e engajamento virtual e a importância da resiliência e habilidades socioemocionais.

No pós-pandemia, é fundamental aplicar esses aprendizados para moldar o futuro da educação. Isso envolve o desenvolvimento de abordagens híbridas de ensino, o investimento em infraestrutura tecnológica e suporte estudantil, a promoção

de ambientes de aprendizagem saudáveis e inclusivos, e a integração de habilidades socioemocionais e competências do século XXI nos currículos.

Em resumo, o pós-pandemia na educação representa uma oportunidade para reimaginar e transformar os sistemas educacionais, utilizando os aprendizados da crise para construir um ensino superior mais resiliente, adaptável e preparado para enfrentar os desafios do futuro.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Andréia Cristina Freitas; ROCHA, Daniela Santos. Covid 19 e educação: resistências, desafios e (im)possibilidades. Revista encantar-educação, cultura e sociedade, v. 2, p. 1-11, jan./dez.,2020.
- _____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares nacionais da Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- PENINSULA I. Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil. 2020. Disponível em: <<https://www.institutopeninsula.org.br/>> Acesso em: iun. 2023
- PIXIENTEL, M.; CARVALHO, F. da S. P. Princípios da Educação Online: para sua aula não ficar massiva nem maçante! SBC Horizontes, maio 2020. Disponível em: <<http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/05/23/principios-educacao-online/>> Acesso em: mai.2020.
- PRETTO, N. de L (Org.). Tecnologia e novas Educações. Salvador/Bahia: Ecluffa, 2005. v. 1, 230 p.
- SANTOS, B. de S. A Gramática do Tempo: para urna nova cultura política. São Paulo: Editora Cortez, 2006.
- SANTOS, E. Educação online para além da EAD: um fenômeno da cibercultura. Anais do Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2009, p. 5658-5671.
- SENHORAS, Eloi Martins. Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos. Boletim de conjuntura (BOCA), ano II, v. 2, n. 5, 2020.
- SENHORAS, Eloi Martins; PAZ, Ana Cecília de Oliveira. Livro eletrônico como meio de desenvolvimento institucional da Universidade Federal de Roraima. In: SENHORAS, Eloi Martins (Org.). Educação no século XXI: tecnologias. Belo Horizonte, MG: Poisson, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que concluimos esta edição da revista interdisciplinar de estudos contemporâneos (RIEC), gostaríamos de destacar algumas considerações finais sobre o trabalho realizado e as contribuições que foram projetadas.

Ao longo desta publicação, buscamos promover a interdisciplinaridade como uma abordagem essencial para compreender e analisar os desafios e as questões complexas que permeiam a nossa sociedade contemporânea, sendo este ideal um pilar de suma importância para FANS. Nossa intenção foi reunir pesquisadores e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, a fim de estimular o diálogo e a colaboração entre disciplinas.

Nesta edição VI, fomos agraciados com uma série de artigos de alta qualidade, que abordam uma ampla gama de matérias atuais e relevantes. Desde e mudanças socioeconômicas e políticas até questões ambientais e tecnológicas, do tradicional ao pós-pandemia, cada trabalho apresentou perspectivas inovadoras e insights valiosos. Através dessa abordagem interdisciplinar, fomos capazes de explorar conexões e sinergias entre áreas aparentemente distintas, identificando novos pontos de vista e soluções criativas para os desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. A diversidade de disciplinas representadas em nossa revista permitiu uma compreensão mais profunda e abrangente das complexidades do mundo em que vivemos.

Além disso, essa interdisciplinaridade trouxe à tona questões e debates importantes sobre os métodos de pesquisa, as fronteiras disciplinares e as lacunas no conhecimento. Ficou evidente que a colaboração entre diferentes campos é fundamental para avançar na compreensão dos fenômenos contemporâneos e propor abordagens mais holísticas e integradas.

Também queremos destacar a importância da divulgação científica e acadêmica na disseminação do conhecimento para a FANS e no engajamento da sociedade. Através desta revista, esperamos ter contribuído para o diálogo entre investigadores, acadêmicos e o público em geral, proporcionando um espaço de reflexão e debate.

Por fim, gostaria de expressar nossa gratidão aos autores, revisores e leitores que tornaram possível esta edição da revista interdisciplinar de estudos contemporâneos (RIEC). Seu comprometimento, conhecimento e entusiasmo foram fundamentais para o sucesso desta publicação.

À medida que nos despedimos desta edição, encorajamos a continuidade do diálogo interdisciplinar e o desenvolvimento de pesquisas que ampliem nossa compreensão dos desafios contemporâneos, criando valores dentro da FANS e em toda comunidade acadêmica. Espero que esta revista tenha sido uma fonte de inspiração e motivação para futuros estudos e colaborações interdisciplinares.

Por Hélder Mendonça Duarte

Editor da RIEC